

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

KAIRA BICALHO PEDROSA

NA CIDADE ESCRAVISTA: TERRITÓRIOS NEGROS NO
ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA-ES (1850 – 1876)

VITÓRIA-ES
2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

KAIRA BICALHO PEDROSA

NA CIDADE ESCRAVISTA: TERRITÓRIOS NEGROS NO
ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA-ES (1850 – 1876)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, na linha de pesquisa Processos Urbanos e Políticas Físico-Territoriais

Orientador: Martha Machado Campos

Co-orientadora: Gabriela Leandro Pereira

VITÓRIA-ES
2023

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

B583c Bicalho Pedrosa, Kaira, 1997-
NA CIDADE ESCRAVISTA: : TERRITÓRIOS NEGROS
NO ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA-ES (1850 – 1876) / Kaira
Bicalho Pedrosa. - 2023.
147 f. : il.

Orientadora: Martha Machado Campos.
Coorientadora: Gabriela Leandro Pereira.
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Territórios negros. 2. Arquitetura e Urbanismo. 3.
Narrativas. I. Machado Campos, Martha. II. Leandro Pereira,
Gabriela. III. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Artes. IV. Título.

CDU: 72

KAIRA BICALHO PEDROSA

“NA CIDADE ESCRAVISTA: TERRITÓRIOS NEGROS NO
ESPAÇO URBANO DE VITÓRIA-ES (1850 – 1876)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 29 de maio de 2023.

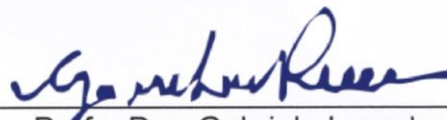
Comissão Examinadora



Profa. Dra. Martha Machado Campos
(orientadora – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Clara Luiza Miranda
(membro interno – PPGAU/UFES)



Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira
(membro externo – UFBA)



Prof. Dr. Genildo Coelho Hautequestt Filho
(membro externo – MULTIVIX/Vitória)

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento da presente dissertação de mestrado só se tornou possível devido ao exercício contínuo de apoio e muita paciência de pessoas queridas, que durante os dois anos e 4 meses suportaram todas as minhas inseguranças, angústias, reclamações, choros e mau-humor.

Agradeço minha orientadora, Profa. Dra. Martha Machado, pelo interesse e confiança em minha pesquisa, e principalmente pelo acolhimento durante todo o processo do mestrado. Agradeço também a minha co-orientadora Profa. Dra. Gabriela Leandro, pela paciência, disposição em sanar meus questionamentos e por participar da produção desta pesquisa. Agradeço alguns professores do mestrado pelas aulas, dicas, incentivos e por todos os materiais de estudo que me apresentaram ao longo desta jornada. Agradeço ao Prof. Dr. Genildo Coelho pelo incentivo em continuar meus estudos após a graduação.

Agradeço a minha família em especial meus pais, madrastra e irmãos Rebeca e Logan, pelo carinho, suporte, incentivo e pela compreensão das minhas escolhas.

Ao meu noivo Wanderson de Freitas, meu fiel torcedor, por tolerar minhas mudanças de humor, meu estresse, pelo auxílio nos momentos de aperto, pelo acolhimento, incentivo e manutenção do meu equilíbrio emocional, obrigada por me manter no caminho e pelo apoio incondicional. À Mariana Cardoso, parceira do núcleo de estudos da graduação e da jornada de mestrado, minha amiga que é o meu apoio, minha confidente. Amiga que me acalmava e suportava nos meus momentos de autossabotagem e que sempre acreditou no meu potencial. À Isabella Gonçalves, amiga de décadas que sempre esteve ao meu lado me apoiando, comemorando minhas vitórias e me incentivando mesmo nos momentos de desânimo, obrigada por acreditar em mim.

Aos colegas de turma, pela troca de conhecimentos mesmo em tempos de pandemia da COVID-19, por cada palavra de incentivo e pelos momentos de descontração. Aos meus amigos e familiares, pela compreensão das ausências e pelo afastamento temporário.

À todas as outras pessoas que não foram mencionadas, mas que direta ou indiretamente colaboraram com este trabalho, os meus mais sinceros agradecimentos.

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Adichie (2022)

RESUMO

A dissertação discute o conceito de território negro a partir de documentação e narrativas da história oficial sobre a cidade de Vitória (ES), abrange recorte físico territorial específico, marco temporal entre 1850-1876 e considera as dimensões da história urbana e das questões étnico-raciais. A capital capixaba é originária do período colonial brasileiro, com ocupação de matriz portuguesa iniciada no século XVI, portanto, resultante de uma sociedade hierarquizada e excludente, dependente da mão de obra escravizada e apoiada estruturalmente na economia escravista. A invisibilidade e o esquecimento dos espaços outrora ocupados pela população negra da época, padronizam narrativas hegemônicas que perduram até os dias atuais. O recorte temporal em estudo, se deve ao ano de 1850 ter sido marcado por expressivas alterações econômicas na Província do Estado do Espírito Santo, e ano de 1876, pela publicação do Fundo de Emancipação de 1876. A dissertação contempla uma revisão bibliográfica acerca do entendimento de território negro no Brasil, em seguida aborda práticas de interação social da população negra no cotidiano da então cidade de Vitória. Versa, em particular, sobre práticas comerciais e de serviços da área no período em estudo, nas quais os negros escravizados e libertos atuam cotidianamente nos espaços públicos da cidade, devido aos distintos serviços prestados à sociedade da época. Nota-se, que o entendimento de territórios e territorialidades negras sob a ótica interacional vinculado a perspectiva teórica da micro-história e do pensamento decolonial em consonância com as questões étnico-raciais permite identificar uma pluralidade de territórios negros em Vitória-ES, bem como seus apagamentos e reminiscências.

Palavras-chave: TERRITÓRIOS NEGROS, ARQUITETURA E URBANISMO, NARRATIVAS.

ABSTRACT

The dissertation discusses the concept of black territory based on documentation and narratives from the official history of the city of Vitória (ES), covering a specific territorial physical cut, a time frame between 1850-1876, and considering the dimensions of urban history and ethnic-racial issues. The capital of Espírito Santo state originated in the Brazilian colonial period, with Portuguese occupation starting in the 16th century, therefore resulting from a hierarchical and exclusionary society, dependent on slave labor and structurally supported by the slave economy. The invisibility and forgetfulness of spaces once occupied by the black population of that time standardize hegemonic narratives that persist to this day. The temporal cut studied is due to the year 1850 being marked by significant economic changes in the Province of Espírito Santo State, and the year 1876 by the publication of the Fundo de Emancipação de 1876. The dissertation contemplates a bibliographic review about the understanding of black territory in Brazil, then it addresses social interaction practices of the black population in the daily life of the city of Vitória. It focuses in particular on commercial and service practices in the area during the period under study, in which enslaved and freed blacks worked daily in the city's public spaces, due to the distinct services provided to society at that time. It is noteworthy that the understanding of black territories and territorialities from the interactive perspective linked to the theoretical perspective of micro-history and decolonial thought in line with ethnic-racial issues allows us to identify a plurality of black territories in Vitória-ES, as well as their erasures and reminiscences.

Keywords: BLACK TERRITORIES, ARCHITECTURE AND URBANISM, NARRATIVES.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: ‘Cidade da Victoria, capital da Província do Espírito Santo’	46
Figura 2: Notícias de aluguel de mulheres negras escravizadas.....	74
Figura 3: Percurso construído a partir da procissão de São Benedito saindo da Igreja de N. S. do Rosário.	93
Figura 4: Noticiário sobre práticas circenses de escravizados no largo da Conceição	100

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Reforma do Chafariz da Capichaba na administração do Prefeito Américo Monjardim, que exerceu dois mandatos, em 1937 a 1844 e 1946 a 1947. .59	59
Fotografia 2: Vista da baía para Igreja de N. S. do Rosário.....86	86
Fotografia 3: Igreja de N. S. do Rosário em 1912.....87	87
Fotografia 4: Procissão de São Benedito na escadaria da Igreja de N. S. do Rosário.92	92
Fotografia 5: Vista Parcial de Vitória-ES, 1882, com a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha98	98
Fotografia 6: Igreja de São Gonçalo 102	102
Fotografia 7: Placa da Escadaria do Rosário..... 120	120
Fotografia 8: Placa da Rua Treze de Maio (antiga Rua do Piolho) 121	121
Fotografia 9: Estátua de Dona Domingas de Carlo Crepaz 123	123

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Territórios interacionais como práticas de sociabilidade nos serviços 1850 a 1876.	62
Mapa 2: Implantação da Rua do Piolho para Igreja N. S. do Rosário.	83
Mapa 3: Possível trajeto de deslocamento entre as igrejas N. S. do Rosário e N. S. Conceição	101
Mapa 4: Prospecto da Villa da Victoria 1767	103
Mapa 5: Os territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, moradia e religiosidade, de 1850 a 1876.	113
Mapa 6: Apagamentos e invisibilidades dos territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, moradia e religiosidade de 1850 a 1876	117
Mapa 7: Reminiscência e permanência de territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, na moradia e religiosidade de 1850 a 1876	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quadro geral da população na província do ES, segundo a condição (censo de 1872)	47
Tabela 2: Principais profissões do município de Vitória 1872.....	50
Tabela 3: Principais profissões na “Parochia de Victoria” 1872.....	51
Tabela 4: Ocupação e sexo do escravizado em 1876.	54

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Concentração da população cativa na província do Espírito Santo em 1872(%).....	48
---	----

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APEES – Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

DGE – Directoria Geral de Estatística

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

PMV – Prefeitura Municipal de Vitória

SECULT – Secretaria de Estado de Cultura

MUCANE – Museu Capixaba do Negro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 SOBRE DECOLONIALIDADE E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	24
1.1 O FAZER HISTÓRICO E A MICRO-HISTÓRIA	31
1.2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS	34
2 TERRITÓRIOS NEGROS: CONCEITOS E RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL	39
2.1 CONCEITUANDO TERRITÓRIO	39
2.2 TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO INTERACIONAL: POPULAÇÃO NEGRA E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NOS SERVIÇOS NA CIDADE DE VITÓRIA (1850 – 1876)	44
2.2.1 Serviços como práticas de sociabilidade	49
2.2.2 Gênero e trabalho: serviços praticados por mulheres negras escravizadas	70
2.3 TERRITORIALIDADES ENTRE PERMANÊNCIAS E APAGAMENTOS: POPULAÇÃO NEGRA E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE DE VITÓRIA (1850-1876).....	75
2.3.1 Rua do Piolho	80
2.3.2 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos	85
2.3.3 Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de São Gonçalo	97
3 OS TERRITÓRIOS NEGROS EM VITÓRIA-ES	106
3.1 DÍVIDA HISTÓRICA COM O TEMPO E AS OPERAÇÕES DA RACIALIDADE	106
3.2 MAPEANDO TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO.....	110
4 CONCLUSÃO	125
5 REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

A historiografia da escravidão no Brasil é objeto de estudos há bastante tempo, devido à importância do modo de produção escravista para a constituição da nossa história. Entretanto, essa história é contada, na maioria das vezes, a partir da perspectiva de cunho racialista e colonial. Desse modo, determinadas representações, memórias e histórias de outros povos são apagadas e ocultadas devido, sobretudo, à exclusão do que não está ordenado pelo colonialismo.

No avesso desse processo, notam-se avanços na construção de narrativas sob a ótica da história “escovada a contrapelo”, remetendo à conhecida expressão do filósofo Walter Benjamin (1996) e à análise dos “pormenores mais negligenciáveis” do historiador Carlo Ginzburg (1989). Essas perspectivas buscam, em campos disciplinares distintos, problematizar e explorar elementos anteriormente negligenciados pelo olhar distanciado para, assim, redescobrir narrativas e conhecimentos.

No Brasil, na década de 1970, a valorização das pesquisas empíricas, a adoção de fontes demográficas e quantificáveis, bem como as novas perspectivas sobre esse período da história permitiram revisões na historiografia brasileira, possibilitaram reconsiderações e questionamentos de muitos aspectos do período em que se escravizou a população negra, além do reconhecimento dos escravizados como sujeitos históricos.¹

No fim da década de 1980, a arquiteta e urbanista Raquel Rolnik pontua, havia pouco material empírico para mapear “a inserção territorial dos pretos e pardos nas cidades, seja localizando esse grupo mais precisamente no tecido urbano, seja penetrando em seus espaços cotidianos de vida e socialização” (ROLNIK, 2016, p. 75). Segundo Rolnik (2016), o tema empírico do negro nas cidades foi pouco explorado pelos acadêmicos brasileiros da sociologia urbana e sociologia do negro. Para Rolnik (2016), os trabalhos que foram produzidos no âmbito da antropologia e se referem ao tema trazem análises de instituições negras específicas, como terreiros religiosos e escolas de samba.²

¹ RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. Vitória, 2012, p.13 e 14.

² ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016, p. 75.

O sociólogo Clovis Moura (1983) alerta que produções relativas à mesma temática estão centradas em processos e fatos secundários, esquivando-se de análises profundas sobre o modo de produção escravista e como se manifestou no Brasil.

Recentemente, pesquisadores têm-se voltado para outras abordagens, com o objetivo de reconstruir, registrar e preencher lacunas da história brasileira. Essa afirmação pode ser corroborada por trabalhos como o da geógrafa Daniele Vieira (2017)³, que investiga a região de Porto Alegre-RS a partir de uma análise histórico-geográfica e mediante o seguinte questionamento: “qual o lugar do negro na sua cidade?”. Apoiada nesta provocação, a autora analisa os espaços ocupados, as relações existentes e os deslocamentos realizados pela população negra em Porto Alegre, em diferentes momentos, que caracteriza como período colonial, pós-abolição e remodelação urbana. Vieira (2017) demonstra, em sua pesquisa, a carência cartográfica da representação da população negra no espaço urbano de Porto Alegre, e reconstitui, em mapeamentos, a memória espacial dos territórios negros a partir de seus símbolos e valores.

Outra pesquisa que segue a mesma tendência de Daniele Vieira (2017) é a da geógrafa Azânia Nogueira (2018)⁴, que realça como as relações raciais se apresentam na formação socioespacial de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina. Nogueira (2018) investiga como se caracterizam os territórios negros, e qual o papel das relações raciais nas desigualdades socioespaciais da população negra contemporânea. Assim, a autora define e identifica os territórios negros no município, a partir da análise dos bairros em Florianópolis.

Nesse sentido, pergunta-se: os métodos dos estudos citados sobre territórios negros em Porto Alegre e Florianópolis são aplicáveis em Vitória-ES? Qual era o lugar do negro escravizado na cidade de Vitória? Como esses espaços eram ocupados? É possível mapear a inserção territorial dos negros por meio da identificação dos espaços de cotidiano de vida (serviços) e socialização? Eis o propósito inicial desta

³ VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Porto Alegre, 2017.

⁴ NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis**. Florianópolis, 2018.

dissertação, investigar as questões elencadas e seus desdobramentos em determinada localidade.

Observa-se que há muitas lacunas a serem preenchidas sobre as narrativas acerca do período escravocrata na região do Espírito Santo, em especial na cidade de Vitória. Contudo, a importância da instituição escravista para a província e a dimensão do sistema escravista no Espírito Santo são reconhecidas, a exemplo, no trabalho da historiadora Vilma Almada (1984)⁵. A autora expõe a amplitude da população cativa da província a partir da comparação dos dados apresentados pelo Censo Oficial realizado pelo Império em 1872. O referido censo indica que havia 1.510.806 escravizados no Brasil, uma proporção de 1 cativo por 5,5 habitantes livres, enquanto o Espírito Santo apresentava 1 escravizado para cada 2,6 habitantes livres.

A presença da população negra nos espaços urbanos de Vitória, no período em estudo, assim como em outras cidades brasileiras, é quase sempre dominante. A população negra integra fortemente o cotidiano urbano, assim como o rural, ambos sustentados na economia escravocrata da época. As estatísticas populacionais da república, os anúncios dos periódicos e as pesquisas referentes ao período 1850 a 1876, em Vitória, demonstram qualitativa e quantitativamente a presença expressiva da população negra na região.

Importante destacar a literatura capixaba sobre a historiografia escravocrata do Espírito Santo, por meio dos trabalhos de autores, tais como: Vilma Paraíso Almada⁶, que pesquisou as últimas décadas do escravismo e transição do trabalho livre na província; a historiadora Patrícia Silva Merlo⁷, que se debruçou sobre as relações familiares entre os cativos; o pesquisador e historiador Cleber Maciel⁸, que abordou a trajetória histórica dos negros em terras capixabas, bem como as contribuições culturais e o racismo; e a pesquisa da historiadora Fabíola Martins Bastos⁹, que

⁵ ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: Espírito Santo, 1850-1888**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

⁶ Idem.

⁷ MERLO, Patrícia da Silva. **O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória-ES, 1800-1871**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado apresentado à UFF, 2008

⁸ MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016.

⁹ BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Vitória: Dissertação apresentada à UFES, 2009

discute as relações sociais, os conflitos e os espaços de sociabilidades em Vitória, entre outros trabalhos.

Ainda assim, verifica-se que os trabalhos acerca do tema no Espírito Santo não possuem um crescimento em pesquisas/publicações, tal como observado em outras regiões do Brasil. Os trabalhos que tratam do assunto ainda são raros e limitados, tanto temporal quanto espacialmente. No âmbito da Arquitetura e do Urbanismo, destacamos, este assunto é ainda muito insipiente.

Com isso, esta dissertação tem como objetivo principal aprofundar e debater questões que ainda não foram discutidas no contexto espírito-santense. Questões essas relacionadas aos territórios e territorialidades negras identificadas em Vitória (ES), no período de 1850 a 1876, considerando como perspectiva teórica a adoção da micro-história e do pensamento decolonial, em consonância com as questões étnico-raciais.

Busca-se, assim, contribuir para a construção de uma outra história, por meio de um olhar voltado para a história negligenciada, em busca do rompimento da dominação epistemológica da produção do conhecimento. Para isso, tem-se em vista a construção de uma narrativa crítica, que possa avivar a influência das relações sociais/raciais na formação de territórios e territorialidades negras no espaço em estudo.

No processo do uso da micro-história, foi possível criar variações de análise de objetos que pudessem modificar a percepção que se tem sobre eles, tal como afirma o historiador Carlo Ginzburg: “reduzir a escala de observação queria dizer transformar num livro aquilo que, para outro estudioso, poderia ter sido uma simples nota de rodapé numa hipotética monografia” (GINZBURG, 2007, p. 265). Assim, esta dissertação propõe a microescala de observação do cotidiano, ainda não utilizada na região de Vitória-ES, com o objetivo de visualizar os pormenores negligenciados em torno do tema.

Concomitantemente, busca-se a postura epistemológica da decolonialidade, visando a recuperar as experiências e saberes relegados e/ou destruídos. Importante considerar a propagação do epistemicídio, que a filósofa Sueli Carneiro (2005)¹⁰

¹⁰ CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** São Paulo, 2005.

define, a partir de Boaventura Souza Santos (2018)¹¹, como um elemento constitutivo do dispositivo de racialidade/biopoder, da dominação do conhecimento produzido pelos grupos dominados e de seus membros enquanto sujeitos de conhecimento.

O pensamento decolonial, como perspectiva teórica, busca romper epistemologicamente o predomínio e a restrição do conhecimento colonialista dominante no campo da arquitetura e do urbanismo. Afinal, no que tange à decolonialidade, “nada lhe poderia ser mais avesso do que um pensamento acadêmico abstrato, sem vinculação direta com a realidade vivida e com o compromisso pela mudança em prol dos grupos subalternos.” (HAESBAERT, 2017, p. 6).

É por compreender esse compromisso, no meio acadêmico, que a dissertação adota essas perspectivas. Somado a isso, a discussão das questões étnico-raciais se faz necessária, uma vez que a produção acadêmica não se encontra livre da influência das relações raciais e da colonialidade, que permanece nas esferas do saber, poder e ser.

Com isso, a pesquisa tem o propósito complementar de avançar em produções que visam a preencher lacunas de narrativas acerca das relações sociorraciais na formação de territórios e territorialidades negras na capital capixaba. Para tanto, buscaram-se os seguintes pontos: i) compreender a perspectiva decolonial e a micro-história, partindo do entendimento de que essas perspectivas têm articulado e protagonizado ações que buscam romper a colonialidade do saber e trazer à tona histórias ocultadas/negligenciadas; ii) abordar questões étnico-raciais como chave de aproximação com a realidade da população negra, nas dimensões territorial, política, simbólica e identitária da cidade; iii) compreender conceitualmente e caracterizar espacialmente os termos territórios e territorialidades negras em estudo; iv) elaborar uma cartografia das territorialidades e territórios negros identificados, e analisar sua formação, mudança, invisibilidade e permanência, bem como suas interligações de valor material e imaterial, a partir das práticas de sociabilidades reconhecidas no objeto em estudo.

Apoiando-se no entendimento de Ginzburg (1989) relacionado aos problemas de investigação e como esses poderiam resultar somente numa história abstrata e

¹¹ SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas (vol. 2)**. Buenos Aires, 2018.

homogeneizada, buscou-se pautar a pesquisa no olhar atento para as pistas, os indícios e sinais capazes de revelar aspectos do cotidiano da cidade de Vitória, sobretudo os que poderiam ser negligenciados se fossem analisados por meio de modelos formais.

Assim, a partir dos questionamentos norteadores desta pesquisa, recorreu-se a fontes de diversas origens, a exemplo dos dados censitários, periódicos da época e arquivo geral de Vitória e do Espírito Santo. O conjunto dos documentos e a redução da escala de observação, na tentativa de vislumbrar aspectos negligenciados, permitiram identificar, por exemplo, os principais pontos de encontros dos negros escravizados em Vitória.

Diante disso, a seleção das fontes pauta-se no recorte temporal da pesquisa, o qual se baseia nos acontecimentos e fatos da época. O primeiro período compreende o ano de 1850 e foi selecionado por ser um ano marcado por diversas mudanças econômicas no Brasil, que estavam principalmente relacionadas à Lei Eusébio de Queiroz¹² e à Lei de Terras¹³. O ano de 1876 foi delimitado por diversos fatores, como a Lei do Ventre Livre de 1871, que declarou libertos os filhos das cativas a partir da data da lei, o Recenseamento do Império, em 1872, que possuiu o objetivo de prover dados estatísticos da população e o Fundo de Emancipação, de 1876, que adveio da Lei do Ventre Livre, e produziu o 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados na Província.

Portanto, o levantamento e a revisão bibliográfica sobre o tema da dissertação – territórios negros na cidade de Vitória – contemplam informações dispersas entre os diversos trabalhos produzidos, além de informações que ainda não foram exploradas em periódicos, relatos de cronistas, registro policiais, recenseamentos, arquivos do império, entre outros.

Em consonância com a proposta histórico-investigativa, a organização da dissertação se estende em três capítulos e uma conclusão. O capítulo primeiro aborda o entendimento sobre o pensamento decolonial e micro-história, juntamente com a discussão sobre as questões étnico-raciais, ambos conteúdos fundamentais para a

¹² Lei nº 581, **Lei Eusébio de Queiroz**, de 04 de setembro de 1850: estabeleceu medidas para a repressão do tráfico de africanos no Império, decretando a proibição definitiva do tráfico negreiro no Brasil.

¹³ Lei nº 601, **Lei de Terras**, de 18 de setembro de 1850: dispôs sobre as terras devolutas do Império, o que permitiu ao Estado a venda de terras com valores elevados e estabeleceu a compra como o único meio de obtenção de terras.

compreensão geral da temática proposta pela dissertação. Tanto a decolonialidade quanto a micro-história orientam a base teórico-metodológica da pesquisa, com ênfase nas questões dos “pormenores mais negligenciáveis”, a “escovada a contrapelo” e o ocultamento de saberes e da realidade do negro na dimensão territorial, política, simbólica e identitária.

O propósito desse capítulo consiste na elaboração de um embasamento teórico conceitual, visando a compreender aspectos sociais, o uso da micro-história e da ótica decolonial, partindo de um debate estrutural sobre a decolonialidade e o lugar social que certos grupos ocupam, que restringe oportunidades e saberes. Também se discutirá o método moreliano¹⁴ apresentado por Ginzburg (1989) e, como dito, o olhar distanciado da “escovada a contrapelo” de Walter Benjamin (1996).

O capítulo posterior apresenta conceitos sobre o termo território e território negro, bem como investiga, em seus subcapítulos, o conceito de território interacional¹⁵. Esse último constitui a definição chave e basilar da pesquisa, juntamente com as práticas de sociabilidade vinculadas aos serviços mais requisitados prestados pelos escravizados em Vitória, no período em estudo, mapeando esses espaços na tentativa de entender seus deslocamentos.

A abordagem sobre os serviços identificados permite parâmetros quantitativos e qualitativos relacionados a determinados trabalhos que os cativos prestavam, bem como apontamentos acerca dos modos e lugares de sua realização, interação, permanência e desaparecimento ao longo do tempo.

O terceiro capítulo apresenta a conceituação acerca das territorialidades, e identifica outros tipos de sociabilidades e territórios negros, que não estavam diretamente relacionados às práticas de serviços. Por fim, expõe a inserção urbana desses objetos de estudo.

¹⁴ Ginzburg identificou o método nos trabalhos de Giovanni Morelli, que adotava o pseudônimo de Ivan Lermolieff. Morelli desenvolveu um método para identificar cópias de obras de arte: ele percebeu que, para afirmar que um quadro é cópia de outro, há que se atentar às características que dificilmente serão imitadas por outro pintor: “é necessário examinar os pormenores mais negligenciáveis e menos influenciados pelas características da escola a que o pintor pertencia: os lóbulos da orelha, as unhas, as formas dos dedos das mãos e dos pés. (GINZBURG, 1989, p. 144)

¹⁵ Ilka Boa Ventura Leite (1991) apresenta, em seu trabalho, a classificação de território negro em dois tipos, interacional e residencial, que podem ser vistos como parte de uma relação com deslocamentos, que se transforma, é criada/recriada, desaparecendo/aparecendo de modo contextual, um espaço de extensão e expressão do grupo. Tratando do “território interacional”, a autora define como sua característica principal a troca, sem a necessidade da base de laços consanguíneos, sendo permeado por códigos simbólicos de pertencimento e definido também como os locais de permanência, ocupação e utilização de espaços físicos, que não eram sempre fixados.

O último capítulo busca avançar no entendimento sobre a “dívida histórica da sociedade com o tempo”, considerando a impossibilidade de reparação histórica com a população negra.¹⁶ Finalmente, apresenta, em um único mapa, abordagens discutidas nos capítulos anteriores, numa síntese com peças gráficas e textos sobre as práticas de sociabilidades dos territórios e territorialidades negras, ocorridas em Vitória, entre 1850 e 1876.

Considerado, ainda, o recorrente processo de segregação dos territórios negros das cidades brasileiras e a ausência de abordagens sobre o uso desses territórios, esta pesquisa intenciona contribuir no fortalecimento do pensamento urbano relativo ao tema, como dito, ainda incipiente no campo da Arquitetura e Urbanismo e, sobretudo, na urgência do pensamento antirracista. Acredita-se, tal como posto por Kosik (1969), na necessidade de se garantir, desde o início da pesquisa, uma segura consciência do fato de que existe algo susceptível de ser definido como estrutura. Dito de outro modo, a estrutura tomada como essência, nos diz que existe uma verdade oculta, distinta dos fenômenos que se manifestam imediatamente.

Em síntese, buscou-se problematizar o apagamento e a permanência da dimensão territorial, política, simbólica e identitária de algumas das práticas de sociabilidades vivenciadas em territórios e territorialidades negras da cidade de Vitória (ES), no período entre 1850 e 1876, a partir de aspectos decoloniais do pensamento urbano, de questões étnico-raciais e da micro-história da cidade.

A metodologia da pesquisa se pauta em abordagens bibliográficas, documentais, de cunho exploratório e qualitativo. O procedimento metodológico pressupõe, além da revisão bibliográfica acerca do tema, um levantamento de identificação de referencial teórico atualizado, que aborde questões específicas sobre a pesquisa em tela. Utilizou-se a abordagem metodológica exploratória qualitativa com objetivo de levantar ideias, hipóteses e realizar descobertas de conceitos e teorias existentes que podem ser aplicadas na pesquisa. Pretende-se, portanto, gerar proximidade com o tema investigado, na tentativa de que a pesquisa possa ser

¹⁶ Essa concepção parte da entrevista de Welington Santos, Marcelo Gomes e Rafael Segatto com a presença de Renato Santos para o *Podcast* de Dois Gumes em maio de 2019. Disponível em: <https://soundcloud.com/doisgumes/renatosantos?si=f58b85f8a5a64d6b87484bf80ec21413&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing>.

desenvolvida com profundidade, compreensão e entendimento acerca da temática explorada.

Propõe-se, enfim, a produção de conhecimento crítico acerca dos referentes históricos das territorialidades e territórios negros no Centro de Vitória, de modo a corroborar os conceitos e as teorias aplicadas em pesquisas desenvolvidas em outras localidades do Brasil, constatando apagamentos e permanências de territórios negros nas cidades brasileiras.

1 SOBRE DECOLONIALIDADE E QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

A noção de raça foi a principal justificativa da colonização europeia para a hierarquização e dominação que subalternizou e oprimiu crenças, culturas e povos. No decorrer da história brasileira, o embranquecimento se fez presente e a colonialidade também. Segundo Quijano (2014), a colonialidade está relacionada à estrutura de poder, que se mantém em funcionamento mesmo com o fim da colonização formal.

Na concepção de Quijano (2014), o paradigma moderno/ocidental/eurocêntrico/colonial está diretamente associado à ideia de raça e, quando há uma reflexão sobre as práticas de um pensamento decolonial, se evidencia que as relações étnico-raciais estão intrinsecamente relacionadas com a perspectiva decolonial.

Fanon (2008), ao analisar o colonialismo, volta a sua atenção para as formas de resistência e reação contra a dominação europeia, estabelecendo um diálogo com os autores Alioune Diop, Leopold Senghor e René Maran, os quais discutem a respeito da reconstrução da história, da civilização e da cultura negra original como forma de restituir, em parte, a identidade do negro que foi suprimida pelo colonialismo.

Somente quando a Europa deixa de ser o centro da civilização e da produção do saber é que se pode estabelecer o pensamento crítico acerca da população negra e das contribuições para o desenvolvimento histórico das Américas. Desde o final da década de 1990, é reconhecida a perspectiva teórica que se convencionou chamar de decolonial, baseada, a princípio, nas pesquisas de Aníbal Quijano (1928-2018) sobre a colonialidade. Trata-se de estudos desenvolvidos mediante a retomada de uma série de problemáticas histórico-sociais, anteriormente negligenciadas e consideradas encerradas ou resolvidas pelas ciências sociais latino-americanas.

Esses estudos versam sobre uma revisão da constituição histórica da modernidade e suas transformações na América Latina, partindo da colonialidade como reverso da modernidade. A perspectiva decolonial é, portanto, um movimento de renovação epistemológica, que busca novas reflexões e se desprende de um pensamento único no mundo, proporcionando uma pluralidade de diálogos antes negligenciados.

Assim, considera-se que a história do Brasil é contada em uma perspectiva colonial, e, portanto, tanto as cidades como os territórios são concebidos, projetados, construídos e desenhados segundo os moldes coloniais. Suess e Silva (2019)

corroboram o fato de que, desde o processo de colonização do Brasil, a formação e transformação das cidades e dos territórios ocorre sob as bases do patriarcado, colonialismo e escravismo.

Desse modo, os poderes institucionais coloniais instauram novos espaços, constroem e projetam cidades e territórios, subjugando e subalternizando espaços que eram pré-coloniais. Além de conquistar os denominados novos continentes, havia a necessidade consequente de territorializar os espaços, sendo esse um dos dispositivos permanentes de uma relação/reação colonial.

Para Azânia Nogueira (2017), o pensamento decolonial, como perspectiva teórica, é a construção de outra ciência, que rompe epistemologicamente com a dominação no âmbito do conhecimento. Portanto, pensar decolonialmente é romper com os moldes da ciência europeia, compreendendo que as estruturas presentes na construção do conhecimento afetam o que é produzido, e vão além, impactam experiências cotidianas, por exemplo, quando embasam políticas públicas.

Segundo Name (2021), o pensamento moderno (colonial) se constitui em narrativas da brancura heroica, dos colonizadores que “descobriram” as américas e os indígenas, e “concederam” aos afrodescendentes a abolição da escravatura. Portanto, a decolonialidade entra neste espaço para apresentar e desmistificar as falácias que objetivam legitimar o processo civilizatório que fora imposto violentamente nas américas.

Para Walter Mignolo (2006),

el giro descolonial surge de la diferencia colonial y, quizás, de la diferencia imperial. Esto es, de todo aquello que el pensamiento único, al constituirse como único, redujo a silencio, al pasado, a la tradicion, al demonio, a lo superado, a lo no sostenible, a lo no existente. El giro descolonial surge no de la "recuperacion" del pasado puesto que el pasado es irrecuperable después de quinientos años de expansión occidental; y cuando se trata de recuperar se corre el riesgo de caer en el fundamentalismo. *Pero el pasado se puede "reactivar" no em su pureza, sino como pensamiento fronterizo crítico.* Ya no es posible ignorar las contribuciones de occidente a la historia de la humanidad como tampoco se puede ignorar que tales contribuciones no son soluciones para toda la humanidad. (MIGNOLO, 2006, p. 15)

Desse modo, o pensamento decolonial desmistifica o pensamento único, traz à tona o que fora reduzido a silêncio no passado, proporciona um pensamento crítico acerca do que foi ensinado.

Segundo Sheila Nogueira (2020), a decolonialidade surgiu no mesmo momento do processo de colonização, visto que se trata, antes de tudo, de ação e prática. Assim, desde os processos de opressão e exploração do continente americano, os povos originários desenvolveram estratégias de resistência e luta.

O pensamento decolonial, segundo Almeida e Silva (2015), é uma vertente da crítica pós-colonial que produz reflexões acerca do que representou o colonialismo para os países colonizados pela Europa. Teve, primeiramente, como foco a crítica aos estudos pós-coloniais, à influência eurocêntrica nas literaturas e artes. Posteriormente, voltou o olhar para o campo da economia política e das ciências sociais, questionando os cânones ocidentais da ciência moderna.

Aduz Ochy Curiel (2009):

Descolonización como concepto amplio se refiere a procesos de independencia de pueblos y territorios que habían sido sometidos a la dominación colonial en lo político, económico, social y cultural como aquellos procesos que sucedieron en América entre 1783 y 1900 de los cuales surgen los Estados Unidos y las repúblicas latino-americanas, los que sucedieron entre 1920 y 1945 en relación con las dependencias del Imperio Otomano y desde donde surgen las independencias de buena parte de los Estados del Oriente Medio y el Maghreb y los que acontecen entre 1945 y 1970, a raíz de los cuales el conjunto del continente africano e importantes áreas de Asia, el Pacífico y el Caribe se estructuran en unidades políticas independientes (CURIEL, 2009, p. 2)

Curiel (2009) enfatiza que o último período foi o momento de impacto na consciência crítica, não apenas dos intelectuais e dos ativistas dos continentes em questão, mas de outros, em muitos outros locais, como o caso da América Latina e Caribe, que também deram origem aos estudos pós-coloniais. Porém, diferentemente das produções da Europa e Estados Unidos, as produções intelectuais latino-americanas não foram reconhecidas nem mesmo na região, muito menos nos Estados Unidos e Europa.

Dentre esses e outros motivos, de acordo com a autora, a descolonização, para as feministas caribenhas e latino-americanas, se trata de uma posição política que atravessa o pensamento e ação individual e coletiva, com a construção de um pensamento que segue as experiências concretas de uma história invisibilizada ao longo do tempo, e que está ligada aos processos de colonização e colonialidade histórica.

É com a fala de Curiel (2009) que se percebe que, apesar de a proposta decolonial ser o rompimento dos moldes europeus, continua, mesmo que em proporções significativamente menores, suprimindo outros saberes. Entende-se que, quando é considerada a produção teórica/editorial da América Latina e do Caribe, pouco foi produzido, se comparado com as produções norte-americanas e da Europa, porém essas produções estão intrinsecamente relacionadas às condições sociais e materiais dessas regiões e, conseqüentemente, influenciam no acesso às informações, nas publicações e no reconhecimento dessas produções, tanto no

campo acadêmico quanto no próprio movimento feminista. São, inclusive, consideradas como ativismo e sistematizações de práticas feministas que não seriam adequadas ao consumo teórico e acadêmico.

Nas palavras da mesma autora, esse fato apresenta a relação do poder/conhecimento e do binarismo teórico, do ativismo visto como distinção entre conhecimento puro e conhecimento político, no qual se reconhece uma forma de escrita e se estabelece a divisão entre a política e a teoria, evidenciando a negação de que ambos são formas de discurso que produzem transformações sociais. Curiel (2009) pontua que existem outras questões urgentes, a exemplo da proposta descolonizadora e transformadora em relação à produção de conhecimento.

Para Curiel (2009),

la descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de “cimarronaje” intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas. Se trata del cuestionamiento del sujeto único, al eurocentrismo, al occidentalismo, a la colonialidad del poder, al tempo que reconoce propuestas como la hibridación, la polisemia, el pensamiento otro, subalterno y fronterizo. (CURRIEL, 2009, p. 3)

A autora afirma, ainda, que as experiências das mulheres latino-americanas propõem um feminismo excêntrico, de fora da fronteira, da comunidade e das margens, como possíveis espaços de construção política, de ação coletiva e autônoma, que produzem sua própria teoria e pensamento descolonizador, a partir de seus corpos, sexualidade, vivências e de ser no mundo. Assim, as experiências dessas mulheres acerca da ação decolonial são desenvolvidas nas práticas sociais em que estão inseridas.

Djamila Ribeiro (2017) corrobora o pensamento de Curiel (2009), ao reafirmar que uma mulher negra terá experiências distintas de uma mulher branca e por conta da sua localização social irá experimentar gênero de uma outra forma. Portanto, há experiências resultantes do local social que impedem que a população negra acesse certos espaços.

No âmbito das produções de mulheres negras é que se entende a necessidade de abordar sobre o *lugar e fala*. O lugar de fala está relacionado também à perspectiva

decolonial, uma vez que, para Ribeiro (2017), é possível falar de lugar de fala a partir do *feminst standpoint*¹⁷:

Não poder acessar certos espaços acarreta em não ter produções e epistemologias desses grupos e epistemologias desses grupos nesses espaços; não poder estar de forma justa nas universidades, meios de comunicação, política institucional, por exemplo, impossibilita que as vozes dos indivíduos desses grupos sejam catalogadas, ouvidas, inclusive, até de quem tem mais acesso à internet. (RIBEIRO, 2017, p.36 e 37)

O não falar restringe o poder existir, não só no ato de emitir palavras. E, ao falar da voz, Ribeiro (2017) fala do direito à existência digna, do *locus* social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. E isso, segundo a autora, não tem a ver com a visão essencialista de que somente o negro pode falar sobre o racismo, por exemplo.

A mesma autora, ao citar Collins (1997), salienta que indivíduos do mesmo grupo, quando ocupam localização comum em relações de poder hierárquicas, não têm, necessariamente, as mesmas experiências, uma vez que existe a dimensão individual. Todavia, aponta que, por ocuparem justamente a mesma localização social, esses indivíduos compartilham igualmente experiências nas relações de poder. E seriam essas experiências os objetos de análise. (COLLINS, 1997 *apud* RIBEIRO, 2017, p. 37).

Em uma palestra chamada *Descolonizando o conhecimento*, realizada no Brasil, em 2016, Grada Kilomba descreve a importância de se romperem hierarquias instituídas:

O conceito de conhecimento não se resume a um simples estudo apolítico da verdade, mas é, sim, a reprodução de relações de poder raciais e de gênero, que definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal.

Por favor, deixem-me lembrar-lhes o que significa o termo epistemologia. O termo é composto pela palavra grega *episteme*, que significa conhecimento, e *logos*, que significa ciência. Epistemologia é, então, a ciência da aquisição de conhecimento, que determina:

¹⁷ Patricia Hill Collins é uma das principais autoras do denominado *feminst standpoint*. Em sua análise, Collins (1997) fala que, em primeiro lugar, a *standpoint theory* refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos têm um grau de continuidade ao longo do tempo, de tal modo que as realidades de grupo transcendem as experiências individuais. Por exemplo, afro-americanos, como um grupo racial estigmatizado, existiu muito antes de eu nascer e irá, provavelmente, continuar depois de minha morte. Embora minha experiência individual com o racismo institucional seja única, os tipos de oportunidades e constrangimentos que me atravessam diariamente serão semelhantes àqueles com que os afro-americanos confrontam-se como um grupo. Argumentar que os negros, como grupo, irão se transformar ou desaparecer, baseada na minha participação, soa narcisista, egocêntrico e arquetipicamente pós-moderno. Em contraste, a teoria do ponto de vista feminista enfatiza menos as experiências individuais dentro de grupos socialmente construídos do que as condições sociais que constituem estes grupos. (COLLINS, 1997, p. 7)

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. Epistemologia, como eu já havia dito, define não somente como, mas também quem produz conhecimento verdadeiro e em quem acreditarmos. É comum ouvirmos o quão interessante nosso trabalho é, mas também ouvimos o quão específico ele é: “Isso não é nada objetivo!”, “Você tem que ser neutra...”, “Se você quiser se tornar uma acadêmica, não pode ser pessoal”. “A ciência é universal, não subjetiva”. “Seu problema é que você superinterpreta a realidade, você deve se achar a rainha da interpretação!” Tais comentários ilustram uma hierarquia colonial, pela qual pessoas Negras e racializadas são demarcadas. Assim que começamos a falar e a proferir conhecimento, nossas vozes são silenciadas por tais comentários, que, na verdade, funcionam como máscaras metafóricas. Tais observações posicionam nossos discursos de volta para as margens como conhecimento ‘des-viado’ e desviante enquanto discursos brancos permanecem no centro, como norma. Quando eles falam, é científico, quando nós falamos, não é científico. Universal / específico; objetivo / subjetivo; neutro / pessoal; racional / emocional; imparcial / parcial; eles têm fatos, nós temos opiniões; eles têm conhecimento; nós, experiências. Nós não estamos lidando aqui com uma “coexistência pacífica de palavras” (Jacques Derrida, *Positions*, University of Chicago Press, Chicago, 1981), mas sim com uma hierarquia violenta que determina quem pode falar. (KILOMBA, 2017, p. 5)

Percebe-se que Kilomba (2017) apresenta similaridades com as reflexões de demais autoras e autores em que se pauta esta dissertação. Todos evidenciam a necessidade do reconhecimento de outros saberes e a importância de entendê-los e de romper com o silêncio. A referida autora apresenta, de modo simples e objetivo, o que se discute neste capítulo, ao evidenciar que o conceito de conhecimento está intrinsecamente relacionado a raça, gênero e poder, refletindo os interesses políticos de uma sociedade branca colonial e patriarcal.

Ribeiro (2017) identifica, ainda, que tanto Lélia Gonzalez, como Linda Alcoff, Spivak e outras pensadoras afirmam o necessário rompimento com o pensamento epistemológico dominante e o também necessário debate sobre identidades para que se pense o modo como o poder instituído articula essas identidades e o modo de oprimir e retificá-las. Para a mesma autora, pensar no lugar de fala, segundo essas autoras/pensadoras, seria desestabilizar e criar tensionamentos e fissuras, a fim de fazer emergir contradiscursos, visto que ser contra ainda é ser contra alguma coisa. Os discursos trazidos por essas autoras são contra-hegemônicos, no sentido de que visam a desestabilizar a norma, mas igualmente são discursos potentes, construídos a partir de outras geografias e referenciais que visam a pensar outras possibilidades de existências, para além das impostas pelo regime discursivo dominante. (RIBEIRO, 2017, p. 50)

Por fim, entende-se descolonizar como um processo, uma vez que estamos inseridos em uma sociedade que fora constituída sobre princípios coloniais. Para Robert Conrad (1974 *apud* NASCIMENTO, 2021, p.8), “a história do Brasil foi e continua sendo uma história de brancos, de poucos mulatos e raríssimos negros. Mas houve sempre um filtro branco que permitiu que somente uma parte da verdade viesse à luz e não ferisse a consciência social”. Pode-se compreender, a partir dessa afirmação e do que já vem sendo comentado, que a colonialidade se faz presente na constituição/imposição do saber.

Entende-se, assim como Costa e Torres (2018), os riscos envolvidos em uma pesquisa que adota a decolonialidade, uma vez que este termo está “em alta” no meio acadêmico. Porém a presente pesquisa se baseia no entendimento sobre o pensamento decolonial, utilizando-o como um meio de percepção sobre o conhecimento. Ou seja, a pesquisa busca uma postura epistemológica da decolonialidade, visando a recuperar as experiências e saberes relegados e/ou destruídos.

Assim, tal como Costa e Torres (2018), a pesquisa pautou-se na utilização de trabalhos de ativistas e intelectuais negros e negras, como: Patricia Hill Collins, Clóvis Moura, Denise Silva, Frantz Fanon, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Djamila Ribeiro, bell hooks, Aimé Césaire, Grada Kilomba, Sueli Carneiro, citando alguns trabalhos relevantes. Alerta-se, assim, nosso intuito de não reproduzir “um projeto acadêmico que invisibiliza o locus de enunciação negro”¹⁸. Ao contrário, em um contexto como o que aduz Pereira (2019):

O silêncio e a desmemória acerca da contribuição intelectual e das prática de negras e negros na cidade foram sustentados por séculos nos espaços de formação. No entanto, nunca deixamos de falar ou produzir conhecimentos. Há de se considerar que o acesso e as autorizações necessárias para que determinados grupos pudessem fazê-lo utilizando sua própria voz, foram, e continuam sendo, assimétricos. Por isso, encontrar uma forma de retornar ao que não é mostrado sobre os nossos é urgente.¹⁹

Diante disso, torna-se fundamental estudar e compreender a relação do fazer histórico, da micro-história e as questões étnico-raciais, a princípio separadamente, para posteriormente entender esses conceitos como um conjunto de ideias e pensamentos que são essenciais para direcionar novas lógicas de construção social, seja na teoria, seja na prática.

¹⁸ COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonato; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte-MG, 2018, p. 10.

¹⁹ PEREIRA, Gabriela Leandro. et al. Coletiva Terra Preta. "**Des-embranquecendo a cidade**". 2019. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/923493/des-embranquecendo-a-cidade>>.

1.1 O FAZER HISTÓRICO E A MICRO-HISTÓRIA

O princípio da micro-história se baseia na ideia de que uma observação microscópica indica fatores antes não observados. Carlo Ginzburg (1989) discute a análise de um paradigma surgido por volta do final do século XIX, que auxilia na contraposição entre o “racionalismo” e “irracionalismo”.

O paradigma indiciário, assim denominado por Ginzburg (1989), é a construção de um conhecimento que é possível por meio de indícios e sinais, pois para o autor “se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas (sinais, indícios) que permitem decifrá-la” (GINZBURG, 1989, p. 177). Foi com base nessa ideia que se construiu o ponto essencial do paradigma indiciário, o qual, segundo o autor, penetrou nos mais diversos âmbitos cognitivos que modelaram profundamente as ciências humanas.

Ginzburg (1989) identifica a utilização do paradigma indiciário nos métodos de Giovanni Morelli, Freud e nos personagens de Arthur Conan Doyle e Sherlock Holmes. Segundo o autor, as pistas, mais precisamente sintomas, se tratando de Freud, os indícios, no caso de Sherlock Holmes, e os signos pictóricos de Morelli permitiam captar uma realidade mais profunda, antes inatingível, por meios de pistas infinitesimais.²⁰

Ademais, Ginzburg (1989) demonstra que, apesar de o paradigma indiciário emergir nas ciências humanas por volta do século XIX, por milênios, o homem, caçador, aprendeu a reconstruir, interpretar, farejar e classificar as pistas infinitesimais: “O caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único capaz de ler, nas pistas mudas (se não imperceptíveis) deixadas pela presa, uma série coerente de eventos.” (GINZBURG, 1989, p. 152)

Aguiar e Ferreira (2021) reforçam que o paradigma indiciário se dá em um constante coletar, observar e decifrar. Para Ginzburg, “uma atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstrutíveis somente mediante pistas, sintomas, indícios” (GINZBURG, 1989, p. 152).

Cabe ressaltar que a base do paradigma indiciário não é apenas reunir e expor indícios, mas organizar e selecionar o que foi encontrado para chegar à conclusão acerca de um determinado acontecimento a partir da reflexão sobre as evidências e

²⁰ GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. 1989, p. 150.

sinais encontrados. Assim, o “que caracteriza esse saber é a capacidade de, a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152). Desse modo, corroborando o entendimento de Braga (2008), o indiciário, apesar da proximidade com o concreto, não corresponde exclusivamente a privilegiar o empírico, uma vez que a perspectiva empiricista tem como foco a acumulação de informações e dados de um objeto singular.²¹

Dessa forma, pode-se enfatizar, a partir do entendimento sobre o paradigma indiciário de Ginzburg, que periódicos, documentos do governo, arquivos municipais e registros de jornais são bases de uma investigação para chegar a uma reflexão sobre a história. Tais registros, muitas vezes, possuem pistas e sinais que podem remontar e apontar um caminho não explorado ou pouco explorado, conduzindo, assim, a uma nova perspectiva. Então, a validade de utilizar e seguir as pistas é que esses detalhes, tidos como negligenciáveis ou até mesmo secundários, podem apresentar novas interpretações da história.

Segundo Ana Coelho (2014), o papel do historiador é de guardião dos segredos da memória social, pois tem a tarefa de fazer com que as pessoas se lembrem do que esqueceram ou do que gostariam de ter esquecido. Vainfas (2002, p. 103, *apud* COELHO, 2014, p. 2) examina esse gênero historiográfico surgido na Itália, a micro-história, que acabou definindo-se como um gênero de contar e fazer a história. Para o autor, a micro-história opera com uma exaustiva pesquisa de fontes, em uma escala de observação reduzida, preocupação com a narrativa por meio do discurso literário, combinado com descrição etnográfica:

"A micro-história não inventa nada, apegando-se obsessivamente às mínimas evidências que a documentação pode fornecer para dar vida a personagens esquecidos e desvelar enredos e sociedades ocultados pela história em geral" (VAINFAS, 2002, p. 103, *apud* COELHO, 2014, p. 2)

Coelho (2014) enfatiza que a maioria dos trabalhos desenvolvidos no gênero da micro-história se fundamenta na apresentação de personagens até então anônimos (negligenciados/secundários), cuja existência, por vezes, é revelada em processos-crime que envolvem não só os protagonistas desses trabalhos, bem como os sistemas e valores vigentes nas épocas em que viviam. Dessa forma, o paradigma indiciário se mostra como uma metodologia que proporciona ao historiador maior

²¹ BRAGA, José Luiz. **Comunicação, disciplina indiciária**. 2008, p.78

sensibilidade e olhar mais atento ao trato das fontes, no sentido de saber explorá-las no máximo significado, indo além dos dados encontrados.

Nessa perspectiva, ainda sobre a história, Walter Benjamin (1996) procurou unir, dar completude e coesão à parte da história que fora “esquecida”. O autor concebe que o materialismo volta o olhar para o passado, sendo o passado contemplado por apenas um olhar, o olhar do dominador: “a história habitual, é de fato, a ‘comemoração’ das façanhas dos vencedores, ela é a ‘apologia’ que tende a recobrir os momentos revolucionários do curso da história”. (W. BENJAMIN, GES. SCHR, 1-3, 1974 p. 236 *apud* GAGNEBIN, 1999, p. 99.)²²

Jeanne Gagnebin (1999) afirma que a essa narrativa cumulativa e complacente Benjamin opõe, nos dois fragmentos, a necessidade de se ater a tudo que poderia interromper essa aparente coerência: “a ela [isto é, à habitual representação da história ou à apologia] escapam os lugares nos quais a transmissão se interrompe e com isso, suas asperezas e suas arestas que oferecem uma escora àquele que quer ir além dela”²³. Parafrazeando a afirmação da autora, com base nas falas de Benjamin (1974), aquele que pretende ir além da tradição dos vencedores precisa saber se agarrar às asperezas e à aresta que oferecem tantas escoras e/ou pontos de apoio na luta contra esse fluxo nivelador da história oficial, que deixa justamente escapar esses “lugares nos quais a tradição/transmissão se interrompe”.²⁴

“Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E, assim como os próprios bens culturais não estão livres de barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros. Por isso, o materialista histórico se afasta o máximo possível da tradição. Ele considera como tarefa sua pentear a história a contrapelo” (BENJAMIN, 1985, p. 157)

Para Silva (2011), essa transmissão desdobra-se sob a ótica do vencedor. Dessa forma, o autor compreende, com base nos textos de Benjamin, que o historiador materialista precisa entender que o passado não deve ser concebido a partir de uma reflexão imediata. Deve-se buscar, nas representações do próprio passado, uma análise crítica do mesmo. Caso contrário, a história continuará tendenciosa, pois “o passado é um conjunto de ‘ruínas’ que precisam ser restauradas e o presente é mais do que parece à primeira vista” (BRONNER, 1997, p. 163 *apud* SILVA, 2011, p. 149).²⁵

²² GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 1999, p. 99.

²³ *Ibidem*. 1999, p. 100.

²⁴ *Ibidem*. 1999, p. 100.

²⁵ SILVA. Antonio. **Elementos sobre o conceito de história em Walter Benjamin**. 2011

Assim, para “escovar a história a contrapelo” deve-se ir contra a versão oficial da história. Por fim, entende-se que a história tem muito mais a revelar nesse desvio da história legitimada e também que é necessário utilizar essas vertentes do paradigma indiciário e da história a contrapelo, que proporcionam questionamentos sobre as narrativas oficiais, o que a presente pesquisa busca.

Em consonância com essas vertentes, ao entender os efeitos da colonização na produção de conhecimentos de narrativas colonizadoras, o processo decolonial assume a perspectiva que intenta romper com a ideia de inexistência de outras narrativas, conhecimentos, bem como de opressões impostas por meio das relações de poder. Serão libertos, assim, vozes e conhecimentos que foram historicamente negligenciados, e até mesmo apagados, mediante a construção do materialismo histórico, que busca os pormenores mais negligenciáveis da história da sociedade.

1.2 QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Para adentrar na discussão sobre questões étnico-raciais, vale recorrer ao percurso no qual a mesma foi constituída. Para Aníbal Quijano (2014), a raça é uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que, desde então, permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo a racionalidade do eurocentrismo. Assim, a raça, segundo Quijano (2014), atua como uma classificação nodal relativa à produção das relações sociais na modernidade, no caso de territórios latino-americanos como o Brasil, denominada de colonialidade.

A ideia de raça, para o mesmo autor, não tem história conhecida antes da América, em seu sentido moderno. Mesmo que possa ser originada tendo como referência as diferenças fenotípicas entre os conquistados e os conquistadores, a noção de raça é, desde cedo, constituída com base em supostas estruturas biológicas diferenciais entres esses grupos. Nos termos de Quijano (2014), as relações sociais fundadas a partir dessa ideia produziram, na América, identidades sociais historicamente novas, como: índios, negros e mestiços; redefinindo outras, como: espanhol, português e europeu, que até então estavam relacionadas à procedência geográfica ou de país de origem, mas adquiriram, no que concerne às novas identidades, uma conotação racial. Prosseguindo com o mesmo autor, na medida em que essas relações sociais que estavam se configurando eram relações de dominação, as identidades foram associadas a hierarquias, papéis e lugares sociais

correspondentes. Consequentemente, ao padrão de dominação que se estabelecia. Assim, conclui, a raça e a identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população.

Renato Emerson (2012) corrobora a ideia de que, sendo a raça um constructo social, princípio de classificação que ordena e regula comportamentos e relações sociais, logo ela tem vinculação direta com a geografia. Desse modo, o autor busca compreender as dimensões espaciais das relações sociais.

A raça, para Lélia Gonzalez e Carlos Hasenbalg (1982), é social e historicamente elaborada e

continua a funcionar como um dos critérios mais importantes da distribuição de pessoas na hierarquia social. Em outras palavras, a raça se relaciona fundamentalmente com um dos aspectos da reprodução das classes sociais, isto é, a distribuição dos indivíduos nas posições da estrutura de classes e dimensões distributivas da estratificação social. (GONZALEZ; HASENBALG, 1982, p. 89 e 90)

A questão étnico-racial se vincula ao próprio processo de construção desigual das cidades brasileiras, que reproduzem o modelo discriminatório da formação da nossa sociedade. No Brasil, as relações étnico-raciais estão na base da formação social, marcada por profundas desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais, fruto de quase quatro séculos de escravidão. Durante esse período escravocrata, os homens, as mulheres e as crianças escravizadas produziram a riqueza do país. Com o fim legal da escravidão (1888)²⁶ e o início da República (1889), essas pessoas não foram incorporados ao sistema de produção.

No contexto da história colonial, contada a partir do ponto de vista dos dominantes, é perceptível a ocultação das relações construídas a partir do trabalho escravizado dos negros e dos indígenas, bem como as condições posteriores à exploração, cujos processos trataram de excluir os ex-escravizados dos acessos aos meios de produção, além de restringir e omitir serviços, direitos e políticas que identificavam a cidadania recentemente construída.

Segundo Mbembe (2014), se aprofundarmos a questão sobre a raça, evidenciaremos “um complexo perverso, gerador de medos e tormentos, de problemas do pensamento e de terror, mas, sobretudo, de infinitos sofrimentos e, eventualmente de catástrofes”. Assim, só nos é possível falar da raça ou do racismo em uma linguagem totalmente imperfeita, uma vez que não se sabe distinguir o que

²⁶ Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888: Carta de lei, pela qual Vossa Alteza Imperial manda executar o Decreto da Assembléia Geral, que houve por bem sancionar, declarando extinta a escravidão no Brasil, como nella se declara.

faz parte e o que não faz parte dele. Quanto ao resto, a raça apazigua odiando, mantendo o terror e praticando alterocídio, segundo Mbembe (2014), que consiste em constituir o outro não como um semelhante a si mesmo, mas como objeto intrinsecamente ameaçador, do qual é preciso proteger-se, desfazer-se, ou a quem é preciso, simplesmente, destruir por não conseguir assegurar o seu controle total.

No livro *Crítica da Razão Negra*, o autor apresenta uma reflexão sobre o mundo contemporâneo, a partir da experiência negra, na definição do negro como uma categoria social, em confusão com os conceitos de escravo e raça. Cabe ressaltar que essa visão sobre o negro foi construída pelo sistema escravista colonial.

O negro, enquanto construção social, é um conceito que designa a imagem da humanidade subalterna. Essa percepção tem início na fase mercantilista do capitalismo, quando o negro é considerado e transformado em mercadoria, e perdura no liberalismo. Para Mbembe (2014), o termo “negro” foi inventado para significar exclusão e, em nenhum momento, esteve dissociado da categoria de escravo. Nas palavras do autor, o negro é ainda aquele que vemos quando nada se vê, quando nada queremos compreender.²⁷ Essa invisibilidade está no âmago do racismo, pois, além de negar a humanidade do outro, ela se desenvolve como um modelo validador da opressão e exploração.

A raça não existe enquanto fato natural físico, antropológico ou genético. A ideia propagada é que a natureza produziu humanidades distintas, reconhecíveis por traços e características específicas. Sendo assim, faz-se uma redução do ser vivo e do corpo a uma questão de aparência. Mbembe (2014) corrobora Feldon, Isaac e Ziegler (2009), ao pontuar que, quando reduziram o corpo e o ser vivo a uma questão de aparência, da cor e da pele, os mundos euro-americanos fizeram do negro e da raça duas versões de uma única e mesma figura.

Milton Santos (1996) afirma que há a possibilidade de trabalhar três dimensões do homem, partindo da discussão sobre racismo, preconceito e discriminação: a dimensão da corporeidade, a da individualidade e a da socialidade. Para o autor, a corporeidade ou corporalidade seria a realidade do corpo do homem, uma realidade que avulta e se impõe, mais do que antes, com a globalização. Enquanto a corporalidade ou corporeidade é uma dimensão objetiva que dá conta da forma como se apresenta e se vê, das virtualidades de educação, de riqueza, da capacidade de

²⁷ MBEMBE, Achille. *Crítica da Razão Negra*. Lisboa, 2014, p. 11.

mobilidade, localidade, lugaridade, há dimensões que não são objetivas, mas subjetivas. Seriam aquelas que têm a ver com a individualidade, que conduzem a considerar os graus diversos de consciência dos homens, como a consciência do mundo, consciência do lugar, consciência de si, consciência do outro, consciência de nós. (SANTOS, 1996, p.10)

Santos (1996) faz uma reflexão, entendendo que todas essas formas de consciência têm que ver com a individualidade e lhe constituem gamas diferentes, tendo também que ver com a transindividualidade, com as relações entre indivíduos, relações essas que são uma parte das condições de produção da socialidade, do fenômeno de estar junto. Esse fenômeno de estar junto inclui o espaço e é incluído pelo espaço. Para o autor, há uma relação entre corporeidade, individualidade e socialidade e essa relação vai definir também a cidadania, considerando onde estamos inseridos. Por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade, uma vez que “o fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo”. (SANTOS, 1996, p.10)

Para Santos (1996), a corporeidade é a capacidade que tem o indivíduo de utilizar e sentir o corpo como ferramenta, como experiência vivida. É a partir dessa reflexão que Milton Santos passa a considerar que a corporeidade estaria vinculada à discriminação, preconceito e racismo.

Importante frisar a relevância das discussões sobre lugar de fala, pensamento decolonial, micro-história e relações étnico-raciais no âmbito desta dissertação. Assim como em Djamila Ribeiro, trata-se de contribuir para um debate com qualidade, saudável, honesto, baseado principalmente, em produções de homens e mulheres negras, atribuindo também, mesmo que de forma breve, a importância do feminismo negro na produção intelectual, o que coloca mulheres negras na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em reexistências e resistências de forma a contribuir para o debate em diferentes perspectivas.

Por fim, entende-se que as principais questões contidas neste capítulo poderiam continuar a serem discutidas, uma vez que são assuntos complexos que abrangem distintos campos disciplinares. Porém, intenciona-se elucidar, ainda que de modo parcial, questões pouco discutidas no campo da arquitetura e do urbanismo.

Busca-se, com isso, demonstrar que tais pensamentos possuem mais nexos com as questões arquitetônicas e urbanísticas do que é imaginado. Entender o negro na cidade e seus sujeitos, o posicionamento social e as práticas sociais a eles

vinculados permite identificar situações antes negligenciadas, trazendo à tona uma ótica que vem sendo construída por diversos autores, principalmente negros, ao longo dos anos.

2 TERRITÓRIOS NEGROS: CONCEITOS E RECORTE ESPAÇO-TEMPORAL

2.1 CONCEITUANDO TERRITÓRIO

Para identificar territórios negros na cidade, se faz necessário esclarecer, de início, o que se entende por território. Segundo o geógrafo Rogério Haesbaert (2004), o território nasce com uma dupla conotação, a material e a simbólica, uma vez que, epistemologicamente, se aproxima tanto de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar). Tem a ver com a dominação jurídico/política da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que ficam alijados da terra ou são impedidos de entrar no “territorium”. Ao mesmo tempo, para aqueles que possuem o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação positiva e a efetiva “apropriação”. Assim, o território, em qualquer acepção, tem a ver com poder, tanto no sentido de dominação quanto no sentido simbólico, de apropriação.²⁸

O território é um conceito abordado por distintos campos disciplinares, ao longo do tempo, sendo compreendido e atualizado a partir de diversas perspectivas. Pode-se relacioná-lo com o espaço físico, com um constante devir, como uma representação simbólica denotando vínculo ou pertencimento, como um objeto em permanente construção a partir de interações múltiplas, entre outros.

A presente pesquisa objetiva alcançar a definição de território em concordância com abordagens geográficas e históricas, a partir da identificação e análise dos territórios negros no Centro de Vitória. Assim, pode-se apontar de antemão, a população negra no centro da cidade de Vitória como protagonista da dissertação. Tal qual em Vieira (2017), considerando a ótica decolonial, se faz necessária a ressignificação de alguns conceitos relacionados às territorialidades e territórios, para poder vinculá-los à temática da pesquisa. Assim, para construir os objetos da pesquisa se faz necessário alinhar os conceitos, uma vez que não há um consenso que defina territórios e territorialidade negra. Dito isso, a concepção aqui apresentada trata do ponto de vista da definição desses territórios a partir das relações de poder, com a presença negra no espaço, que não é obrigatoriamente definido pela predominância

²⁸ HAESBAERT, Rogério. **Territórios e multiterritorialidade: um debate**. Niterói, 2004, p. 20.

negra, mas por meio da presença de códigos e símbolos compartilhados por aqueles que definem um território negro.

Quando se pensa em território negro, a tendência tem sido de vincular esses territórios a partir da ótica da resistência, contudo essa noção genérica de território negro não abrange a complexidade desses espaços. Outra visão muito utilizada por uma série de trabalhos desenvolvidos sobre o negro, no espaço urbano, trata o território negro pela perspectiva do deslocamento forçado, da segregação e desterritorialização²⁹. Assim, esta pesquisa busca o protagonismo negro no Centro de Vitória, apresentando quais práticas e sociabilidades foram desenvolvidas nesses espaços identificados como territórios negros, no recorte temporal entre 1850 e 1876, o qual permite uma análise documental, exploratória e quantitativa, devido à disponibilidade das fontes estudadas.

No texto “Território negro na área rural e urbana – algumas questões” (1991), a professora Ilka Boaventura Leite indica que existem dois tipos de ocupações que podemos classificar como territórios negros: uma **residencial**, portanto, fixa e material, sendo demarcada geograficamente, servindo para habitar e produzir (utilizada mais no meio rural), ou apenas para habitar (mais aplicada no meio urbano); e outra **interacional** que, apesar de ser demarcada geograficamente, nem sempre é fixa, não é utilizada para morar e ocorre principalmente na área urbana, tendo como principal característica o fato de serem locais de troca e encontro. Esses territórios não se baseiam no parentesco consanguíneo, e nem o excluem. De fato, são gerados a partir de certos tipos de prática sociais, tais como o comércio, o lazer, a religião e a política. Quando nos reportamos aos territórios negros estamos, segundo Rolnik (2016), contando não apenas a história da exclusão, mas da construção de singularidade e da elaboração de um repertório comum.

Os territórios, segundo Marcelo Lopes de Souza (2011), são construídos e desconstruídos nas mais diversas escalas físicas e temporais (séculos, décadas, anos, meses ou dias). Assim, os territórios podem ter caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Essa percepção vai ao encontro da categorização de Leite (1991), na qual o território de ocupação interacional se desloca ou se transforma durante um curto período.

²⁹ VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Porto Alegre, 2017, p. 34.

Prosseguindo na construção sobre a abrangência da denominação territórios negros, Vieira (2017) corrobora a ideia de que os territórios negros são, em um primeiro momento, espaços físicos habitados por pessoas negras, mas também são espaços simbólicos, repletos de significados e sentidos que estão relacionados às práticas sociais, a um modo de ser e estar negro, a sua ancestralidade negra e à memória negra. Portanto, são espaços que ganham significados a partir das relações que se estabelecem, para além do espaço físico e funcional. Alex Ratts (2004) reforça a presença de um conjunto de códigos e símbolos compartilhados que definem um território negro. Assim, não é apenas a predominância da população negra em um espaço que o define como território, mas, sim, um modo de vida.

Desse modo, o conceito de território negro adotado nesta pesquisa não precisa ser necessariamente um espaço físico, mas, sim, um espaço de sociabilidade, onde acontecem trocas e encontros de homens e mulheres negras. Então, as noções atribuídas a estes espaços que são reconhecidos como territórios negros passam a ser relacionadas com a presença de pessoas negras nestes espaços, se afastando, assim, dos recorrentes modos de identificação das práticas consideradas negras. Igualmente, a pesquisa busca discorrer sobre o conceito de território negro menos discutido nas pesquisas acadêmicas, as quais usualmente relacionam o território negro aos quilombos, aos terreiros, às favelas e às senzalas. Entende-se o território a partir da concepção de Nogueira (2018), que o identifica como projeção espacial das relações de poder, como o racismo, por exemplo, incorporando marcadores culturais que, a partir da identidade, identificam a apropriação do espaço no qual o território se manifesta. Em se tratando propriamente de territórios negros, o conceito transpassa diversas áreas de estudo.

Segundo Milton Santos (1998), vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros que atravessam os séculos praticamente intocados. O uso do território ou o “território usado” – na expressão do autor – é o que faz dele objeto da análise social, e não o território em si. Trata-se de uma forma híbrida e impura, e que por isso necessita de constante revisão histórica. Afinal, seu entendimento é fundamental para afastar o risco de perda do sentido da existência individual e coletiva, risco de alienação e de renúncia ao futuro.

Para Raffestin (1993), o território se dá pelas relações de produção e, conseqüentemente, pelas relações de poder do Estado sobre o indivíduo, por meio

das superfícies (tessituras), pontos (nós) e redes, os quais permitem a integração e a coesão dos territórios. É necessário delimitar o território, pois a noção de tessitura implica limites, onde a tessitura é sempre um enquadramento do poder, definindo limites ou fronteiras, poderes e escalas e elementos inter-relacionados na dinâmica territorial. Dessa forma, toda relação depende de limitações, que são usadas pelas coletividades para marcar o território e também como uma informação que estrutura o território, o qual é produto dos atores sociais. Nessa contextura, toda apropriação possui limites, os quais expressam relações de poder. Sendo assim, no limite, todas as relações do território são relações de poder.

A socióloga Vera Lúcia Benedito (2013, p. 98, *apud* NOGUEIRA, 2018, p. 37) afirma que a presença negra não define, por si, só um território negro. Ela é enfática ao afirmar que não há um consenso quanto à definição de território negro entre os estudiosos do território urbano. Segundo a mesma autora, não há um só bairro ou distrito na cidade no qual a presença negra ou afrodescendente seja 100% da população. É mediante marcadores culturais e simbólicos, ou na inscrição, que se acentua a predominância racial, por meio de organizações culturais, políticas e sociais. Essas, por sua vez, efetivam um devir e identidades de memória coletiva afrodescendente e negra. É no percurso do espaço e tempo, da história coletiva, marcada por carências sociais, articulações de lutas e microterritórios étnicos e raciais que se justifica a razão de ser do território negro.

Esses são alguns aspectos relevantes para a discussão, considerando que não existe um consenso quanto à definição de território negro. O que existe são definições sobre territórios urbanos que se entende, na maioria dos casos, como uma ação conduzida por um sujeito ou coletivo que se apropria de um espaço e, portanto, o territorializa (RAFFESTIN 1993, p. 143).

Assim sendo, entende-se como território:

“Um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos os que a ele pertencem, pela coletividade que o conforma, um tipo de identidade social, construído contextualmente e referenciado por uma situação de igualdade na alteridade. O território seria, portanto, uma das dimensões das relações interétnicas, uma das referências do processo de identificação coletiva, sendo imprescindível e crucial para a própria existência social.” (LEITE, 1991, p. 40 e 41)³⁰

Para Muniz Sodré (1988), a ideia de território coloca de fato a questão da identidade, por se referir à demarcação de um espaço na diferença com outros. Assim,

³⁰ LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil**. Florianópolis, 1991, p. 40 e 41.

conhecer a exclusividade ou a pertinência das ações relativas a um determinado grupo implica localizá-lo territorialmente. Dessa forma, entende-se que, segundo Sodré (1988), o território seria fundamental para a formação e demarcação das atividades e identidades referentes ao grupo social que ocupa um determinado espaço.

Nas palavras de Rogério Haesbaert (2009), apesar de todo território ser dotado de uma territorialidade, a territorialidade exige um território no sentido material. Assim, é possível conceber o território além de um aspecto físico e geográfico, transcendendo a fronteira espacial.

De acordo com Braga (2010), o território se constitui em um dos cinco conceitos-chave da Geografia, o espaço, a paisagem, a região e o lugar. Contudo, o conceito de território, assim como outros, é apenas mais uma forma de analisar a realidade, que é única, porém diversa e mutável temporalmente.

Considerando os diversos autores mencionados, entende-se que a concepção de territórios se sobrepõe ao espaço geográfico. Além disso, a produção em torno dos conceitos de territórios transpassa diversas correntes ideológicas. Assim, considerando a importância da construção conceitual, se torna fundamental realizar esta apresentação dos conceitos utilizados para associar o espaço em estudo. Os conceitos de territórios negros, na região de Vitória, se baseiam nas concepções abordadas acima, neste capítulo. Com isso, optou-se por apresentar as discussões a respeito de territórios e territorialidade negra em Vitória de forma separada, para elucidar claramente as concepções que levaram à análise desses espaços.

Para isso, utilizaram-se, primeiramente, as fontes documentais, o Recenseamento de 1872 e o Fundo de Emancipação de 1876, a fim de identificar os tipos de serviços prestados pelos cativos, na cidade de Vitória, no período de 1850 a 1876. Partindo disso, realizou-se a compilação dos dados encontrados nessas fontes documentais e nas fontes jornalísticas dos periódicos para a discussão e identificação das sociabilidades nos territórios negros segundo a concepção aqui explorada.

2.2 TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO INTERACIONAL: POPULAÇÃO NEGRA E PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE NOS SERVIÇOS NA CIDADE DE VITÓRIA (1850 – 1876)

O objetivo deste capítulo é localizar espacialmente os espaços da cidade de Vitória que podem ser reconhecidos como antigos territórios negros, a partir do conceito de território por dois tipos de ocupação apresentado por Ilka Boaventura Leite (1991): um de ocupação residencial e outro de ocupação interacional existente nos locais de troca e encontro.³¹ Para isso, se faz necessária a contextualização do período escravocrata no Brasil, em meados de 1800, objetivando compreender as ações, dados e acontecimentos, no período em recorte, bem como apresentar o contexto da cidade de Vitória no período de 1850 – 1876, com a finalidade de expor espaços da cidade reconhecidos pela presença negra e as sociabilidades existentes nestes espaços, de acordo com os serviços e interações dos escravizados.

No Brasil, a Lei Feijó³², de 07 de setembro de 1831, declarava livres todos os escravizados vindos de fora do Império. Essa lei foi promulgada, principalmente, devido à pressão da Inglaterra para que houvesse a extinção do tráfico negreiro no Brasil. Os ingleses decretaram, em 1833, o fim da escravidão em suas colônias e passaram a ser defensores do abolicionismo. Por isso, em 08 de agosto de 1845, o parlamento inglês aprovou a Lei Bill Aberdeen³³, a qual dava poderes à Inglaterra de prender e punir qualquer navio negreiro.

Posteriormente, em 04 de setembro de 1850, a lei nº 581, conhecida como Lei Eusébio de Queirós³⁴, estabeleceu medidas para a repressão do tráfico negreiro. Sua promulgação adveio da pressão britânica para a extinção do comércio de negros escravizados no Brasil. Antes disso, com a Inglaterra fiscalizando as embarcações, a solução encontrada para suprir a mão de obra negra escravizada fora o comércio interprovincial.

Segundo Almada (1984), apesar das dificuldades impostas pelo fim legal do tráfico negreiro, o surto da produção de café na província do Espírito Santo ampliou a instituição escravista. Importante destacar que, no ano de 1860, ocorreu a visita da

³¹ LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil**. Florianópolis, 1991, p. 44.

³² BRASIL, **Lei Feijó** de 7 de setembro de 1831.

³³ REINO UNIDO, *Slave Trade Suppression Act* ou "*Aberdeen Act*" conhecida como Lei Bill Aberdeen de 08 de agosto de 1845.

³⁴ BRASIL, Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, Lei Eusébio de Queirós

Família Imperial à cidade de Vitória (24 de janeiro de 1860), fato considerado de um potencial transformador, por se tratar de um relevante acontecimento histórico para a capital capixaba.³⁵

A periodização em estudo permite uma análise quantitativa e qualitativa da presença negra cativa no espaço urbano de Vitória, mediante as notícias de aluguel e venda de escravizados datadas, nesta pesquisa, a partir de 1850, e devido ao primeiro Recenseamento da População do Império do Brasil, de 1872, e ao 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, datado de 1876. Adota-se o argumento de Jesus (2009) sobre os fatores que contribuíram para a delimitação do início da periodização temporal proposta, a qual foi marcada por mudanças expressivas:

O ano de 1850 sinalizou, finalmente, um possível fim da escravidão no Brasil. O preço do escravo tornou-se elevado, dificultando ainda mais o acesso à mão de obra escrava. (...) as mudanças econômicas e o aumento populacional advindos da imigração e da produção do café (...) trouxeram grandes transformações para a Província do Espírito Santo (JESUS 2009, p. 26 - 27 *apud* ALMADA, 1984, p. 64 -74).

Quanto ao ano de 1876, demarca a finalização do período em estudo pela relevância dos dados contidos na publicação do Fundo de Emancipação, no mesmo ano, que adveio da Lei do Ventre Livre, conforme será evidenciado neste capítulo.

A partir das leituras referentes a território negro e história da população negra³⁶ no município de Vitória, é fundamental tratar de alguns aspectos interacionais que tiveram papéis importantes no cotidiano do Centro. Sendo assim, voltamos o olhar para as práticas comerciais da cidade de Vitória, nas quais os negros escravizados estavam presentes, no cotidiano social e nos espaços físicos da cidade, devido aos diversos serviços que prestavam. Por isso, as práticas de sociabilidades abordadas estão voltadas ao setor de serviços da época.

Quanto às abordagens relativas à identificação de tipos de territórios negros não vinculados de modo restrito ao que se convencionou de territórios de resistência, foi possível ampliar, assim como as demais autoras, a identificação do território negro sob a ótica do protagonismo da presença da população negra nas cidades brasileiras. Pode-se, assim, identificar, na Cidade de Vitória oitocentista, territórios negros

³⁵ BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 – Vitória (ES). Vitória, 2014, p. 16.

³⁶ Importante pontuar que, embora a população negra no século XIX seja bastante diversa quanto à origem e etnia, as fontes mobilizadas para esta pesquisa não permitiram especificá-las. Ao utilizarmos aqui “população negra”, estamos considerando que esta é composta da diversidade e especificidades dos diferentes africanos e seus descendentes que habitavam o Brasil no período estudado.

vinculados aos espaços de permanência mediante práticas de serviço e de socialização.

Outro aspecto importante: para compreender as ações, os dados e os acontecimentos, no período em recorte, é essencial contextualizar geograficamente a situação escravocrata, no Brasil, em meados de 1800.

A cidade de Vitória é uma das mais antigas capitais do Brasil, fundada oficialmente em 8 de setembro de 1551 e elevada à categoria de cidade em 24 de fevereiro de 1823³⁷, por meio do Decreto-Lei Imperial que concedeu a emancipação³⁸. Vitória não é diferente de outras cidades brasileiras, pois ainda encobre algumas marcas negras na construção, ocupação e participação de seu território. Assim, como as demais cidades brasileiras, possuía uma sociedade hierarquizada e excludente que dependia da mão de obra escravizada, portanto, uma sociedade apoiada na economia escravista.

Figura 1: ‘Cidade da Victoria, capital da Província do Espirito Santo’



Fonte: Acervo da Biblioteca digital Luso-Brasileira. Nota: A autoria de Joseph Alfred Martinet ³⁹

³⁷ **Decreto de 24 de fevereiro de 1823.** – Eleva à categoria de Cidade todas as Villas que forem Captaes de Provincias, e concede titulos honoriticos ás Povoações da Villa Rica, S. Paulo, Itú, Sabará e Barbacena. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/P%C3%A1ginas%20de%20Legimp-F_84.pdf>.

³⁸ Disponível em: <<https://m.vitoria.es.gov.br/cidade/a-cidade>>.

³⁹ Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/24809>>.

Vitória era o segundo município com maior população da província, com 16.157 habitantes, sendo 12.470 (77,2%) livres e 3.686 (22,8%) escravizados. Apesar de ser o segundo município mais populoso, era em Vitória que se concentrava a maior população livre, deixando Cachoeiro de Itapemirim em segundo lugar nessa questão, tendo Cachoeiro a maior quantidade de habitantes e escravizados, conforme a **tabela 1 e gráfico 1**.

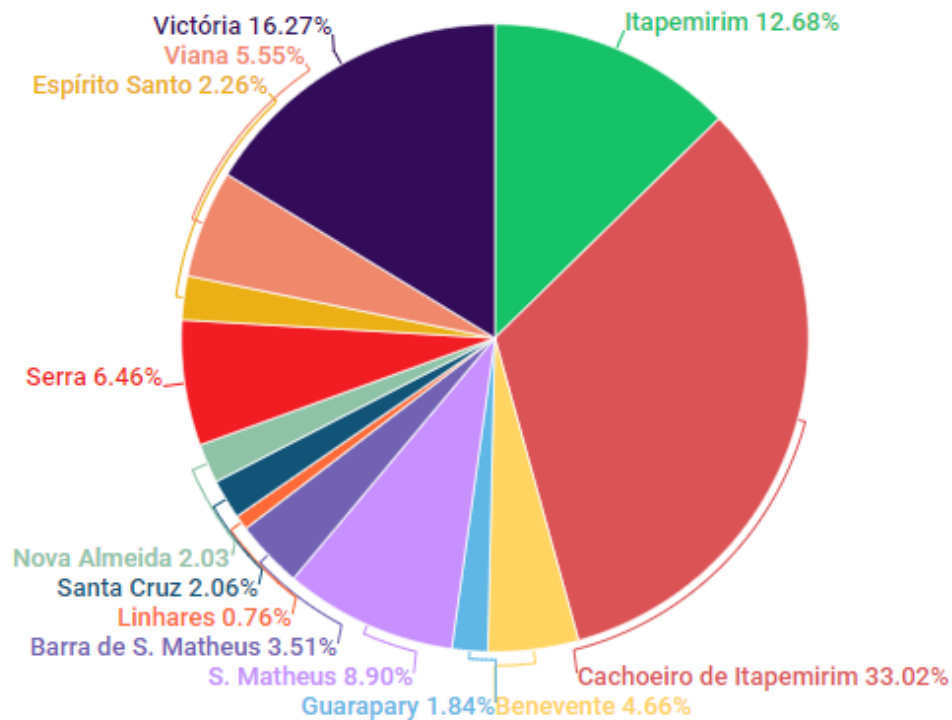
Tabela 1: Quadro geral da população na província do ES, segundo a condição (censo de 1872)

Província/Município	Livres	(%)	Escravos	(%)	Total	(%) em relação ao ES
Província do ES	59.478	72,4	22.659	27,6	82.137	100
Municípios						
Barra de S. Matheus	2.717	77,3	796	40,5	18.496	22,5
Benevente	4.243	80,1	1.057	29,1	1.755	2,1
Cachoeiro de Itapemirim	11.014	59,5	7.482	13,1	3.188	3,9
Espírito Santo	1.244	70,9	511	29,1	1.755	2,1
Guarapary	2.771	86,9	417	13,1	3.188	3,9
Itapemirim	6.808	70,3	2.873	29,7	9.681	11,8
Linhares	1.691	90,8	172	9,2	1.863	2,3
Nova Almeida	1.736	79,1	460	20,9	2.196	2,7
Santa Cruz	4.024	89,6	466	10,4	4.490	5,5
São Matheus	2.640	56,7	2.017	43,3	4.657	5,7
Serra	2.830	68,9	1.464	34,1	4.294	5,2
Vianna	5.290	80,8	1.257	19,2	6.547	8
Victória	12.470	77,2	3.687	22,8	16.157	19,7

Fonte: Elaborado pela autora, adaptado de JESUS (2009), a partir do Censo do IBGE de 1872, adaptado por CEDEPLAR (2012).⁴⁰

⁴⁰ Cabe ressaltar que os dados do Recenseamento de 1872 e do 1º Livro de Classificação dos Escravos de 1876 não devem e não podem ser compreendidos como uma verdade única, por serem dados oficiais do Império Brasileiro. Os dados oficiais eram tendenciosos devido principalmente ao contexto político e social do período escravocrata, por meio do controle estatal de informação, censura, propaganda, subnotificação da escravidão, uma vez que por possuir economia baseada nesse sistema os dados oficiais eram frequentemente manipulados, subnotificando o número real de escravizados de forma a minimizar a extensão do sistema escravocrata e seus impactos sociais.

Gráfico 1: Concentração da população cativa na província do Espírito Santo em 1872(%).



Fonte: elaborado pela autora, adaptado de JESUS (2009), a partir de Censo do IBGE de 1872.

No que diz respeito ao município de Vitória, sua população, em 1872, contava com o maior número de escravizados inseridos nas atividades urbanas, pois cerca de 22,8% da população era constituída por escravizados, e a concentração da população cativa do município era a segunda maior da província. Apesar da agricultura concentrar uma maior quantidade de escravizados, era comum e recorrente a participação dessa população em diversos tipos de serviços urbanos e domésticos.

Sidney Chalhoub (2011) afirma que os escravizados trabalhadores das cidades brasileiras possuíam mobilidade espacial maior do que os escravizados do meio rural. E em relação aos escravizados que desempenhavam serviços urbanos e domésticos e que viviam nas cidades, Jesus (2009) corrobora o pensamento de Chalhoub (2011), afirmando que esses negros escravizados gozavam de maior mobilidade e liberdade, devido às suas ocupações, já que, por vezes, se encontravam longe da vigilância senhorial.

Cabe ressaltar que a expressão “liberdade” não está relacionada ao seu entendimento *stricto sensu*, uma vez que, nesse sentido, proporciona a todo ser humano o direito de comunicar o que quiser e da maneira que quiser. Assim, de forma

ampla, a liberdade autoriza escolhas, insultos, vontades, entre outras possibilidades. Em se tratando do período escravocrata, a “liberdade” descrita no decorrer desta pesquisa está relacionada a uma mobilidade e circulação com menos controle, que advinha de trabalhos que não possuíam feitores ou senhores vigiando a todo tempo, portanto uma liberdade pautada na vigilância constante, porém não absoluta.

Um ponto destacado por ambos os autores, Chalhoub e Jesus, é que, inclusive, os negros escravizados domésticos possuíam essa “liberdade”, dando o exemplo das lavadeiras, que necessitavam circular pelas cidades para a lavagem das roupas nas fontes públicas. Ainda de acordo com Jesus (2009), essa mobilidade espacial na cidade oferecia “condições para o cativo amear economias, comprar sua alforria e permanecer, constantemente, em contato com outros grupos sociais”.⁴¹

2.2.1 Serviços como práticas de sociabilidade

Vitória era o principal núcleo urbano da Província do Espírito Santo, sendo sede administrativa, com uma variada rede de serviços e ocupações burocráticas. Cercada por fazendas de cana, algodão, milho e outros, a cidade contava com diversos trabalhadores especializados, sendo muitos deles escravizados, os quais exerciam as mais diversas funções.

Em 1872, ocorreu o primeiro recenseamento no Brasil, com o objetivo de prover dados estatísticos da população. Esses dados constataram que os negros escravizados eram parte fundamental do cotidiano da Comarca e, no âmbito do município de Vitória, as profissões agrícolas (lavradores) e os serviços domésticos eram, respectivamente, as profissões que concentravam mais trabalhadores, segundo a **tabela 2** do recenseamento de 1872. Ainda na mesma tabela, tem-se que os lavradores eram 1912 trabalhadores livres e 718 escravizados; e 1202 eram trabalhadores livres que prestavam serviços domésticos e 673 escravizados. Os serviços que mais concentravam escravizados, no município de Vitória, eram o serviço doméstico e o serviço de lavradores, nesta sequência.

Na paróquia de Vitória, os dados da **tabela 3** demonstram que as profissões que mais concentravam trabalhadores eram as de serviço doméstico, com 437 trabalhadores livres e 326 escravizados, e os serviços agrícolas, com 50 trabalhadores livres e 218 escravizados. É perceptível que os negros escravizados

⁴¹ JESUS, Aloiza Delurdes Reli de. **DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. Vitória, 2009, p. 24.

estavam em maior número nas atividades relacionadas ao serviço doméstico e nas atividades agrícolas, sendo, respectivamente, 326 escravizados e 218 escravizados.

Tabela 2: Principais profissões do município de Vitória 1872.

<i>Recenseamento da Pop. Do Império 1872</i>		LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Profissões liberais, industriais e comerciais	Seculares (religiosos); Homens e mulheres (relig. Regular); Juizes; Advogados; Notários e escrivães; Procuradores; Oficiais de justiça; Médicos; Cirurgiões; Farmacêuticos; Parteiros; Professores homens de letras; Empregados públicos; Artistas; Manufatureiros e fabricantes; Comerciantes, guarda-livros e caixeiros (PROFISSÕES COM APENAS PESSOAS LIVRES)					
Outras ocupações	Militares	147	0	0	0	147
	Marítimos	71	0	15	0	86
	Pescadores	56	0	11	0	67
	Capitalistas e proprietários	17	8	0	0	25
	Criados e jornaleiros	310	17	97	0	424
	Serviço doméstico	0	1202	62	611	1875
Profissões Agrícolas	Lavradores	1628	284	347	371	2630
	Criadores	0	0	0	0	0
Profissões manuais ou mecânicas	Costureiras	0	1046	0	38	1084
	Canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	6	0	0	0	6
	em metais	36	0	3	0	39
	em madeiras	67	0	15	0	82
	em tecidos	11	417	0	51	479
	de edificações	47	0	26	0	73
	em couros e peles	10	0	2	0	12
	em tinturaria	0	0	0	0	0
	de vestuários	47	0	8	0	55
	de chapéus	0	0	0	0	0
	de calçado	30	0	7	0	37

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do Recenseamento Geral do Império do Brasil, de 1872, organizado por CEDEPLAR (2012).⁴²

Tabela 3: Principais profissões na “Parochia de Victoria” 1872.

Recenseamento da Pop. Do Império 1872		LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL
		Homem	Mulher	Homem	Mulher	
Profissões liberais, industriais e comerciais	Seculares (religiosos); Homens e mulheres (relig. Regular); Juizes; Advogados; Notários e escrivães; Procuradores; Oficiais de justiça; Médicos; Cirurgiões; Farmacêuticos; Parteiros; Professores homens de letras; Empregados públicos; Artistas; Manufatureiros e fabricantes; Comerciantes, guarda-livros e caixeiros (PROFISSÕES COM APENAS PESSOAS LIVRES)					
Outras ocupações	Militares	147	0	0	0	147
	Marítimos	71	0	15	0	86
	Pescadores	50	0	11	0	61
	Capitalistas e proprietários	15	8	0	0	23
	Criados e jornaleros	29	5	69	0	103
	Serviço doméstico	0	437	32	294	763
Profissões Agrícolas	Lavradores	33	17	55	163	268
	Criadores	0	0	0	0	0
Profissões manuais ou mecânicas	Costureiras	0	228	0	17	245
	Canteiros, calcoteiros, mineiros e cavouqueiros	6	0	0	0	6
	em metais	24	0	2	0	26
	em madeiras	41	0	6	0	47
	em tecidos	4	86	0	18	108
	de edificações	38	0	21	0	59
	em couros e peles	10	0	2	0	12
	em tinturaria	0	0	0	0	0
	de vestuários	39	0	5	0	44
	de chapéus	0	0	0	0	0
	de calçado	29	0	7	0	36

⁴² Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>>.

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do Recenseamento Geral do Império do Brasil, de 1872, organizado por CEDEPLAR (2012).

Em relação à proporção dos serviços prestados, entre trabalhadores livres e escravizados, observa-se, na paróquia de Vitória, que os serviços de edificações e domésticos, apesar de não possuírem uma quantidade superior de negros escravizados, sua proporção era bem elevada, uma vez que 21 cativos e 38 homens livres prestavam serviços na construção, e 437 homens livres e 326 escravizados ocupavam os serviços domésticos. Tratando-se também da quantidade de escravizados em maior proporção que trabalhadores livres, é possível constatar que havia uma maior quantidade de cativos prestando serviços como criados e jornaleiros, sendo uma proporção de 69 escravizados e 34 trabalhadores livres.

Os dados do Município de Vitória demonstram que a proporção dos serviços prestados, entre trabalhadores livres e negros escravizados, é menor, se comparada aos dados da paróquia de Vitória, uma vez que os serviços domésticos e de edificações possuíam uma quantidade maior de trabalhadores livres atuando, porém em se tratando da proporção, esses serviços, comparados aos outros serviços da tabela, possuíam uma proporção maior de escravizados atuando na área.

Além do recenseamento de 1872, em 23 de agosto de 1876, o município de Vitória apresentou o 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação⁴³. Segundo Jesus (2009), esse livro fora elaborado segundo a Lei do Ventre Livre, de 28 de agosto de 1871⁴⁴, a qual criou o Fundo de Emancipação de escravos, além de outras disposições, como libertar os filhos nascidos de mulheres escravas. O artigo 3º da referida Lei apresenta a composição desse Fundo de Emancipação:

Art. 3º Serão annualmente libertados em cada Provincia do Imperio tantos escravos quantos corresponderem á quota annualmente disponivel do fundo destinado para a emancipação.

§ 1º O fundo de emancipação compõe-se:

1º Da taxa de escravos.

2º Dos impostos geraes sobre transmissão de propriedade dos escravos.

3º Do producto de seis loterias annuaes, isentas de impostos, e da decima parte das que forem concedidas d'ora em diante para correrem na capital do Imperio.

4º Das multas impostas em virtude desta lei.

⁴³ **Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação.**

Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

⁴⁴ **Lei Nº 2.040**, Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, de 28 de setembro de 1871: declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.

5º Das quotas que sejam marcadas no Orçamento geral e nos provinciaes e municipaes.

6º De subscripções, doações e legados com esse destino.

§ 2º As quotas marcadas nos Orçamentos provinciaes e municipaes, assim como as subscripções, doações e legados com destino local, serão applicadas á emancipação nas Provincias, Comarcas, Municipios e Freguezias designadas.⁴⁵

A Lei do Ventre livre, além de apresentar esse Fundo de Emancipação, obrigava, no artigo 8º, que todos os escravizados fossem matriculados:

Art. 8º O Governo mandará proceder á matricula especial de todos os escravos existentes do Imperio, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1º O prazo em que deve começar e encerrar-se a matricula será annuciado com a maior antecedencia possivel por meio de editaes repetidos, nos quaes será inserta a disposição do paragrapho seguinte.

§ 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula, até um anno depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos.

§ 3º Pela matricula de cada escravo pagará o senhor por uma vez sómente o emolumento de 500 réis, se o fizer dentro do prazo marcado, e de 1\$000 se exceder o dito prazo. O producto deste emolumento será destinado ás despesas da matricula e o excedente ao fundo de emancipação.

§ 4º Serão tambem matriculados em livro distincto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incorrerão os senhores omissos, por negligencia, na multa de 100\$ a 200\$, repetida tantas vezes quantos forem os individuos omittidos, e, por fraude nas penas do art. 179 do codigo criminal.

§ 5º Os parochos serão obrigados a ter livros especiaes para o registro dos nascimentos e obitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os parochos á multa de 100\$000.⁴⁶

Dessa forma, todo negro escravizado deveria ser matriculado, sem exceção, sendo o não cumprimento da lei passível de multa. Nota-se, na **tabela 4**, que o 1º Livro de Classificação, de 1876, apresenta alguns serviços que não foram descritos no recenseamento de 1872.

O serviço que possuía uma quantidade maior de cativos, segundo a **tabela 4**, era o serviço de lavoura. O segundo serviço com mais negros escravizados era o de cozinheira (o), com 116 escravizados vinculados a essa ocupação. Percebe-se que, nas **tabelas 2 e 3** do recenseamento de 1872, não havia distinção do tipo de serviço prestado em edificações, mas, na **tabela 4**, o serviço que poderia corresponder ao de edificações seria o de Pedreiro, ao qual havia 27 escravizados vinculados. É possível constatar, também, que havia uma quantidade considerável de crianças de 0 a 12

⁴⁵ **Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação.** Município da Cidade de Victoria, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

⁴⁶ BRASIL, **Lei Nº 2.040**, de 28 de setembro de 1871: declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.

anos, e que essas ainda não possuíam uma ocupação vinculada, segundo a **tabela 4**.

Tabela 4: Ocupação e sexo do escravizado em 1876.

<i>Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação 1876</i>		ESCRAVOS		TOTAL
		Mulher	Homem	
Ocupação do escravo	Lavoura	971	1099	2070
	Cozinheira (o)	102	14	116
	Jornaleira (o)	3	22	25
	Carpinteiro	0	26	26
	Costureira (o)	38	1	39
	Seleiro	0	1	1
	Sapateiro	0	1	1
	Pedreiro	0	27	27
	Doméstica	13	5	18
	Alfaiate	0	9	9
	Copeiro	3	10	13
	Engomadeira	12	0	12
	Lavadeira	21	0	21
	Padeiro	0	2	2
	Ferreiro	0	1	1
	Teceloa (ão)	3	2	5
	Marítimo	0	7	7
	Pescador	0	1	1
	Nada consta 0-12	243	269	513
	Nada consta 41-100	1	1	2

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação (PMV, 1876).

Os dados contidos no Recenseamento de 1872 e no Fundo de Emancipação de 1876 permitem identificar os serviços mais requisitados a serem prestados por negros escravizados. As informações das **tabelas 2, 3 e 4** (itens anteriores) são articuladas em método que as vincula à seção de anúncios dos periódicos da época, a saber: Correio da Victoria e Jornal da Victoria.

As referidas seções periódicas apresentam três tipos de anúncios relacionados aos negros escravizados, anúncios de fuga, de aluguel e venda, cuja composição apresenta informações que descreviam “características” dos escravizados. O aluguel

de escravizados constituía-se como uma prática comercial muito utilizada pelos senhores de escravos nas cidades brasileiras. E, por isso, os senhores forneciam, muitas vezes, meios para que seu escravizado aprendesse novas funções. Afinal, quando ele era alugado para algum tipo de serviço, o seu senhor ganhava a maior parcela do valor do serviço prestado.

Em Vitória, essa prática não era diferente. É possível encontrar diversos trechos em que há uma procura por serviços especializados. Segundo Jesus (2009), esse tipo de prática comercial poderia servir tanto como uma alternativa para quem não possuísse escravizados quanto para quem tinha posse de escravizados além do necessário e os alugava como um modo de rendimento e manutenção de todos os escravizados. Em alguns casos, o senhor que alugava o escravizado ficava responsável pela alimentação, alojamento, roupas e cuidados médicos necessários.

A prática de aluguel de negros escravizados, em Vitória, pode ser identificada nos periódicos do *Correio da Victoria*, a exemplo das citações dos anos 1857 a 1869. São trechos da seção de anúncios de aluguéis relativos à procura por serviços especializados, tanto para serviços domésticos como para o meio urbano:

Quem tiver uma ama de leite e quiser alugar-a dirija-se á typ que se dirá quem precisa.⁴⁷

Escravas para alugar, o abaixo assignado aluga escravas para serviço interno de qualquer casa. Manoel Pinto ⁴⁸

Alugão-se três negros reforçados para serviço de padaria pagando-se 18\$ mensais a cada um quem os quizer alugar dirija-se a padaria do Porto das Lanchas.⁴⁹

Aluga-se escrava boa cosinheira, engomadeira, costureira e lavadeira quem d'ella necessitar dirija-se a José Alvarenga Rangel para tratar.⁵⁰

Aluga-se uma preta, que saiba cozinhar e engomar; pagando-se bem. Quem a tiver anuncie.⁵¹

Observa-se que aparecem constantemente, nas descrições dos anúncios, as qualidades procuradas, tais como: sem vícios, sadia, bem-comportado, entre outros. Segundo Jesus (2009), o escravizado doméstico, por estar bem próximo de seus senhores, precisava seguir regras de comportamento mais rígidas.

Cabe ressaltar que existia uma distinção entre os escravizados que ocupavam as lavouras, denominados “escravos de roça” e aqueles que trabalhavam no setor urbano da cidade, os “escravos da cidade”. Tal diferenciação foi encontrada em

⁴⁷ *Correio da Victoria*, Vitória, 1 de julho de 1869, p. 4.

⁴⁸ Idem, 26 de janeiro de 1859, p. 4.

⁴⁹ Idem, 4 de abril de 1857, p. 4.

⁵⁰ Idem, 18 de abril de 1857, p. 4.

⁵¹ Idem, 19 de setembro de 1855, p. 4.

anúncios de jornais com as funções que esses escravizados poderiam prestar, como observado nos anúncios dos periódicos *Correio da Victoria* e *Jornal da Victoria*:

Vende-se uma escrava de nação, 30 annos de idade, mais ou menos, sem vícios, sadia, propria para roça: quem a pretender dirija-se á casa de João Pinto Gomes Rezendo [...] ⁵²

Quem quizer comprar um escravo de nação, idade 30 annos pouco mais ou menos, mestre de fazer cigarros, e principios de padeiro, cosinheiro pescador de lancha; a pessoa que pretender dirija-se a rua do Porto dos Padres [...] ⁵³

Escravos avenda por modico preço, com dinheiro avista, boas firmas ou fianças certas, e pequenos prasos: Joanna, angola com uma cria; Prudente, angola 25 annos ambos de roça; José, mina 30 annos de cidade e roça; Delfino, pedreiro, crioulo; Felicianno, molato, de roça e cidade: quem os pretender dirija-se a esta typ. Que se indicará quem os vende. ⁵⁴

Nesta Typ. se dirá quem vende por commodo preço uma escrava de nove annos, própria para mucamba. (6-5) ⁵⁵

Dentre os periódicos pesquisados, foi possível encontrar poucos anúncios de venda relacionados à criança escravizada, os quais apresentavam uma possível prestação de serviço e ocupação que ela poderia exercer para o futuro senhor, como, por exemplo, “nesta typ. se dirá quem vende dois moleques sendo um de 14 annos e outro de 6, propios para pagens, e aptos para qualquer officio, sem vicio e sem molestia” ⁵⁶.

Nota-se, ainda, nos periódicos pesquisados relacionados a Vitória, que não foi possível constatar anúncios de aluguel de crianças para prestação de serviços. Levanta-se a hipótese de que eram novos demais para exercer um ofício com maestria e, portanto, não tinham uma ocupação vinculada e ainda não estavam preparados para os serviços de aluguel, como constatado na **tabela 4**. Essa tabela demonstra que crianças de 0 a 12 anos não apresentavam uma ocupação vinculada. Cabe ressaltar que, embora não se tenha encontrado anúncio de aluguel de criança escravizada nas pesquisas relacionadas aos periódicos estudados, não se pode descartar a existência de possíveis anúncios relacionados a aluguel de crianças escravizadas, cabendo

⁵² *Correio da Victoria*, Vitória, 7 de fevereiro 1849, p. 4.

⁵³ *Ibidem*.

⁵⁴ *Correio da Victoria*, Vitória, 2 de novembro de 1850 p. 4.

⁵⁵ *Jornal da Victoria*, Vitória, 6 de janeiro 1867, p. 4.

⁵⁶ *Correio da Victoria*, Vitória, 3 de dezembro de 1859, p.4

ampliação do escopo desta pesquisa para confirmação ou não desta atividade no período em estudo. Contudo, um anúncio em específico apresenta informações que podem indicar uma procura por aluguel de escravizados mais jovens:

Criado

Quem tiver um rapas que sirva para criado, e o quiser alugar anuncie, ou procure nesta typografia que se indicará a pessoa que precisa. Sendo moço e sem vícios, paga-se até 7\$000rs. mensaes.⁵⁷

O anúncio não permite identificar que se tratava de um aluguel relacionado a uma criança ou a um jovem. Cumpre relatar que as crianças trabalhavam também, geralmente como mucamas, pajens, além de em outros serviços domésticos de casa, ou como costureiras e seleiros. É possível constatar o serviço de mucama no periódico anteriormente citado, que apresenta a venda de uma criança escravizada, de 9 anos, considerada “própria para mucamba”. De fato, se comparamos a quantidade de anúncios de aluguel ou venda de negros escravizados adultos, é evidente uma quantidade e facilidade de encontrar mais anúncios vinculados a uma faixa etária adulta do que à infantil.

Além dos serviços prestados para as casas, os escravizados transitavam cotidianamente no espaço urbanizado da cidade de Vitória para a execução dos mais variados serviços. E, da mesma forma que eram alugados para serviços de casa, foi possível constatar que havia uma procura relacionada a serviços públicos. Segundo Vanderson (2015), o trabalho do escravizado era requisitado na realização de obras públicas e nos serviços dentro da cidade. Essa procura foi constatada nos anúncios no Correio da Victoria:

Precisa-se de doze ou dezesseis escravos para se empregarem no serviço municipal, ou limpeza de toda a cidade a bem da salubridade publica. Vencendo o jorna 1\$000 rs. Diários, quem os tiver e quiser empregar neste ramo de serviço dirija-se à Manoel Gonçalves Victoria.⁵⁸

Os encarregados da inspeção da iluminação publica convidão as pessoas, á quem convier para o serviço da mesma iluminação, com o vencimento diário de 800 rs. preferindo aos escravos pessoas livres. – Victoria em 3 de abril de 1857.⁵⁹

Constata-se que havia negociações tanto na oferta quanto na procura de aluguel de escravizados nas mais diversas ocupações. E os negros escravizados eram alugados até pela municipalidade para manterem a iluminação e limpeza da

⁵⁷ **Correio da Victoria**, Vitória ,21 de novembro de 1855 p. 4.

⁵⁸ Idem, 13 de outubro de 1855, p. 4.

⁵⁹ Idem, 4 de abril de 1857, p. 4.

cidade. A mobilidade proporcionada pelos aluguéis de serviços prestados aos senhores, nos espaços da cidade, ocasionava, conseqüentemente, uma sociabilidade entre os cativos.

O termo sociabilidade tem um significado amplo e por isso sua utilização pode tornar-se problemática. O mesmo acontece com termos tais como mentalidade, cultura, etc., que, por terem também um significado amplo, podem acabar sendo destituídos de qualquer significado.⁶⁰

Entende-se sociabilidade tal como exposto por Simmel (2006), ou seja, trata-se de forma lúdica de associação, na qual forma e conteúdo são processos indissociáveis na experiência concreta, e os indivíduos constituem uma unidade no intuito de satisfazer seus interesses, não importando o objetivo do agrupamento. Nesse sentido, a sociabilidade proporciona, por exemplo, o caso no qual o falar se torna legitimamente um fim em si mesmo. E por ser bilateral, se torna o preenchimento de uma relação que nada quer ser além de uma relação, na qual aquilo que, de resto, é apenas uma forma de interação se torna seu conteúdo mais significativo.⁶¹

Os anúncios encontrados nos periódicos evidenciam que os negros escravizados estavam presentes nas ruas e nas casas, desempenhando os mais variados tipos de serviços nos espaços da cidade. Sendo assim, os escravizados eram parte importante do cotidiano de Vitória, sendo responsáveis pela manutenção da cidade, e pelo abastecimento de água das residências dos senhores e na limpeza dos dejetos domésticos. Segundo Jesus (2009), as águas eram buscadas nas fontes da cidade e os dejetos eram despejados no aterro do Caís do Santíssimo, o qual aparece como depósito de esgoto doméstico no ano de 1857⁶². Além do referido caís como local para despejo dos tigres⁶³, Elmo Elton (1986) pontua que, na Ladeira da Misericórdia, havia um estreito caminho que dava para o mar o qual era também local de despejo de tigres. Os tonéis e barris trazidos das residências eram despejados na baía em horas de maré vazante⁶⁴.

⁶⁰ SOARES, Geraldo Antonio. **Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX**. Vitória, 2004, p. 58

⁶¹ SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. 2006, p. 50 e 58

⁶² JESUS, Aloiza Delurdes Reli de. **DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. Vitória, 2009, p. 105.

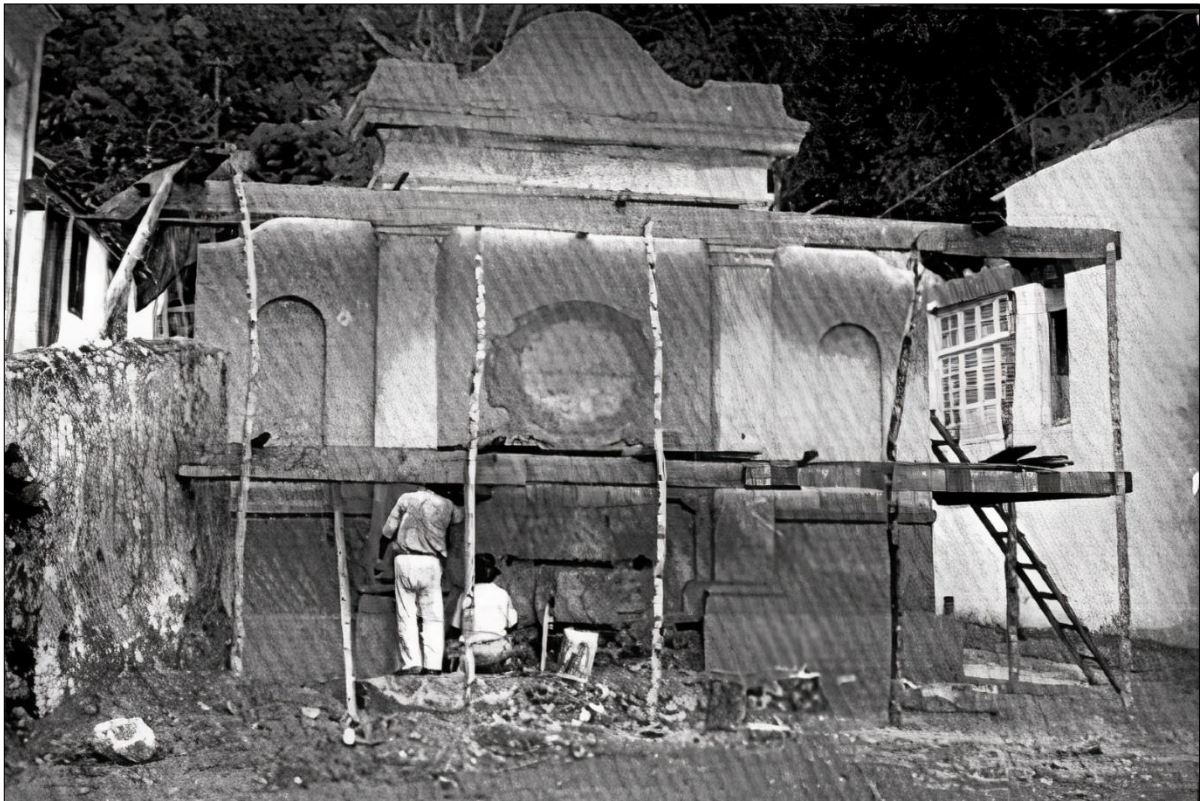
⁶³ O escravizado era responsável pela recolha dos dejetos, que carregava nas costas em tonéis repletos de urina e fezes, os quais por muitas vezes não suportavam a quantidade depositada, fazendo com que o escravizado fosse marcado por gotas e lastros de urina e fezes na pele devido à acidez, resultando em listras e no apelido pejorativo de tigre (PEREIRA, 2019).

⁶⁴ ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória, 1986, p. 109

No que tange a essa mobilidade urbana na execução de serviços no Centro de Vitória, como dito, alguns serviços proporcionavam uma maior mobilidade dentro da cidade e, por consequência, uma maior sociabilidade. Um outro serviço a se destacar, nesse contexto, são os serviços domésticos das lavadeiras, que necessitavam circular pela cidade para lavagem das roupas.

Identificaram-se alguns pontos d'água públicos (chafarizes, fontes e aquedutos) que abasteciam a cidade de Vitória, no século XIX, como o da Fonte Grande, o da Ladeira Chafariz, Fonte da Capichaba, Rua São Francisco, da Lapa e Largo da Conceição⁶⁵. Cabe ressaltar que o primeiro chafariz da cidade de Vitória fora o da Fonte da Capichaba (**fotografia 1**), construído em 1828 no encontro entre a Ladeira Pernambuco e a Rua São João, atual Rua Barão de Monjardim.

Fotografia 1: Reforma do Chafariz da Capichaba na administração do Prefeito Américo Monjardim, que exerceu dois mandatos, em 1937 a 1844 e 1946 a 1947.



⁶⁵ As fontes d'água foram identificadas em três obras e reunidas na figura 1, sendo essas: CAUS, 2012; BASTOS, 2009 e ELTON, 1986 e 1987. Elmo Elton (1986 e 1987) e Caus (2012) estão em concordância em relação as seguintes fontes: Fonte Grande, da Capichaba, da Lapa, da Ladeira Chafariz e São Francisco. O chafariz do Largo da Conceição é mencionado por ELTON como um chafariz de duas torneiras próprias para uso doméstico desde os meados de 1860. (ELTON, 1999, p.72 *apud* BASTOS, 2009, p.153)

Fonte: Morro do Moreno, 2017, compilação de Walter de Aguiar Filho, 2017.⁶⁶

Um ponto destacado por Jesus (2009) é que até mesmo os negros escravizados domésticos tinham essa “liberdade”⁶⁷, corroborando o exemplo das lavadeiras, que circulavam pelas cidades para a lavagem das roupas nas fontes públicas. E era por meio das sociabilidades encontradas nas ruas, cais e fontes, que ocorria uma interação entre os escravizados da cidade.

Foram identificados alguns locais que permitiam encontro e troca entre os negros escravizados. É evidente que havia uma sociabilidade nesses locais, uma vez que a população livre se sentia incomodada com a presença e a “liberdade” desses encontros. Afinal, quando os cativos estavam prestando serviços nas ruas da cidade ficavam distantes da vigilância senhorial, mas isso não quer dizer que gozavam de uma liberdade, pois o Estado fazia o papel de vigilante ao tentar limitar e controlar os passos dos cativos.

Entendem-se esses locais de encontro como “territórios de ocupação interacional” que, segundo Ilka Leite (1991), possuem como característica principal essa troca, pois não se baseavam em laços consanguíneos, sendo permeados por códigos simbólicos de pertencimento, sendo definidos, também, como locais de permanência, ocupação e utilização de um espaço físico que, apesar de aparecer nesta pesquisa como local fixo, não era sempre fixado.⁶⁸

Diante da pesquisa de Bastos (2009), constatam-se, além dos territórios identificados por serviços domésticos e de manutenção da cidade, os locais de encontro, como quitandas e tabernas. Segundo Bastos, havia cerca de quatro quitandas próximas ao Campinho, ao quartel de polícia e na Santa Casa da Misericórdia, nas ruas Porto dos Padres e da Lapa.

As tabernas identificadas por Bastos estavam localizadas nas ruas dos Pescadores (Cristóvão Colombo) e na da Conceição.⁶⁹ Além das tabernas identificadas por Bastos (2009), foi possível constatar a existência de mais duas tabernas, uma na Rua da Alfandega e uma no Largo de Santa Luzia.

⁶⁶ Fotografia reconstituída digitalmente para melhor qualidade. Disponível em: <<https://www.morro-domoreno.com.br/materias/rua-barao-de-monjardim-ex-rua-sao-joao-ou-das-pedreiras.html>>

⁶⁷ A liberdade descrita segue a mesma linha de pensamento anterior, abordado na página 46, a qual está relacionada à mobilidade e circulação.

⁶⁸ LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil**. Florianópolis, 1991, p. 44.

⁶⁹ BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Vitória, 2009, p. 58.

As quitandas e as tabernas são identificadas, nesta pesquisa, como importantes locais de sociabilidade, uma vez que havia uma movimentação de negros escravizados e/ou livres nesses territórios e, com isso, trocas. As quitandas serviam como local para venda de produtos produzidos pelos escravizados, e as tabernas como ponto de encontro para socializar. Partindo desse entendimento, podem ser consideradas como território interacional, pois havia uma permanência, ocupação e utilização destes espaços físicos pelos escravizados.

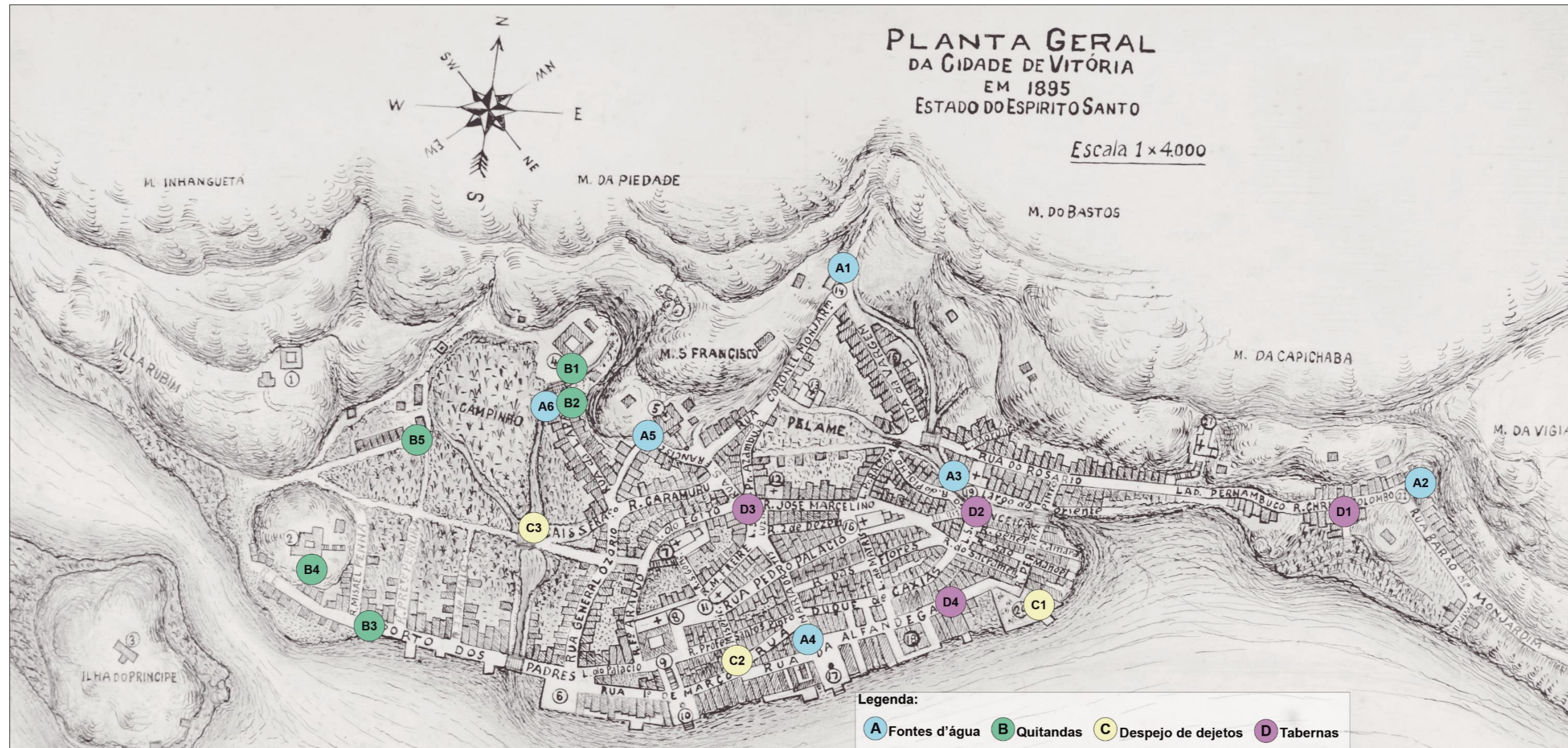
A título de exemplo, apresenta-se a notícia abaixo, evidenciando que a taberna localizada na Rua da Alfandega era frequentada por escravizado:

Pelas 8 horas da noite de 25 do corrente, suicidou-se atirando-se ao mar, do caes da alfandega, Salvador, de côr preta, escravo de D. Eugenia Maria da Hora. Suppõe-se que o infeliz estivesse embriagado, pois poucas horas antes tinha sido visto bebendo em uma taberna da rua da Alfandega, em companhia de um moleque de 12 a 14 annos já professo em vicios. Nós que não sabemos negar a Cesar o que lhe pertence folgamos em declarar que todos os esforços foram envidados pela policia e capitania do porto secundados por pessoas do povo, afim de arrancarem das ondas o infeliz – porem de balde. A 27 o cadaver apareceu nas imediações da Capichaba.⁷⁰

Com isso, elencam-se, assim, os territórios negros identificados na cidade de Vitória, a partir do entendimento de que a prestação de serviços por parte dos escravizados proporcionava momentos de encontros e sociabilidades. Os locais mencionados por Bastos (2009) são identificados também como territórios interacionais, ou seja, locais de sociabilidade entre os negros escravizados. De acordo com o **mapa 1**, estão localizados espacialmente os territórios interacionais fixos, relacionados às sociabilidades na prestação de serviços, identificados na cidade de Vitória, nesta pesquisa. Alguns deles são sobrepostos à indicação da legenda do mapa original de 1895.

⁷⁰ **Jornal da Victoria**, Vitória, 28 de abr. 1869, p.4.

Mapa 1: Territórios interacionais como práticas de sociabilidade nos serviços 1850 a 1876.



Fonte: (A) Fontes d'água: A1- Fonte Grande, A2- Fonte da Capichada, A3- Largo da Conceição, A4- Ladeira Chafariz, A5- Rua São Francisco e A6- Rua da Lapa (B) Quitandas: B1- Quartel da Polícia, B2- Rua da Lapa, B3- Rua Porto dos Padres, B4- Santa Casa da Misericórdia e B5- Campinho. (C) Despejo de dejetos: C1- Cais do Santíssimo, C2- Ladeira da Misericórdia e C3- Cais São Francisco. (D) Tabernas: D1- Rua Christovão Colombo, D2- Rua da Conceição, D3- Largo de Santa Luzia e D4- Rua da Alfandega; adaptado pela autora do mapa de André Carloni, Vitória 1895.

Os chafarizes e as fontes d'água, cujos critérios de implantação eram condicionados pelo modo de ocupação desses equipamentos à época, podem ser identificados em distintos pontos do espaço urbano de Vitória,

Percebe-se que se localizavam em diversos pontos da cidade e que, em determinadas áreas, o acesso a esses pontos exigia um deslocamento expressivo. A localização da fonte natural originária das águas a serem distribuídas, a topografia, a distinção e segregação social dos espaços onde serão instalados são indícios de alguns dos critérios determinantes para implantação das fontes d'água e chafarizes, conforme expresso no **mapa 1**.⁷¹

A lavagem das roupas acarretaria também em sociabilidade, além de proporcionar uma certa liberdade na circulação das ruas da cidade, uma vez que as lavadeiras se acumulavam nas tinas de lavar roupas para exercer o ofício, passar saberes e socializar.

De acordo com Fabíola Bastos (2009), havia constantes reclamações relacionadas aos escravizados do Município. Muitas das reclamações estavam relacionadas a esse tipo de circulação, com liberdade vigiada, dos negros escravizados pelas ruas da cidade, visto que havia uma mobilidade considerável de escravizados, no centro, devido aos diversos serviços que prestavam, o que, por vezes, gerava insatisfação da população livre devido à presença numerosa e constante deles nos ambientes públicos da cidade. Essas reclamações são apresentadas nos trabalhos de Jesus (2009) e Bastos (2009). Segundo Jesus (2009), o periódico *Correio da Victoria*, de 21 de abril de 1858, apresenta a seguinte notícia:

Misericórdia!...Misericórdia!...
Precisa-se de providências da parte de quem toca, respeito o abuso de andarem Negros e Negras de dia com imundícies na cabeça para distribuírem-se nas praças da barca, e cais próximos as praias; bem como, fazerem a limpeza dos nojentos tigres antes das nove horas da noite como se acha nas posturas da Mm. Chamamos a atenção do respectivo Sr. Fiscal para tal abusos.
À maré cheia.⁷²

No texto do periódico apresentado por Jesus (2009), havia um descontentamento relacionado ao horário em que os negros escravizados estavam

⁷¹ A distância que as fontes de água possuíam do núcleo urbano não era um problema de maior gravidade, afinal a tarefa de buscar águas nas fontes era predominantemente feita por escravizados, logo não havia uma preocupação por parte da sociedade colonial de amenizar o trabalho do negro. À medida que a população aumenta e o núcleo urbano cresce, a cidade tende a se aproximar mais das fontes d'água e construir novos locais de fornecimento, e esses locais de fornecimento se tornariam pontos de sociabilidade dos mais diversos estratos sociais. (HONOR, 2006 p. 17 e 22)

⁷² **Correio da Victoria**. Vitória, 21 de abril 1858, p.4.

despejando os dejetos. Verifica-se que, na notícia, está inserida uma transgressão das Posturas municipais, pois o horário adequado para o despejo dos dejetos seria após as nove horas da noite. Em outro momento, Aloiza Jesus (2009) expõe que havia um desagrado relativo ao ajuntamento de escravizados na Fonte Grande e Capichaba, apresentando o fragmento de um ofício:⁷³

A bem da moralidade pública apresso-me em solicitar de V. S.^a providências, para que tenha na fonte grande e na da capixaba um guarda policial, a fim de evitar certos abusos que se dão nas ditas fontes, velando também sobre a limpeza, e não consentindo que os escravos façam ajuntamento como costumam...⁷⁴

Segundo Jesus (2009), não foi possível obter maiores informações sobre os referidos abusos citados pelo fiscal da câmara. Mas se entende que as fontes se constituíam em locais de trocas e encontros dos escravizados, uma vez que, ao se dirigirem até elas para exercer os trabalhos, estes conseguiam sociabilizar. Bastos (2009) apresenta que, em 12 de fevereiro de 1859, outro ofício foi publicado no Correio da Victoria, tratando do mesmo assunto. Nele, era solicitada vigilância, por parte dos fiscais da Câmara, com o horário de despejo dos tigres⁷⁵ em Vitória, uma vez que, segundo o ofício, os escravizados não respeitavam a disposição relacionada ao horário de despejo e estavam acumulando sujeiras na Rua do Egito.⁷⁶

Os encontros geravam insatisfação da população livre, pois os meios encontrados para a sociabilidade e criação de vínculos eram motivo de conflitos e de exigência de providências. As sociabilidades proporcionadas por um transitar livre nas ruas da cidade, nas fontes e comércio potencializavam o estreitamento dos vínculos sociais dos negros escravizados. De modo geral, a população controlava a atuação dos fiscais, cobrando posicionamentos contra as atividades ilegais e que eram consideradas imorais. Fabíola Bastos (2009) apresenta outras reclamações relacionadas aos encontros dos escravizados, nas quais se criticava a reunião de negros e negras em uma determinada taberna:⁷⁷

Chama-se á atenção a policia para certa reunião de negros e negras que se ajuntão dia e noite na taberna do Sr. Bernadino José Pereira: esperamos que

⁷³ JESUS, Aloiza Delurdes Reli de. **DE PORTA ADENTRO A PORTA AFORA: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. Vitória, 2009, p. 116.

⁷⁴ **Arquivo Geral do Município de Vitória**. Ofício remetido à Câmara Municipal de Victoria em 28 de novembro de 1867, pelo Fiscal da Câmara Manoel Pinto Aleixo.

⁷⁵ O escravizado era responsável pela recolha dos dejetos, que carregavam nas costas em tonéis repletos de urina e fezes. Uma vez que, muitas vezes, não suportava a quantidade depositada, era marcado por gotas e lastros de urina e fezes na pele devido à acidez, resultando em listras e no apelido pejorativo de tigre (**PEREIRA, 2019**).

⁷⁶ **BASTOS, Fabíola Martins. Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Vitória, 2009, p. 110

⁷⁷ *Ibidem*. Vitória, p. 110

isto não continue, pois é ali o foco da immoralidade, e que talvez que se torne funesto á alguém.

Um que tem escravos.⁷⁸

Bastos (2009) aponta uma reclamação publicada no Jornal da Victoria, de 1º de agosto de 1868:

Sr. Editor A' vista da noticia dada pelo – Correio da Victoria, - julgo de interesse dar publicidade a seguinte nota, que me ofereceu um curioso, testemunha ocular das festividades dos conservadores no sabbado passado. Entre as pessoas – decentes – que acompanhavam a musica pelas ruas desta cidade no sabbado passado distinguiam-se os Srs. Dr. Tito, Machado (porteiro da secretaria), Dr. Olympio, Jusa de Jacaroába, capitão Tito, Jacitho (empresor do Correio), J-sa Ribeiro, José Goulart, Pinto Siqueira (escrevente da policia), major Rufino (e que respeitável figura não fazia!) José Cipriano (guarda municipal), capitão Wencesláo, um vegia ou cousa que o valha da alfandega, alguns guardas do destacamento e mais uns 6 ou 9 rapases, que por mera curiosidade seguiam áquelle grupo.

Apuremos a força total – Ser aos acima mencionados juntarmos a infalível frota de moleques precursora das musicas que sahem a tocar pelas ruas, qualquer que seja o motivo; se também juntarmos á mesma banda de musica composta de 6 ou 8 escravos do Sr. Chrisostomo, os moleques dos archotes, os – fogueteiros – e mais ainda algumas pretas, que não dispensaram o pagode, com grande esforço de calculo poderemos formar uma somma de 60 a 70 pessoas que tomaram parte no regosijo dos conservadores (como se inculam) pela noticia da elevação de seus anos na corte.

Nos apontamentos tomados pelo noticiarista do – Correio – houve um engano, uma rabisca, um traço penna, que deu motivo aque os typographos da quella folha tomassem um numero muito superior aos verdadeiros. Eis a razão por que fizeram subir os concorrentes aos festejos a mais de mil pessoas!

Creio que o – Correio – advertido de tão notável engano, fará a indispensável correção.⁷⁹

Havia uma insatisfação recorrente relacionada aos horários impróprios para comemorações, em destaque para as lavadeiras que largavam seus afazeres a fim de acompanhar o ritmo das músicas. A publicação apresenta também que havia “pessoas decentes” nas festividades, que acompanhavam as músicas pela cidade, e que as lavadeiras, os escravizados e os moleques se aproveitavam do regozijo dos “conservadores”. Bastos (2009) apresenta outra notícia relacionada à vigilância dos escravizados da cidade e o desagrado encontrado, publicado no Jornal da Victoria em 16 de março de 1867:

Pedido á Policia

Se a policia estender suas vistas sobre os pretos desta cidade, terá de prestar um bom serviço aos interesses de grande parte da nossa população. Os senhores de escravos e, principalmente, os que se servem com esta qualidade de gente alugada, muito ficarão devendo ás autoridades policiaes. Já não fallamos nas reuniões das vendas e de certas casinhoias que por ahi há, onde escravos passam a maior parte do tempo que deviam occupar-se nos serviços de seus senhores ou de quem os têm alugado; fallaremos somente dos continuos ajuntamentos da calçada de S. Luzia. Ali vê-se a toda

⁷⁸ **Correio da Victoria**, Vitória, 3 de dezembro 1859, p.4.

⁷⁹ **Jornal da Victoria**, Vitória, 1 de agosto 1868, p. 4.

a hora do dia negras com seus barris de carregar agua, moleques com taboleiros de quitanda, vadios a darem-lhes converças, nas quaes a indecência e a immoralidade sobresaem; ali vêm-se ainda os pretos vendedores de pães, nas horas em que deviam satisfazer a necessidade de seos freguezes, resultando disso que, não são mais precisos quando o vão distribuir, e voltam para as padarias com os cestos cheios em prejuízo dos que se impregam nesta indústria tão útil e humanitaria.

Repetimos: muito valioso serviço prestará a policia attendendo para estes factos, applicando-lhes um meio de os cohibir. Nós o esperamos com toda a confiança.

(Um prejudicado)⁸⁰

A notícia acima apresenta uma diversidade de reclamações relacionadas aos escravos e suas sociabilidades. Observa-se que havia uma reclamação voltada para o aluguel dos negros escravizados, na qual se afirmava que estes realizavam reuniões de vendas e de certas “coisas” e passavam a maior parte do tempo realizando essas tarefas do que se ocupando com os serviços dos seus senhores ou os serviços para os quais foram alugados. A reclamação apresenta um ponto de encontro que seria a calçada de Santa Luzia, onde ocorriam as vendas dos quitutes dos “moleques com taboleiros” e a circulação de cativas com barris de água.

Pontua-se, também, que a reclamação se estende para os escravizados vendedores de pão que, ao sair para vender, paravam para sociabilizar e não realizavam as vendas nas ruas da cidade para os fregueses, levando as padarias ao prejuízo ao voltarem com os cestos cheios.

Arlette Farge (1992) discorre sobre a rua enquanto espaço privilegiado:

A rua, para os pobres, é um universo com feição complexa. É necessário a perceber em suas misérias como em sua força, não a trair evocando em seguida imagens sem relevo. Não se trata nem mesmo de a reconstituir: ela se esmiuçaria instantaneamente, desfigurada pelas palavras. Ela detém uma coerência interna, resultado de dinâmicas particulares, numerosas, contraditórias, e é por isso que ela é sempre preocupante para as autoridades. Ela é como um rio no qual observamos o fluxo, e no qual as manchas inquietam. Aquelas que ali vivem tem o comportamento que ela lhes imprime: os seus gestos de identificação ou refutação possuem seu lado simbólico, sua poética mesmo. Enfrentada como realidade cotidiana, vivida de modo difícil e as vezes tumultuada, a rua torna visível uma população largamente deserdada, que não tem outro lugar para levar a seu termo seus conflitos, para se defender do pior, para inventar o prazer e a rebelião. (FARGE, 1992, p. 20 e 21 *apud* SOARES, 2004, p. 67)

Soares (2004) acrescenta que a rua também é um espaço de festa para os pobres, expondo um acontecimento fora do recorte temporal proposto, mas que cabe apresentar devido à relevância, relacionado a uma agressão que levou à abertura de um processo, datado de 5 de fevereiro de 1883, pelo Promotor Público da comarca.

⁸⁰ **Jornal da Victoria**, Vitória, 16 de março 1867, p. 4.

A denúncia, segundo Soares (2004), se inicia com “andava no dia 6 do corrente [de janeiro de 1883], pelas 3 horas da madrugada, um bando a percorrer as ruas desta cidade em *descantes* de Reis, acompanhados de grande número de pessoas, [...]” (APEES, Inq. nº 852, 1883: fl. 2 *apud* SOARES, 2004, p. 72). No inquérito, o escravizado João, de 34 anos, pedreiro, natural de Vitória e residente em companhia de sua senhora D. Rosa Soares das Neves Freitas depõe:

que nada sabe de positivo, pois que não se achava nessa cantata de Reis; como de costume, às dez horas da noite recolheu-se ao cativo. No dia 6 de janeiro, porém, quando voltada da fonte da Capixaba com um barril d’água para a casa de sua senhora, soube e tornou-se voz pública, que o réu presente tivera uma desordem da qual saíra ferido Fortunato, e que o réu fora preso. (APEES, Inq. nº 852, 1883, p. 57 *apud* SOARES, 2004, p. 72)

Percebe-se aqui que João utilizava a Fonte da Capixaba e que não participara da cantata de Reis, porque teve de se recolher ao seu cativo às 10 horas. Contudo, o escravizado Anésio, de 20 anos – mais ou menos –, natural de Vitória, cativo do comendador Coronel José Francisco de Andrade Almeida Monjardim diz:

que ele informante andava com efeito na madrugada do dia 6 de janeiro último na música que cantava Reis, quando em frente a entrada da rua da Várzea desabou um aguaceiro, e ao passo que seus companheiros procuraram recolher-se na casa dos ensaios da música, entrando por isso na rua do Piolho, ele informante subiu a ladeira da Várzea para se recolher, como se recolheu, na casa de seu senhor, pelo que nada viu. (APEES, Inq. nº 852, 1883, p. 57 *apud* SOARES, 2004, p. 72)

Novamente, pode-se observar que o escravizado se recolheu em um determinado horário para a casa de seu senhor. Soares (2004) identifica que, na ocasião da cantata, havia tanto escravizados quanto pessoas livres. Ressalta, inclusive, que não encontrou registro de nenhuma mulher participante.

Por fim, Geraldo Soares (2004) apresenta o último depoimento do processo, relacionado a um botequim, ressaltando inclusive que a bebida aparece frequentemente em inquéritos e que era algo construtivo do cotidiano da cidade, principalmente em festas.

Soares (2004) não apresenta como ocorreu a agressão, mas, a partir dos dados obtidos, o autor corrobora a informação de que as fontes eram locais de sociabilidade e trabalho, bem como apresenta a informação de que a Rua do Piolho era um local de ensaios de música.

Entende-se que a sociabilidade, os encontros e as trocas entre as populações negras escravizadas eram alvos de críticas e medidas de controle a todo momento. O serviço de aluguel permitia a mobilidade do escravizado no meio urbano e, conseqüentemente, proporcionava sociabilidades antes restritas ao núcleo em que

viviam. Essas sociabilidades são visíveis, uma vez que se constata as diversas críticas presentes nesses encontros, onde não havia uma vigilância constante.

Cabe ressaltar que, além dos espaços identificados no mapa como locais fixos, as ruas/calçadas também possuem destaque, uma vez que, nos momentos de sociabilidade não vinculados aos serviços, elas eram incorporadas ao cotidiano da população, em destaque, dos escravizados.

Tal fato é corroborado nas publicações do *Jornal da Victoria*, de 1 de agosto de 1868 e no *Jornal da Victoria*, em 16 de março de 1867, que, respectivamente, relataram que havia “moleques precursora das musicas que sahem a tocar pelas ruas” e “contínuos ajuntamentos da calçada de S. Luzia”, evidenciando que as ruas e calçadas eram usadas também para momentos de lazer, de troca e vendas de produtos. Outra rua identificada também como local de sociabilidade devido a sua função para os cativos é a Rua do Piolho, descrita como local de ensaio da Banda de Música Rosariense da Irmandade do Rosário, em Vitória, e um local de ensaios de músicas, como a cantata dos Reis.

Por fim, percebe-se que havia uma variedade de pontos de encontro, e esses locais se enquadravam nas características que Ilka Boaventura Leite⁸¹ apresenta como territórios de ocupação interacional, dos quais a população negra se apropriou e onde exercia a sociabilidade.

Segundo Leite (1991), a noção genérica de território negro não esclarece a complexidade das formas de apropriação dos espaços por estes grupos. Afinal, o território negro tem sido definido como um espaço demarcado por limites, reconhecido por todos a que eles pertencem, pela coletividade, sendo um tipo de identidade social, construída contextualmente e referenciada por uma situação de igualdade na alteridade. O território negro pode ser classificado em dois tipos de ocupação, a residencial e a interacional, e pode ser visto como parte de uma relação, pois se desloca, transforma-se e é criado e recriado, desaparecendo e aparecendo, sendo contextual e considerado um espaço de extensão do grupo e expressão. No caso de territórios de ocupação interacional, as práticas acontecem no comércio, no lazer, na religião e na política. Essa construção de território permite compreender que, ao se instalarem em um espaço determinado, os indivíduos e grupos singularizam-se e elaboram uma experiência compartilhada, diferenciada das demais.⁸²

⁸¹ LEITE, Ilka Boaventura. **Terras e territórios de negros no Brasil**. Florianópolis, 1991.

⁸² Idem.

Partindo desse entendimento de que o território não necessita, necessariamente, ser um espaço físico, mas sim um espaço de sociabilidade, o território negro está intrinsecamente relacionado com a presença negra nestes espaços de sociabilidade.

Seguindo essa construção de entendimento desses territórios, Daniele Vieira (2017)⁸³ apresenta a definição de que esses territórios negros são espaços simbólicos e espaços físicos habitados por pessoas negras, os quais possuem significados e sentidos relacionados a um modo de ser e estar negro. Os territórios negros aqui apresentados são espaços de concentração que se caracterizavam pelas sociabilidades nos encontros que aconteciam quando os escravizados estavam prestando serviços.

Dessa forma, se reconhecem como território negro, neste capítulo, locais que implicavam os serviços que os cativos prestavam, locais de sociabilidade como as tabernas e as quitandas que proporcionavam também as vendas. Constata-se a influência do aluguel de escravizados nas sociabilidades, uma vez que proporcionava mobilidade na cidade e muitas vezes fora dela, colaborando, assim, com as trocas e encontros que essa certa liberdade de ir e vir proporcionava.

Cabe pontuar que os territórios negros apresentados não são espaços exclusivamente negros, afinal esses locais eram frequentados por outras pessoas. O território negro aqui concebido se trata de um espaço físico, a partir da funcionalidade dos lazeres e dos serviços exercidos pelas mulheres e homens negros, sendo escravizados ou livres. Nessa perspectiva, é a presença de pessoas negras neste espaço que atribui uma significação e vinculação aos locais apresentados.

Entende-se que a noção de território negro está vinculada também ao pensamento de Rolnik (2016), quando salienta que até mesmos os espaços criados pelos senhores como locais de confinamento eram configurados como território negro, visto que se desenvolveu nesses espaços um devir negro. Esse território apresenta uma perspectiva de protagonismo, pois os cativos configuravam os espaços em condição de agente, por meio das representações sociais.⁸⁴ Dessa forma, é mediante as ações no espaço que se identifica um território negro.

⁸³ VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios Negros em Porto Alegre/RS (1800-1970): Geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. Porto Alegre, 2017, p. 42.

⁸⁴ ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2016, p. 76.

Em suma, entende-se que, em se tratando de territórios negros, é possível identificar diversos exemplos. Compreende-se, assim, a partir dos apontamentos feitos pelas autoras Ilka Leite, Daniele Vieira e Raquel Rolnik, que é possível identificar tipos de territórios negros que não estão apenas vinculados à ótica de resistência, mas à ótica de protagonismo.

Dessa forma, as ruas podem ser consideradas como território negro, devido à intensa circulação de escravizados e por proporcionarem sociabilidades, assim como as quitandas, as fontes, as tabernas, que serviam como pontos de encontro e serviço. Mediante os serviços, o aluguel e as sociabilidades, foi possível configurar alguns tipos de territórios negros no Centro da cidade de Vitória.

2.2.2 Gênero e trabalho: serviços praticados por mulheres negras escravizadas

Ao analisar a tabela de profissões, **Tabela 4: Ocupação e sexo do escravizado em 1876** (item anterior), é possível notar a disparidade entre os serviços feitos pelos homens e mulheres negras escravizadas. Partindo dessa percepção, prossegue-se com alguns apontamentos sobre o papel da mulher negra escravizada no cotidiano da cidade de Vitória.

Pensar a feminilidade negra na relação com o trabalho – seja ele manual ou intelectual – pressupõe atrelar, toda e qualquer reflexão, a elementos que possam questionar o totalitarismo com que se analisa, entre tantos aspectos, as exclusões socioeconômicas, de gênero e étnico racial.⁸⁵

Para a professora e feminista bell hooks (2014):

O sexismo era uma parte integral da ordem social e política que os colonizadores brancos trouxeram das suas terras da Europa e teve um impacto grave no destino das mulheres negras escravizadas. Nos seus estados iniciais, o negócio da escravatura focou-se primeiramente na importância dos trabalhadores; a ênfase nesse tempo era sobre o homem negro. Nesse tempo a mulher negra escrava não era valiosa como o homem negro. Em média, custava mais dinheiro comprar um homem escravo que uma mulher escrava.⁸⁶

A especificidade do ser mulher negra escravizada deixa essa mulher em posição de objeto e a “objetificação do corpo negro feminino o coloca enquanto território a ser colonizado, domado e sempre pronto a servir, seja no trabalho braçal, seja sexualmente” (REZENDE e TÁRREGA, 2021, p. 230)

⁸⁵ NUNES, Georgina Helena Lima. **Mulheres negras e quilombolas: trabalho, resistência e identidades na diáspora afro-brasileira**. Portugal, 2014, p. 158

⁸⁶ HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 2014, p. 14

Percebe-se que a mulher negra escravizada tem menos valor que o homem negro escravizado, que ela sofre com a escravidão e ainda com a iniquidade de gênero. Na época, ela representava, além da força de trabalho do colonizador branco, uma oportunidade da cruel exploração sexual, o que colocava o corpo da mulher negra em um conjunto complexo de opressões, pois, ademais, o corpo feminino negro lidava com as imagens relacionadas a trabalho braçal, ama de leite (mãe preta) e mulata.

Charles Expily (1852 *apud* SILVA, 2004) apresenta o que, segundo ele, era a “profissão desejada” pelas mulheres negras jovens:

Com poucas exceções, todas as jovens negras não têm outra preocupação além de ser mães. ...Uma ama de leite é alugada por mais que uma engomadeira, uma cozinheira ou mucama. Para que dê honra e lucro, colocado numa boa casa, o senhor, durante a gravidez, lhe reserva trabalhos mais leves... Entre os comerciantes da cidade é questão de amor-próprio ter uma ama de leite que ostente um luxo insolente. O luxo da ama exprime a proteção da casa, a menos que sirva para tornar pública a verdadeira situação econômica... A cozinheira, a mucama, a engomadeira a obedecem e a própria senhora, muitas vezes fica sob suas ordens. É preciso evitar que se zangue. Uma indisposição, um simples mal estar tornam-se desgraças desejadas, pois podem influenciar na qualidade do leite [...]⁸⁷

É possível notar na fala de Expily que a ama de leite tinha um papel importante para a sociedade escravocrata. Inclusive, W.Heine (1855 *apud* SILVA, 2004) relaciona a ama de leite com as taxas de mortalidade, ao falar que de “536 crianças que foram recebidas no ano de 1852, morreram 407. Atribui-se essa mortalidade terrível a circunstâncias de não haver senão uma ama-de-leite para três ou quatro crianças”. Ou seja, as amas de leite eram culpadas até pela mortalidade das crianças que, pelo relato, eram muitas para uma ama de leite.

O corpo das mulheres negras, desde o período colonial, estava relacionado aos trabalhos domésticos. Tal afirmação pode ser corroborada pelos dados obtidos no 1º Livro de Classificação de Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação de 1876, exemplificados na **tabela 4.1**. Os serviços específicos possuem um gênero predominante, segundo os dados de 1876.

⁸⁷ SILVA, Marilene Rosa Nogueira. **Tramas femininas no cotidiano da escravidão**. 2004

Tabela 4.1: Ocupação e sexo do cativo em 1876: gênero e trabalho, o relegado feminino.

<i>Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação 1876</i>		ESCRAVOS		TOTAL
		Mulher	Homem	
Ocupação do escravo	Lavoura	971	1099	2070
	Cozinheira (o)	102	14	116
	Jornaleira (o)	3	22	25
	Carpinteiro	0	26	26
	Costureira (o)	38	1	39
	Seleiro	0	1	1
	Sapateiro	0	1	1
	Pedreiro	0	27	27
	Doméstica	13	5	18
	Alfaiate	0	9	9
	Copeiro	3	10	13
	Ocupação do escravo	Engomadeira	12	0
Lavadeira		21	0	21
Padeiro		0	2	2
Ferreiro		0	1	1
Teceloa (ão)		3	2	5
Marítimo		0	7	7
Pescador		0	1	1
Nada consta 0-12		243	269	513
Nada consta 41-100		1	1	2

Fonte: adaptado de JESUS (2009) e do 1º Livro de Classificação dos Escravos para serem Libertados pelo Fundo de Emancipação (PMV, 1876), grifo nosso.

Constata-se que os serviços de cozinheira, costureira, doméstica, engomadeira, lavadeira e teceloa são predominantemente femininos ou, até mesmo, unicamente femininos. Esses serviços deixavam as mulheres negras escravizadas sob vigilância constante, uma vez que eram praticados, em sua maioria, nas residências.

hooks (2014) discorre que:

Desde que os escravagistas observaram a mulher negra como uma cozinheira vendável, ama-seca, empregada doméstica, era crucial que ela fosse tão exaustivamente aterrorizada que se submeteria passivamente à vontade do dono branco, da dona, e dos seus filhos. Para fazer o seu produto vendável, o escravagista tinha de garantir que nenhuma serva mulher negra rebelde iria envenenar a família, matar as crianças, incendiar a casa, ou

resistir sob qualquer forma. A única garantia que ele podia prover era baseada na sua capacidade de domesticar o escravo. Sem dúvida, a experiência do navio negreiro teve um tremendo impacto psicológico na alma das mulheres e homens negros. Tão horrorosa foi a passagem da África para a América que essas mulheres e esses homens apenas conseguiram manter a vontade de viver, apesar das suas condições opressivas de sobrevivência.⁸⁸

Para a mesma autora, o terror psíquico e a violência sofrida pelos homens e mulheres negras, neste caso principalmente pelas mulheres, eram apenas as primeiras etapas para destituir qualquer traço de dignidade humana. E uma vez desumanizados, eram, portanto, produtos, coisas.

A violência era intensificada sobre as mulheres negras escravizadas, para, assim, garantir que elas se sujeitassem de forma mais passiva à vontade do escravizador. “Enquanto as punições mais violentas impostas aos homens consistiam em açoitamentos e mutilações, as mulheres eram açoitadas, mutiladas e também estupradas” (DAVIS, 2016, p.26 *apud* REZENDE e TÁRREGA, 2021, p. 230).

Parafraseando hooks (2014), em relação aos trabalhos realizados por mulheres e homens negros escravizados no contexto estadunidense, é possível perceber que, enquanto as mulheres negras trabalhavam lado a lado com os homens nos campos, os serviços que eram destinados às mulheres – como os serviços das casas – continham poucos ou nenhum homem negro trabalhando lado a lado com as mulheres. Para hooks, a exceção eram os mordomos, cujo status era mais alto que o das criadas.⁸⁹

Partindo desse entendimento sobre o papel da mulher negra escravizada para a sociedade colonizadora da época, questiona-se sobre as sociabilidades que essas mulheres tinham, uma vez que os serviços destacados na **tabela 4.1** eram serviços internos, serviços residenciais, retirando é claro os serviços praticados nas lavouras.

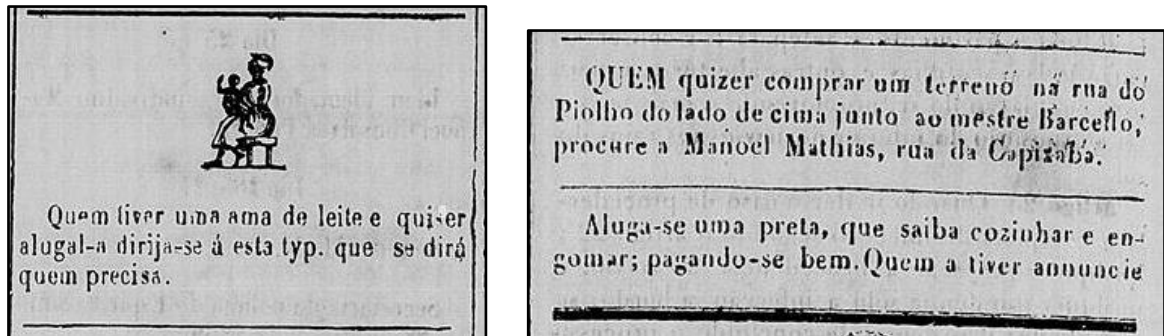
Sabe-se que o serviço de lavadeira era um dos trabalhos prestados que mais proporcionavam a circulação na cidade e, conseqüentemente, mais sociabilidades para as mulheres negras escravizadas na cidade de Vitória. E mesmo assim, se comparado aos diversos serviços que os homens negros escravizados exerciam, as limitações de encontros para as mulheres ficavam a cargo dos serviços domésticos, diferentemente dos serviços dos homens.

⁸⁸ HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 2014, p. 16 e 17.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 18.

Porém, analisando as notícias do **Correio da Victoria** apresentadas no capítulo anterior, percebe-se que as mulheres negras escravizadas apareciam constantemente em anúncios para aluguel:

Figura 2: Notícias de aluguel de mulheres negras escravizadas.



Fonte: Correio da Victoria, respectivamente 1869 e 1855.⁹⁰

Sabe-se que os serviços de aluguéis de escravizados eram uma prática muito comum, tanto em Vitória, quanto em outras cidades brasileiras. E, após a identificação dessa demanda por aluguel de serviços prestados por mulheres negras escravizadas, pode-se compreender que as sociabilidades das mulheres eram vinculadas mais aos serviços domésticos/internos.

Porém, cabe levantar a hipótese de que as mulheres negras cativas poderiam ter mais sociabilidades, mesmo com os tipos de serviços restritos ao gênero, uma vez que as demandas de rotatividade para a prestação de seus trabalhos eram consideravelmente mais altas que as demandas por trabalhos masculinos.

Por fim, entende-se que o papel da mulher negra escravizada transpassa a abordagem desta dissertação. Estudar e compreender a mulher negra cativa demanda uma pesquisa específica com a profundidade necessária sobre o tema. Porém, o modelo violento em o corpo feminino negro escravizado estava inserido, na sociedade escravocrata e em Vitória-ES, atravessa de modo contundente este trabalho.

Nas palavras de Linda Brent (*apud* HOOKS, 2014, p.19) sobre sua consciência do dilema da mulher negra, se lê: “A escravatura foi terrível para os homens; mas foi muito mais terrível para as mulheres. Superando a opressão comum a todos, elas tinham danos, sofrimentos, e mortificações peculiarmente próprias”.

⁹⁰ **Correio da Victoria**, Vitória, 1 de julho de 1869, p. 4 e 19 de setembro de 1855, p.4

2.3 TERRITORIALIDADES ENTRE PERMANÊNCIAS E APAGAMENTOS: POPULAÇÃO NEGRA E REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS NA CIDADE DE VITÓRIA (1850-1876)

Para esclarecer a concepção de territorialidade e a sua distinção e relação com o território, se faz necessário identificar, a cada momento, os conceitos que levam a pesquisa a caracterizar o espaço em estudo.

De acordo com Maria de Lourdes Bandeira (1998, p. 43, *apud* NOGUEIRA, 2018, p. 211), a territorialidade negra é referida na identidade coletiva deste grupo, e não de uma apropriação individualizada. Portanto, os territórios negros são construídos na alteridade e na coletividade, a partir das relações internas a eles. Ratts (1996) elucida que, para a geografia contemporânea, o território é o espaço apropriado, delimitado, e demarcado por um ator coletivo. Nesse sentido, Ratts (2001) trata como territórios negros os espaços apropriados, marcados e qualificados por grupos negros, mesmo que estes espaços não sejam exclusivos.

Haesbaert (2004) aborda o conceito de multiterritorialidade⁹¹, que entende a territorialidade a partir de uma concepção mais ampla do que território, até a territorialidade como algo mais restrito, sendo uma simples dimensão do território e passando por uma abordagem que separa e distingue território de territorialidade.

Tratando de territorialidade, Claude Raffestin (1993) afirma que as territorialidades são constituídas por conjuntos de relações mediatizadas que derivam do sistema sociedade-espaço-tempo e se associam à organização do espaço. Portanto, a territorialidade é uma relação e se manifesta em todas as escalas, vinculando-se às coletividades e à esfera do vivido. E toda relação depende de limitações, portanto, toda apropriação possui limites, os quais expressam as relações de poder.

Sack (1986 *apud* HAESBAERT, 2004, p. 3) expõe que a “territorialidade está intimamente relacionada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como as próprias se organizam no espaço e em como dão significados ao lugar”. Assim, a territorialidade, como componente do poder, não seria apenas para criar e manter a

⁹¹ Multiterritorialidade ou multiterritorialização se, de forma mais coerente, quisermos enfatizá-la enquanto ação ou processo, implica assim a possibilidade de acessar ou conectar, num mesmo local e ao mesmo tempo, diversos territórios, o que pode se dar tanto através de uma ‘mobilidade concreta’, no sentido de um deslocamento físico, quanto ‘virtual’, no sentido de acionar diferentes territorialidades, mesmo sem deslocamento físico, como nas novas experiências espaço-temporais proporcionadas através do ciberespaço. (HAESBAERT, 2004, p. 343 e 344)

ordem, mas seria uma estratégia para criar e manter grande parte do contexto geográfico por meio do qual nós experimentamos o mundo e o dotamos de significado. O autor concebe a territorialidade como um comportamento humano espacial, um componente, expressão de poder, que se constitui em uma estratégia humana para influenciar, afetar e controlar o uso social do espaço. A territorialidade, portanto, se manifesta como um tipo de delimitação espacial, onde persiste uma comunicação, e demonstra o controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada e saída externa.

Para Santos (2007), a territorialidade seria uma característica intrínseca à existência de um território, sendo traduzida na maneira como ocorre a denominação e apropriação do espaço pela sociedade, que utiliza a terra e se organiza no espaço a partir de objetos e ações⁹². Nas palavras de Milton Santos (2007), a territorialidade não provém do simples ato de viver em um lugar, mas sim da comunhão, uma vez que “o território em que vivemos é mais que um simples conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, moramos, mas também um dado simbólico, sem o qual não se pode falar de territorialidade” (SANTOS, 2007, p. 83 e 84). Nesse sentido, o autor reitera que um território sem vida é apenas um espaço físico que foi recortado geograficamente para delimitar alguma coisa, mas as ações existentes neste espaço remetem a ele a territorialidade.

Saquet (2009) reconhece a importância da escala, quando se trata da análise da territorialidade, afirmando que:

“A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de um grupo social e de grupos distintos. Nas territorialidades, há continuidades e descontinuidades no tempo e no espaço; as territorialidades estão intimamente ligadas: elas dão-lhe identidade e são influenciadas pelas condições históricas e geográficas de cada lugar (SAQUET, 2009, p. 88)”

Coimbra e Saraiva (2013) vão ao encontro da concepção de territorialidade de Saquet (2009), no sentido de que entendem que a territorialidade consiste em uma ação apropriativa de um determinado espaço por um indivíduo ou um grupo de indivíduos que desenvolvem, em relação a um objeto ou símbolo, uma relação de

⁹² Para Milton Santos, o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. E, hoje, o espaço é um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade. Os sistemas de objetos e ações interagem: de um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. O sistema de objetos cria as necessidades que resultam no sistema de ações e estas conduzem à criação e ao uso de objetos e formas geográficas. Os objetos indicam comportamentos e ações. (SANTOS, 2006, p. 39 e 84).

posse. Ou seja, a territorialidade seria, portanto, um fenômeno social, que se constrói a partir da apropriação e participação dos indivíduos que habitam o território. E mais: a territorialidade não se define apenas pela simples relação com o espaço, ela se manifesta em todas as escalas, desde as complexas relações sociais até as relações pessoais cotidianas. (SAQUET, 2010)

María Silveira (2013, p. 39 *apud* NOGUEIRA, 2017, p. 6) afirma que os territórios seriam uma extensão apropriada e usada, e a territorialidade poderia ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence, ou seja, a construção da identidade também se faz a partir do território e vice-versa.

Para Braga, Morelli e Lages (2004),

o conceito de territorialidade refere-se, então, às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (BRAGA, *et al.* 2004, p. 28)

Parafraseando a perspectiva de Raffestin (1993), a territorialidade adquire valor particular, uma vez que reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros da coletividade e pelas sociedades em geral. Assim, seria possível definir a territorialidade “como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaço-tempo”.⁹³

Por fim, entende-se que a territorialidade está ligada ao espaço apropriado por um grupo, nas relações de um grupo ou indivíduo, no pertencimento, bem como o modo de se utilizar esse espaço apropriado, sendo este espaço o “lugar” desse grupo. Para Lima e Silva (2020), a territorialidade é entendida como:

[...] comportamento de pertença do indivíduo com o seu território, que ocorre por meio da identidade e se reflete na organização social deste no decorrer do tempo. [...] A territorialidade surge com um significado coletivo de acolhimento, pois mantém os vínculos, presentes e passados. (LIMA e SILVA, 2020, p. 20)

Para Gonçalves e Peluso (2022) o lugar pode ser compreendido tanto no sentido de pertencimento a um determinado espaço, construído coletivamente, como também a tentativa de reconhecimento da essencialidade do conjunto espacial, “alma do lugar”. Assim, o lugar seria “o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado

⁹³ RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. 1993, p. 160.

e vivido através do corpo”. (CARLOS, 2007, p. 17 *apud* Gonçalves e Peluso, 2022, p. 215)

A antropóloga feminista Lélia González (1982 *apud* RATS, 2012, p. 220) discute o pensamento geográfico do lugar de negro sendo resultado da segregação racial e espacial. Nesse sentido, há também o lugar negro ou os lugares negros, locais onde os indivíduos e grupos negros se identificam, se reconhecem e são reconhecidos. A autora parte do entendimento de lugar a partir de:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (1982, p. 15)

A categoria de lugar é compreendida por Ratts (2012) em uma abordagem geográfica crítica: indica o espaço em que se observa a identificação e o reconhecimento do indivíduo com o local, que pode ser a rua, a praça, o bairro, a pequena cidade ou, para alguns autores, a cidade, a região e a nação.

Gonçalves e Peluso (2022) afirmam que “lugar e território, quando mobilizados articuladamente, oferecem importante chave para a análise das identidades territoriais” (GONÇALVEZ e PELUSO, 2022, p. 207).

Cruz (2011, p. 165 *apud* GONÇALVEZ e PELUSO, 2022, p. 212) entende que a construção de uma identidade territorial implica dois elementos:

O espaço de referência identitária: é o referente espacial no sentido concreto e simbólico onde se ancora a construção de uma determinada identidade social e cultural. Refere-se ao recorte espaço-temporal (os meios e os ritmos) onde se realiza a experiência social e cultural, é nele que são forjadas as práticas materiais (formas de uso, organização e produção do espaço) e as representações espaciais (formas de significação, simbolização, imaginação e conceituação do espaço) que constroem o sentimento e o significado de pertencimento dos grupos ou indivíduos em relação a um território.⁹⁴

A consciência socioespacial de pertencimento: é o sentido de pertença, os laços de solidariedade e de unidade que constituem os nossos sentimentos de pertencimento e de reconhecimento como indivíduos ou grupo em relação a uma comunidade, a um lugar, a um território. Não é algo natural ou essencial, é uma construção histórica, relacional/contrastiva e estratégica /posicional. No que diz respeito à consciência de pertencimento a um lugar, a um território, essa é construída a partir das práticas e das representações espaciais que envolvem ao mesmo tempo o domínio

⁹⁴ CRUZ, Valter do Carmo. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. Goiânia, 2006, p. 75.

funcional-estratégico sobre um determinado espaço (finalidades) e a apropriação simbólico/expressiva do espaço (afinidades/afetividades).⁹⁵

Portanto, lugar e território são conceitos que, articulados, esclarecem a formação das identidades territoriais.⁹⁶

Suess e Ribeiro (2017) entendem o lugar com base na Geografia Humanista⁹⁷:

Lugar nessa óptica é o local que possui significados construídos por indivíduos e/ou grupos sociais, portanto, envolve amor e ódio, acordos e desavenças, ambiguidade e ambivalência, segurança e liberdade, experiência e dia a dia, superficialidade e profundidade, pessoas e objetos, espaço material e imaterial, vida e morte, luz e escuridão, sendo assim, é um local conhecido por suas referências, é particular e/ou compartilhado, é um centro reconhecido de valor e feições.⁹⁸

Para Cabral (2007, p.148), “o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer etc”. Tuan (1983 *apud* LOPES 2012, p.26) entende o espaço e o lugar como expressões interligadas: o lugar para a corrente geográfica de pensamento humanista advém do espaço, na medida em que agimos intencionalmente.

E, apesar de o território ser confundido com o espaço, o território se forma a partir do espaço. Ao se apropriar de um espaço, o sujeito/coletivo territorializa o espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Assim, baseando-se neste entendimento sobre territorialidade e lugar, compreende-se que as suas concepções se entrelaçam, pois possuem em comum o sentido de pertencimento.

A produção em torno dos conceitos de territorialidade e lugar transpassa diversas correntes ideológicas. Assim, não se podem considerar as concepções aqui apresentadas como uma verdade única, principalmente pelo fato de que a pesquisa volta o olhar para a população negra, e pelo intuito de a produção não seguir com uma narrativa única.

⁹⁵ Idem, p. 76.

⁹⁶ GONÇALVES, Juliano Rosa; PELUSO, marília Luiza. **Lugar, território e territorialidade na construção da identidade**. 2022, p. 207.

⁹⁷ Geografia Humanista é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos. (ROCHA, 2007, p.21).

⁹⁸ SUESS, Rodrigo Capelle; RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **O lugar na geografia humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas – escala, críticas e cientificidade**. Piauí, 2017, p.3.

Por fim, considerando a importância da construção conceitual, foi fundamental esta apresentação dos conceitos utilizados para a associar o espaço em estudo, para elucidar claramente as concepções que levaram à análise desses espaços.

2.3.1 Rua do Piolho

A Rua do Piolho era situada entre a Igreja Matriz e a Igreja Nossa Senhora da Conceição. Nos tempos dos donatários, era tomada pelas águas do mar e, devido às constantes entradas do mar, se ergueu o Forte São Diogo. Nas palavras de Elmo Elton (1986):

A ilha, de topografia acidentada, pontilhada de altos e baixos, apresentava, naturalmente, aspecto muito diverso do atual, tanto que, “pouco adiante do Penedo, o mar entrava e formava uma angra até as Pedreiras”, onde foi construído o Forte São Diogo. Este forte ficava no local em que hoje se encontra a Escadaria São Diogo, dali se abrindo estreito caminho que se estendia até os Pelames. Esse caminho, sinuoso, alargado com o decorrer do tempo, passou a ser a rua do Piolho. (ELTON, 1986, p. 19)

A referida rua é descrita por Elton (1986) como local de residência de “muitas famílias de cor”, e por Derenzi (2019) como uma rua extremamente pobre que servia como “moradia de escravos forros e livres e, mais tarde, de marrafonas”. Ambos não identificam em que período a rua ficou conhecida como um local habitado por pessoas negras.⁹⁹

Fabíola Bastos (2009) corrobora a informação de que a referida rua era um espaço com uma quantidade significativa de negros forros ou escravizados, ao apresentar um caso que ocorreu em 21 de dezembro de 1862, na Rua do Piolho, quando uma discussão entre Claudino dos Santos e o africano Antônio Joaquim evoluiu para ataques físicos. Segundo a autora, Claudino era pedreiro e possuía uma jornada de trabalho flexível. Quando necessitava de ajudantes, saía pela Rua do Piolho em busca de negros escravizados ou forros que pudessem trabalhar.¹⁰⁰

Quando a autora apresenta a notícia, pode-se compreender que a Rua do Piolho era, de certo modo, um espaço de referência da localização da população negra em Vitória-ES, uma vez que a rua servia como local para a busca de serviços prestados por negros forros ou escravizados. Além disso, foi uma das ruas descritas como local de moradia de pessoas negras.

⁹⁹ Marrafonas é o mesmo que meretrizes e prostitutas. O autor não especifica em que período a rua ficou conhecida por ser moradia de marrafonas.

¹⁰⁰ BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. Vitória, 2009, p. 165.

A Rua do Piolho também teve participação na atuação da Irmandade do Rosário, especialmente durante todo o século XIX. A irmandade possuía uma banda, a Filarmônica Rosariense, ou Banda de Música Rosariense, a qual tinha como local de ensaio à Rua do Piolho, e músicos componentes de prestígio junto às camadas mais populares da cidade.¹⁰¹

Nos últimos anos do século XIX, a Rua do Piolho passou a ser chamada de Rua 13 de Maio. Bastos (2009) levanta a hipótese de que a escolha desse nome para a rua seria devido à data da abolição da escravatura no Brasil. Além disso, colaborou na escolha o fato de ela ser uma rua conhecida como moradia de “famílias de cor”.

Assim, a constatação da história da presença negra neste espaço pode ser sustentada mediante a toponímia, uma vez que topônimos são considerados como espécies de depositários da memória, com ligações da história, arqueologia e geografia, pois guardam a reminiscência identitária de um povo, desafiando o tempo e memória viva.¹⁰² Tal concepção se torna mais evidente uma vez que a denominação anterior da Rua 13 de Maio era Rua do Piolho.

Farias e Pacheco (2015) enfatizam a problemática da realidade toponímica, ao refletirem sobre a ausência de nomes de rua ou lugar reverenciando negros libertos e seus descendentes.¹⁰³

Para Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), os topônimos são sinais importantes, indicativos da história, cultura e linguagem de um povo. Assim, os topônimos fornecem informações a respeito das gerações de uma localidade, dos homens que nasceram nesse espaço, que trabalharam e viveram, fatos e datas significativas, figuras que mereceram homenagem, devoções, e ainda traduzem sentimentos. (FAGGION e FROSI, 2008, p. 278 *apud* KELLER e LEÃO, 2020, p. 7)

Souza (2004) corrobora a afirmação de que as denominações dos espaços estiveram ligadas aos eventos e personagens locais. Ressalta, inclusive, a informação de que a denominação da Rua do Piolho se deu por ser uma rua caracterizada por moradores paupérrimos, em geral ex-escravizados.

¹⁰¹ SECULT. **Patrimônio cultural do Espírito Santo: arquitetura**. 2019, p. 270.

¹⁰² FARIAS, Maria Adelina Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf. **Cartografia toponímica e silenciamento afro-indígena na ‘Terra da Liberdade’: O problema do apagamento identitário em Benevides-PA**. 2015, p. 9.

¹⁰³ *Ibidem*.

Ainda tratando da Rua do Piolho, não se pode confirmar que a referida rua é um historiotopônimo¹⁰⁴, uma vez que não há esclarecimento por completo a respeito da motivação da troca do nome para Rua 13 de maio. Entende-se, como já mencionado, que esse topônimo provavelmente ocorreu pela data da Lei Áurea de 1888 e por ser uma rua com elevado número de pessoas negras habitando e trabalhando.

Não se sabe ao certo em que momento a Rua do Piolho passou a ser conhecida como Rua 13 de maio, porém, no ano de 1895, o jornal *Commercio do Espirito Santo* já se referia a rua como “a antiga rua do Piolho” ao relatar que a mesma se encontrava intransitável devido à inundação causada por águas fluviais que não tinham para onde escoar.¹⁰⁵

Cabe ressaltar que a Rua do Piolho não era uma rua de moradia exclusiva para pessoas negras. Tal fato pode se constatar em:

O abaixo assignado acha-se authorisado para vender uma morada de casas t reas n.11   rua do Piolho d’esta cidade de propriedade de Clemente Pinto dos Reis Braga, e de seu motu próprio vende por commodo preço sua escrava parda de nome Graciana, que sabe cozer, fazer renda, engommar e cozinhar. A tratar com mesmo abaixo assignado.
O P. Duarte¹⁰⁶

Aluga-se uma morada de casas de sobrado sita na rua do Piolho com cinco portas frente a excelentes commodos para familia: quem apprentender dirija-se a esta typographia que achar  com quem tratar.¹⁰⁷

Além disso, a referida rua também fora espaço de uma escola, antes de esta ser transferida:

2^a CADEIRA DE 1^{as} LETRAS DESTA CAPITAL
Essa escola, tendo funcionado até o anno de 1885 em uma casa da insalubre rua do Piolho, foi n’esse mesmo anno que espirou o contracto locativo havido entre o respectivo proprietário e a província, transferida para o arejado sobrado n. 2 da aprasivel rua de Santa Luzia esquina da ladeira de S. Di go; [...] ¹⁰⁸

Partindo dessas informa es, questiona-se: Em que momento a rua ficou conhecida por ser moradia dos negros e negras de Vitória-ES? A popula o negra tinha acesso   moradia na Rua do Piolho por ela ser uma rua insalubre? Ou foram acontecimentos como os encontrados nos periódicos abaixo que levaram a rua a não ser considerada um ambiente familiar para a “classe dominante”?

1^a Sec o – Ao Dr. Chefe de policia.

¹⁰⁴ Top nimos relativos aos movimentos de cunho histórico-social e aos seus membros, assim como as datas correspondentes. (CARVALHO e CARVALHO, 2019, p. 5785)

¹⁰⁵ **Commercio do Espirito Santo**, Vitória, 30 de abril de 1895, p. 1.

¹⁰⁶ **O Espirito-Santense**, Vitória, 05 de setembro de 1872, p. 4.

¹⁰⁷ **Correio da Victória**, Vitória, 13 de fevereiro de 1856, p. 4.

¹⁰⁸ **Jornal da Victoria**, Vitória. 13 de outubro de 1869, p. 4.

Acredita-se que a proximidade física da rua permitia ao povo negro uma participação mais ativa na Irmandade Nossa Senhora do Rosário. A referida irmandade promovia, de certo modo, uma “autonomia” relativa, pois funcionava como um espaço no qual os membros construía(m) identidades sociais em torno das festas, assembleias, eleições, funerais, entre outros. A irmandade era responsável pela condução da vida espiritual e se dedicava a incentivar a organização social de congregados e moradores da cidade.

Entende-se que, devido ao crescimento da devoção à Irmandade, bem como ao crescimento da população escravizada em Vitória, a ocupação da Rua do Piolho como moradia de escravizados e forros foi um meio de diminuir a dificuldade de acesso à Igreja, que se encontrava no alto do morro Pernambuco e, possivelmente pela questão da proximidade, proporcionar maior participação nos eventos sociais, como a possibilidade de realizar os ensaios da banda no local. Além disso, é importante pontuar a segregação racial propriamente dita, no caso da parte baixa da cidade ser voltada para a população pobre e a parte alta para os ricos.

Por fim, constata-se que a referida rua se enquadra nos dois tipos de territórios descritos por Leite (1991), como território interacional e residencial¹¹², uma vez que, como território interacional, a rua do Piolho proporcionava sociabilidades voltadas ao lazer, às trocas, aos encontros por meio dos ensaios da banda, por exemplo. E era território residencial por ser um local que possuía a ocupação fixa, material, demarcada geograficamente pela fronteira de ocupação territorial para habitar.

Além disso, a Rua do Piolho pode ser identificada como uma territorialidade, baseando-se no entendimento de que está ligada ao espaço apropriado por um grupo, no pertencimento, e no modo como esse grupo utiliza o espaço apropriado, sendo este espaço o “lugar” desse grupo. Assim, considera-se a rua também como territorialidade a partir da apropriação e participação dos indivíduos que habitam esse território.

Por fim, não se pode negar que a Rua do Piolho foi um espaço marcado pela presença da população negra, seja como forma de moradia ou como sociabilidade e

¹¹² Território de ocupação residencial possui como característica principal a viabilidade de permanência através da posse, com ou sem título, possui mais de uma unidade domiciliar ou uma grande unidade domiciliar e se dá a construção de códigos específicos de sociabilidade. Na maioria dos casos, vivem uma experiência compartilhada em uma história comum. (LEITE, 1991, p. 42)

trabalho. A rua era um local de referência e, possivelmente por isso, passou a ser denominada como Rua 13 de maio.

2.3.2 Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos

No Brasil, a devoção a Nossa Senhora do Rosário pelos escravizados é datada de antes do ano 1640. Em Vitória, a data de fundação da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos não é conhecida, mas se sabe que sua existência é anterior ao ano de 1765 quando, por doação, a congregação recebe um terreno para nele se fazer a Igreja à dita Senhora. A condição era de que se desse início à obra da Igreja dentro de dois anos e meio. Como prescrito pelo doador, após dois anos e meio, a Irmandade conclui a obra, contando com a mão de obra de escravizados e negros libertos.¹¹³ A Igreja Nossa Senhora do Rosário foi construída em uma área afastada do núcleo da vila ocupado na época, o morro Pernambuco.

A edificação possui uma implantação típica do período colonial brasileiro, num altiplano. Cria-se a hipótese de que algumas características provavelmente ocorreram por se tratar de uma igreja da Irmandade dos Negros, como: o morro onde se situa é íngreme, o que provavelmente dificultou a sua construção, e o local da implantação se encontrava fora do perímetro urbano da vila na época em que foi construída, o que poderia dificultar o acesso dos devotos à Igreja.

¹¹³ COSTA, Bruno Blanck; REIS, Fabio Paiva; ANDRADE, Marcela Oliveira. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Vitória, 2010, p. 30.

Fotografia 2: Vista da baía para Igreja de N. S. do Rosário.



Fonte: Viagem à Província do Espírito Santo – imigração e colonização suíça 1860. Foto de Jean Victor Frond.

Segundo Souza (2004), a Igreja de Nossa Senhora do Rosário indica uma ocupação na direção leste, influenciando, assim, na apropriação da encosta que delimitava a região alagadiça, a qual vai sendo lentamente aterrada de acordo com o crescimento urbano. Para a autora, a implantação do templo influenciou na ocupação dessa área, caracterizada por ser uma região constituída de uma população pobre, formada por ex-escravizados, pescadores e meretrizes.

Inicialmente, a estrutura principal da Igreja era a capela-mor, mas, com o aumento de devotos, houve a necessidade de uma expansão, o que é comprovado nas prospecções arquitetônicas realizadas pelo IPHAN¹¹⁴, entre os anos de 1993 e 1996, as quais indicaram que a Igreja foi ampliada, ao longo do tempo, em pelo menos três etapas, sendo a primeira a origem da Igreja, a qual era composta apenas com a nave e capela-mor; a segunda ocorreu no final do séc. XVIII, quando a Igreja ganhou a torre sineira e um novo muro do cemitério; e, por fim, a expansão, que é considerada como “grande ampliação”, ocorrida no final do século XIX, quando houve a expansão

¹¹⁴ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Informações obtidas por meio de e-mail para Biblioteca do Iphan ES. Disponível em: <biblioteca.es@iphan.gov.br>.

da capela e da sacristia, além da incorporação do corredor lateral com os ossários. Nessa etapa, a torre sineira foi integrada à Igreja, foram erguidas paredes de tijolos sobre os muros de pedra e os telhados foram elevados, para a construção do segundo pavimento.

A Igreja chegou a ter uma Casa de Leilões, em seu terreno, que leiloava objetos e alguns presentes doados à irmandade, como forma de colaborar na construção e manutenção do templo. Essa casa de leilões servia também para a compra da alforria dos cativos.¹¹⁵

A casa de leilões existiu em frente à Igreja (**fotografia 4**) e, atualmente, em seu lugar está construída uma edificação da Irmandade de São Benedito do Rosário. Não foi possível encontrar o período da demolição da casa de leilões.¹¹⁶ Além disso, é difícil saber ao certo os motivos da demolição, porém é questionável se a demolição não seria mais um mecanismo de apagamento histórico relacionado à escravidão, uma vez que essa edificação possuía um caráter simbólico de poder proporcionar a compra de alforria dos escravizados, sendo também um local de solidariedade dos irmãos negros por meio da Irmandade.

Fotografia 3: Igreja de N. S. do Rosário em 1912.



¹¹⁵ BORGES, Bruno. *et al.* **Estudo do entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Casa de leilões.** Vitória, 2006, p. 22.

¹¹⁶ *Ibidem.*

Fonte: Morro do Moreno, 2019 compilação de Walter de Aguiar Filho, 2017.¹¹⁷

Além da casa de leilões, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário possuía um cemitério, o qual ocupava uma área contígua à torre da Igreja, fechada em três lados por muros de pedras, com as arcadas em alvenaria de pedra com vazios para os columbários.

Os túmulos possuíam tamanhos e profundidades diferentes para adultos e crianças. Posteriormente, os restos mortais eram exumados e transferidos para nichos localizados no corredor lateral da nave da Igreja. Os sepultamentos, até o início do século XIX, eram realizados no interior das igrejas, sob o piso, porém essa prática foi proibida com a vinda de Dom João VI, que a proibiu por motivos de higiene.¹¹⁸

O cemitério era a garantia de um enterro para os irmãos negros, já que não havia cemitérios públicos e a maior parte das irmandades não aceitava negros escravizados ou alforriados. Cabe ressaltar que uma das principais funções das irmandades era proporcionar, aos seus membros, funerais, com sepultamento, missas e acompanhamento dos irmãos vivos.¹¹⁹ Sabe-se que o cemitério permaneceu acolhendo seus devotos até o ano de 1912, quando foi fechado e transferido para o cemitério de Santo Antônio.

Parafraseando Santos (2014), sabe-se que a Irmandade do Rosário promovia, a cada primeiro domingo de todo mês, uma procissão pelas ruas de Vitória. As festas eram grandiosas e marcavam o cotidiano da época, apesar da pobreza da Irmandade. Os senhores de escravizados que eram devotos de Nossa Senhora contribuíam para a festa, participando dos cortejos.

Segundo Bonicenha (2004 *apud* SANTOS, 2014, p. 67) a festa era uma mistura do profano e do sagrado cujos participantes eram negros libertos ou escravizados. Nela, acontecia a inversão social: o negro escravizado se tornava senhor e os senhores contribuíam para vestir seus escravizados com luxo e riqueza.

Para os devotos da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, “[...] não só bastava a veneração mariana, visto que queriam, também, prestar culto a São Benedito, que lhes era da mesma cor e cuja devoção, no Espírito Santo, já datava de 1595” (ELTON, 1988, p. 16 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 124). Segundo Silva e

¹¹⁷ Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/rua-do-rosario-por-elmo-elton.html>>.

¹¹⁸ BORGES, Bruno. *et al.* **Estudo do entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Casa de leilões**. Vitória, 2006, p. 23.

¹¹⁹ COSTA, Bruno Blanck; REIS, Fabio Paiva; ANDRADE, Marcela Oliveira. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Vitória, 2010, p. 30 e 31.

Ricco (2022), a Irmandade de São Benedito do Rosário surge da devoção mariana a Nossa Senhora do Rosário e ao santo negro São Benedito, sendo composta por negros escravizados e livres.

O historiador Wallace Bonicenha (2004) afirma que:

As irmandades negras, além de contribuírem para aumentar o sincretismo religioso, se tornaram espaço de solidariedade; de fortalecimento do sentimento religioso pela devoção em conjunto; possibilidade da liberdade, através da alforria, e o prazer das festas coletivas, sem a fiscalização do senhor. (BONICENHA, 2004, p. 144 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 124)

Com a Igreja do Rosário também devota ao santo, começaram a acontecer duas procissões na área, uma saía do Convento São Francisco e outra da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Bernadete Lyra (1981) comenta a relação entre a devoção a São Benedito e o Ticumbi¹²⁰:

No pensamento negro, a religião jamais vem separada da sociedade, da razão ou da vida. No universo negro, a filosofia, a teologia, a ciência social, o direito, a medicina, a agricultura, a psicologia, a vida e a morte, se fecham em círculo lógico do qual nada poderá ser extraído sem que se ponha em risco a estrutura mesma do sistema. A unidade é ela mesma responsável para que no Ticumbi o elemento místico-religioso esteja mesclado à vida social do grupo e concorra para que, ao lado das conotações religiosas, transpareçam formas de representação da realidade social[...] (LYRA, 1981, p. 84 *apud* MACIEL, 2016, p. 160).

Os escravos, pela separação religiosa entre seus ritos e os de seus senhores, foram forçados à conscientização de sua raça. Para o negro, São Benedito tornou-se logo um parente. Esse traço, ver no santo alguém da família, é característica da cultura negra. O nagô, por exemplo, enxerga em cada indivíduo parte da família da linhagem de Orixá... Dessa forma, São Benedito passou a ser filho de Zambi[...] (LYRA, 1981, p. 85 e 86 *apud* MACIEL, 2016, p. 161).

Cabe contextualizar a veneração da população negra para o santo, afinal esse traço “ver no santo alguém da família” ocorre pelo fato de São Benedito ser uma imagem “semelhante”, pois possuía pais de origem escravizada e descendência de negros etíopes ou mouros do norte da África. Nascido em 31 de março de 1524, na Sicília, Itália, foi pastor de ovelhas e lavrador, sendo sua família pobre. Aos 18 anos, consagrou-se na igreja católica e, aos 21 anos, foi chamado por um monge para viver entre os Irmãos Eremitas de São Francisco de Assis. ¹²¹

COSTA, REIS e ANDRADE (2010) explanam sobre a devoção:

A identificação dos devotos de Nossa Senhora do Rosário com São Benedito, franciscano, negro e muito simples, veio unir em solidariedade os esforços e

¹²⁰ O Ticumbi é um patrimônio cultural imaterial, conhecido também como “Baile do Congo”, sendo uma dança de origem afro-brasileira praticada especialmente no norte do Espírito Santo. (CAMPOS e BASTOS, 2009) e (NASCIMENTO, 2018)

¹²¹ COSTA, Bruno Blanck; REIS, Fabio Paiva; ANDRADE, Marcela Oliveira. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Vitória, 2010, p. 28.

a resistência dos escravos em luta por liberdade. As festas em sua honra incluíam expressões culturais como reisado e o congo, além de outras evocações à África.

Numa época em que a escravidão era uma carga por demais pesada para o povo negro, pode-se perceber que os seus festejos não foram simples válvulas de escape do dia-a-dia, mas um ponto de partida para a reinvenção de uma existência, onde não se considerar apenas *objeto* era um primeiro passo.¹²²

Cabe ressaltar que o culto a São Benedito foi instituído oficialmente, pela igreja católica, no ano de 1743, mas, segundo Elmo Elton (*apud* COSTA, REIS e ANDRADE, 2010, p.28), a devoção já datava de 1595, portanto de antes da canonização que ocorreu em 20 de maio de 1807.¹²³

As duas procissões compartilhavam a imagem do santo, que ficava de 1º de janeiro até o Corpus-Christi no Convento de São Francisco. Após a procissão, a imagem do santo ficava na Igreja do Rosário, até o ano seguinte (CANAL FILHO, 2010 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 124). Os devotos de São Benedito eram divididos em dois partidos, chamados de caramurus, os do Convento de São Francisco, por causa das exibições de riquezas, e peroás, os da Igreja de Nossa Senhora do Rosário pelo fato de esse ser um peixe sem valor.¹²⁴

Existia uma rivalidade entre as duas procissões, anterior ao acontecimento de 27 de dezembro 1832, quando o Frei guardião do Convento, Manuel de Santa Úrsula, não permitiu que a imagem saísse para a procissão, devido à chuva. Elmo Elton (1998) descreve que os fiéis da Irmandade acreditavam que, se a imagem saísse em procissão, a chuva iria cessar. Mesmo assim, o guardião não permitiu que o santo saísse para a procissão, o que levou à rixa entre as duas procissões (ELTON, 1998, *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 124).

Como relatado por Bonicenha (2004), as procissões eram festas grandiosas com riqueza. Tal fato pode ser corroborado no comentário feito no jornal Correio da Victoria:

Sr. Editor do Correio da Victoria.

Celebrou-se com estrondo, e pompa extraordinaria no dia 27 do corrente a festividade do sempre ador--- Benedicto collocado na igreja do Rosário. Ao meio dia da véspera, apenas anunciado pela torre, romperão os ares de todos os angulos da cidade uma aluvião de foguetes, que preconisavão a magnificencia do seguinte.

¹²² Idem, p. 28 e 29.

¹²³ Idem, p.28

¹²⁴ Os caramurus acreditavam que seu apelido estava relacionado ao peixe, que tinha a mesma cor que seus manteletes, e por ser um “peixe valente, viscoso, feio e mau, que sempre pica o pescador incauto e desprevenido” (ELTON, 1988, p.21 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 125). Assim, revidaram com o nome peroá por ser “pescado sem valor na época e que possuía listras azuis, a mesma cor da irmandade da Igreja do Rosário” (CANAL FILHO, 2010, p. 49 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 125)

Na madrugada desse dia, houve missa cantada com o Sacramento exposto, sendo orador o reverendo padre mestre Ignacio Felis de Alvarenga Sales, cujo nome garante importancia da obra.

A noite fez-se uma esplendida novena, e nela pronunciou o reverendo capellão padre Joaquim de Santa Maria Magdalena Duarte, diante de um numeroso concurso de pessoas gradas e de todas as classes, um excellente discurso em que se deixou vêr não só seu talento, como o gosto, e o entusiasmo pelo augmento desta inclita devoção, que cada vez mais se propaga, e excita a ve---- do povo. A aurora desse dia sempre apreciavel, sempre ditoso, foi saudada por outra aluvião de foguetes, e a festa do Santo encheu cabalmente a expectativa do publico, porque alem das riquezas que se observara, quer no atavio do templo, quer nos ornamentos dos ministros de seus altares, o padre João Luiz da Fraga Loureiro, com um eloquente discurso, e em que optimamente encadeou as virtudes e as maravilhas do mesmo Santo, deu nos ultimos traços de magnificencia e esplendor á solmnidade.

Se grande foi este acto, se pomposo, nada deixou a desejar tambem solemne procissão que fisera de tarde: aas irmandades que concorrerão, e o immenso povo, fiserão um brilhante prestito, e o Santo com seu ar prasenteiro recebia as demonstrações de alegria dos que o adoravão, percorrendo todas as ruas de costume, par entre alcatifas de flores. Setenta e tantas griandolas forão aos ares durante toda a procissãi, e recolhida a igreja celebrou-se um solemne *Te-Deum* em que orou tambem com graça e talentoo o reverendo padre frei Antonio de Nossa Senhora das Neves, discrevendo outras tantas maravilhas do incomparavel Benedicto.

A todos estes actos dignou-se de acompanhalos o Exm. Sr. Presidente da provincia, Dr. Secretario do governo, Dr. Chefe de policia e outras muitas pessoas distinctas.

Muito nos lisongeamos, Sr. Editor, do que a nossa festividade excitasse tanto fervor e tanto aplauso: e folgamos de que se conclusse sem a menor pertubação da tranquillidade publica. Sou Sr. Editor etc.

*Um devoto*¹²⁵

É possível perceber, com esse relato, a grandiosidade do evento e que a procissão movimentava todas as camadas da sociedade de Vitória, era uma festividade importante que movia a cidade.

¹²⁵ **Correio da Victoria**, Vitória, 29 de dez. 1849, p. 4.

Fotografia 4: Procissão de São Benedito na escadaria da Igreja de N. S. do Rosário.



Fonte: Instituto Jones Santos Neves, 19--.¹²⁶

Tamanho era a devoção ao santo que, em 23 de setembro de 1833, retiraram a imagem de São Benedito do Convento de São Francisco e levaram para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário:

“Domingo, sete e meia da manhã. A igreja está deserta para a missa conventual da Ordem Terceira de São Francisco. Os sinos já haviam repicado a primeira vez. Ruas desertas. Sinhás, senhores, escravos e negros forros preparam-se às festas. Os guardas constantes da imagem de São Benedito - o escravo José Barbeiro e o cozinheiro Bento - retiraram-se a serviço. Em sua cela, alma elevada a Deus, Frei Antônio de São Joaquim ora. . . Três vultos surgem do Porto dos Padres. São eles Domingos do Rosário, o africano liberto Antônio Motta e o crioulo Elias de Abreu. Seguem pela rua da Lapa, sobem a ladeira dos Frades, e, encostados às paredes da Ordem Terceira, vão à igreja. Num instante São Benedito desce do altar; às costas de Antônio Mota, caminha ladeira abaixo. Na rua da Capelinha, hoje cel. Monjardim, esperavam-lhe outros companheiros. Todos percorrem o Pelame (praça municipal e lugares circunvizinhos) e chegam, triunfantes, ao largo da Conceição, atual Praça Costa Pereira.

Os sinos do Rosário dobram às festas. Repicam. Repicam. E, a seus sons agudos e repetidos, à sua voz metálica e alegre, juntam-se os estouros dos foguetes. A procissão - porque agora é verdadeira procissão - atravessa a

¹²⁶ Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br/bibliotecaonline/Record/11983#details>>

ponte do Reguinho (canal d'água na rua Sete) e leva a imagem ao Rosário, onde ela ficaria, daí para diante, com sentinela aos pés."¹²⁷

A devoção ao santo levou o africano liberto Antônio Motta e o crioulo Elias de Abreu a desafiarem as ordens, ao retirar a imagem do Convento para que pudessem tê-la em sua Igreja. É possível perceber, nesse recorte, a atuação de duas pessoas negras na tentativa de poder ter o seu santo na Igreja que frequentavam e de que faziam parte.

Antigamente, a procissão realizava um percurso diferente do atual¹²⁸, um percurso mais longo:

A procissão de São Benedito, uma das maiores demonstrações de fé, era formada por moradores dos morros, estivadores, operários, lavadeiras, e pela população mais pobre e descendentes de negros, que seguiam cantando e rezando. Durante o trajeto muitos irmãos eram vistos com “rabo de olho” pelos moradores da cidade alta, onde morava a elite local, e seguiam pelo Parque Moscoso, em direção à Vila Rubim. Retornavam beirando os antigos cais da barca e o porto, onde a imagem era recebida por uma queima de fogos, seguindo depois até o Forte São João, de onde retornava levando a imagem de volta à igreja do Rosário, sendo recebida com repiques de sinos e fogos. (BONICENHA, 2004, p. 155 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p.138)

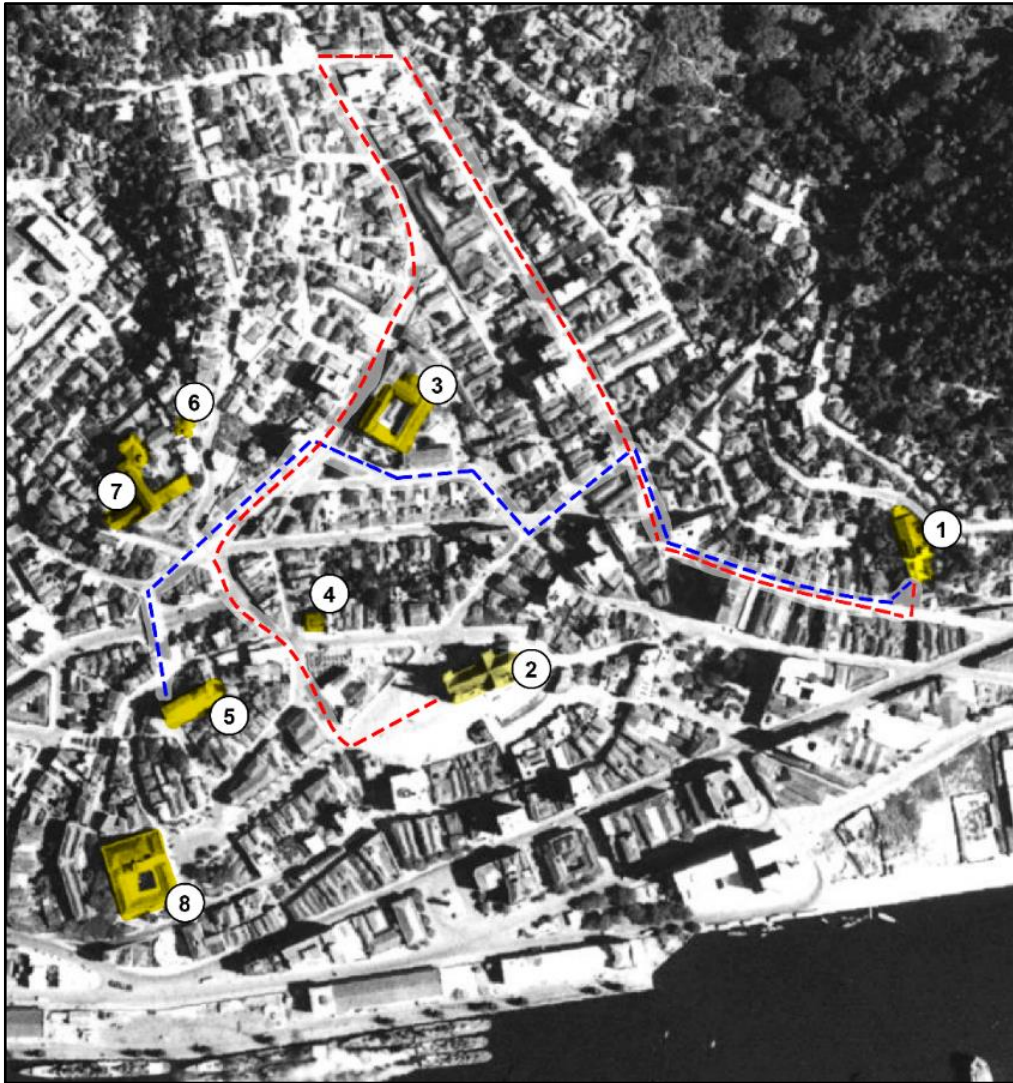
Não foi possível identificar o percurso da procissão no período em estudo, porém, ao analisar o percurso disponível no Roteiro Histórico IV de 2007 (**figura 3**) podemos imaginar o quanto a Irmandade percorria na procissão de São Benedito, uma vez que o percurso antigamente era mais longo. Em linha tracejada vermelha está a demarcação do percurso da procissão de São Benedito e em azul o roteiro Caramurus e Peroás.

Figura 3: Percurso construído a partir da procissão de São Benedito saindo da Igreja de N. S. do Rosário.

¹²⁷ Morro do Moreno, 2021 compilação de Walter Filho, 2019. Disponível em:

<<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/caramurus-e-peroas-por-elmo-elton.html>>

¹²⁸ SILVA, Poliana Santos; RICCO, Adriana Sartório. **O Patrimônio edificado das irmandades religiosas de Vitória (ES) e sua história como potencial turístico**. Vitória, 2022, p. 138



Fonte: (1) Igreja de N. S. do Rosário, (2) Igreja Matriz (atual Catedral), (3) Convento do Carmo, (4) Igreja de Santa Luzia (atual Capela de Santa Luzia), (5) Igreja de São Gonçalo, (6) Capela de Nossa Senhora das Neves, (7) Convento de São Francisco, e (8) Igreja de São Tiago (atual Palácio Anchieta; adaptado pela autora com base na Ortofoto de 2020 do banco de imagens aéreas de Vitória e do mapa do Roteiro Histórico IV, 2007.¹²⁹

Atualmente, a procissão percorre um caminho consideravelmente longo pelas principais ruas do Centro Histórico de Vitória:

A procissão começa na Rua do Rosário, entra na rua Graciano Neves, vai até a Fonte Grande, onde é festejada com o tradicional foguetório, segue para a catedral, local de celebração da missa em louvor a São Benedito e volta para a Igreja do Rosário, que recepciona seu santo. (CANAL FILHO, 2010, p. 53 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p.137).

¹²⁹ Banco de imagens aéreas de Vitória (1995 a 2020) disponível em: <<https://geowebvitoria.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=c15700ebec4f4c7d85ee46474dc06fcb>> e Roteiro Histórico IV, 2007, elaborado pelo Projeto Visitar 'A história abre suas portas' organização da Prefeitura Municipal de Vitória, por meio da Companhia de Desenvolvimento, Turismo e Inovação de Vitória.

É sabido que os divertimentos para a população negra eram frequentemente suprimidos e restritos, e tal fato é corroborado por diversos autores e, em específico, por Cleber Maciel (2016, p.85). O autor apresenta um caso, em Vitória, de um escravizado que, mesmo sendo sacristão de uma igreja, foi impedido pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de sair em uma procissão, apesar dos protestos da Irmandade de São Benedito. Além desse caso, Maciel (2016) apresenta a lei instituída pelo Governo do Estado, em 1857, que proibia os escravizados de participarem do “entrudo”, uma espécie de brincadeira carnavalesca de rua, sob pena de 25 açoites e 24 palmatórias.

Cleber Maciel (2016) afirma que, para a população negra participar das atividades permitidas, era necessário reinterpretar, a ponto de conseguir realizar outras e preservar muitas tradições, costumes e histórias para as sobrevivências culturais dos escravizados. E é por meio de laços sutis que muitas atividades culturais negras e práticas católicas dos colonizadores podem ser interpretadas como sincretismos, como o caso das procissões de São Benedito, que eram compostas por uma parcela quase que apenas de negros e com componentes religiosos africanizados.¹³⁰ Nas palavras de Maciel (2016):

Fazer parte de uma Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, no Espírito Santo, a exemplo de outros lugares do Brasil, era para os escravos um recurso de pseudo ou passageira liberdade, de ter garantia de sepultura em lugar sagrado, de participar das atividades religiosas, de poder ajudar na promoção da alforria para outros negros. Tudo feito em conjunto com outras atividades como a Puxada de Mastro, Reisado, Congo, revivendo e reconstituindo parte da vida na África.¹³¹

É importante salientar que, “embora houvesse permissão do Império do Brasil para a realização dessas procissões e rezas do terço, elas foram proibidas em 1885 pelo Arcipreste do Espírito Santo” (MACIEL, 2016, p. 158).

No final do século XX, o IPHAN tomba a Igreja, considerando-a um patrimônio histórico nacional. E cria um museu da Irmandade de São Benedito dos Pretos. A igreja passou por obras de restauro, em 2019¹³². Além disso, faz parte do Projeto

¹³⁰ MACIEL, Cleber da Silva. **Negros no Espírito Santo**. 2016, p. 147 e 148.

¹³¹ Idem, p.158

¹³² Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/igreja-do-rosario-e-solar-monjardim-em-vitoriasaorestaurados0422#:~:text=Igreja%20do%20Ros%C3%A1rio%20e%20Solar%20Monjardim%2C%20em%20Vit%C3%B3ria%2C%20s%C3%A3o%20restaurados,Iphan%20realiza%20maratona&text=A%20semana%20foi%20de%20entregas,espa%C3%A7os%20hist%C3%B3ricos%20no%20Esp%C3%ADrito%20Santo>>.

Visitar - A história abre suas portas, realizando ainda suas procissões no mês de dezembro a São Benedito.¹³³

Por fim, pode-se compreender tamanha importância da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a população negra escravizada e liberta de Vitória, afinal o espaço permitia a atuação dos negros, garantia sepultamento, proporcionava sociabilidades, e, como Maciel (2016) fala, uma “pseudo ou passageira liberdade” para os negros.

Nesse sentido, percebe-se que a Irmandade proporcionava um espaço com certa “autonomia” para população negra, uma vez que permitia que seus membros participassem mais efetivamente das cerimônias. Além disso, compreende-se que, por permitir a atuação de negros escravizados e livres, e pela identificação e ressignificação de São Benedito, houve um considerável aumento de devotos ao longo dos anos.

Com isso, constata-se que a população negra escravizada e livre de Vitória utilizou mais um mecanismo de controle dos colonizadores a seu favor, construindo um ambiente de solidariedade, sociabilidade e identidade negra dentro dos limites da ressignificação. Assim, uma construção que tinha como objetivo impor suas crenças religiosas sob os negros escravizados se tornou um lugar do negro.

No caso, o lugar aqui identificado se baseia no entendimento de Golçalvez e Peluso (2022) abordado anteriormente no capítulo, um lugar compreendido no sentido de pertencimento a um determinado espaço.

Compreende-se, assim, que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário está ligada ao modo como os membros/indivíduos utilizavam o espaço. Desse modo, segundo Haesbaert (2004), uma territorialidade, uma vez que está intimamente ligada a como, de que maneira os indivíduos se organizavam no espaço e davam significado ao lugar.

Por fim, cabe ressaltar que, assim como as ruas e calçadas possuíam destaque no capítulo sobre os territórios interacionais, as mesmas possuem destaque vinculado à procissão, uma vez que o percurso realizado pelos devotos tornava o espaço das ruas e calçadas um local de destaque nos momentos de sociabilidades que não estavam relacionados a serviços, e, sim, relacionados à religiosidade.

¹³³ SANTOS, Jocimara Patrícia. **MEMÓRIA E PATRIMÔNIO CULTURAL DE VITÓRIA, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**. Vitória, 2014, p. 67 e 68

2.3.3 Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja de São Gonçalo

Segundo Pegoretti (2022), no século XVIII, começaram os primeiros aterros na parte plana e baixa da Vila de Vitória. Nesse século, em 1755, foi inaugurado um edifício de caráter religioso, de menor prestígio, a capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha. A capela foi construída por devoção e promessa de Dionísio Francisco Frade e sua mulher.¹³⁴

Vasconcelos (2009, apud Pegoretti, 2022, p. 32) afirma que os edifícios religiosos de menor prestígio eram aqueles que estavam vinculados às irmandades de pardos e negros, ficando situados nas imediações do Centro, ou seja, nas periferias imediatas das áreas centrais. A afirmação pode ser sustentada, ao se constatar que, tanto a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, quanto a Igreja de São Gonçalo se localizavam em áreas mais distantes do núcleo da cidade de Vitória.

Pegoretti (2022) pontua três observações relacionadas à implantação da capela de N. S. da Conceição, sendo: (1) a capela era a única edificação religiosa de caráter menos privilegiado que se localizava dentro do limite *urbis*; (2) sua edificação era a única – religiosa – que tem ligação com o mar e a colina, simultaneamente, e (3) era a única edificação religiosa da parte baixa acompanhada da toponímia “largo”.

No que tange a essa capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, seu afastamento não pode ser vinculado, em específico, à população negra, uma vez que não se encontraram referências evidenciando que era uma igreja frequentada por negros, porém a igreja foi construída para os pescadores que faziam parte da camada mais simples e pobre de Vitória, e que, inclusive, eram considerados ociosos e vadios pela prática da pesca de subsistência.¹³⁵

Cabe ressaltar que a prática da pesca de subsistência era tida como uma atividade não produtiva. Tal fato é evidenciado na notícia do *Correio da Victoria* de 1849:¹³⁶

[...] Há um grande inconveniente deste commercio, e é o definhamento da lavoura, [...], porque os braços que devião ser empregados na plantação destes generos, occupão-se só nas derrubadas, e falquejamento das madeiras. [...]. **Tambem os braços, que se occupão na pesca fazem sensível falta á lavoura, e por isso igualmente necessita-se de medidas, que obstem este mal.** [...] A pesca, que faz o commercio, e que pode ser considerada proveitosa, é a feita em alto mar, e não a das enseadas, quando nella se occupão milhares de braços, e quando della usão só para sua

¹³⁴ DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Vitória, 2019, p. 94.

¹³⁵ CASADO, Tatiana Caniçali; GOMES, Gustavo Zamproni. **As águas e a modernização urbana: higienismo e banho de mar em Vitória, ES (Dec. 1850-1950)**. Vitória, 2019, p. 2972.

¹³⁶ Ibidem.

alimentação, abandonando a lavoura, primária, e mais lucrativa fonte de riquezas públicas.¹³⁷

As **tabelas 2, 3 e 4**, apresentadas anteriormente no capítulo 2.2.1, indicam que existiam pescadores negros escravizados. Com isso, cria-se a hipótese de que este espaço da Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha também era um local frequentado por pessoas negras escravizadas e libertas, uma vez que a região estava associada ao trabalho da pesca, das práticas religiosas e de sociabilidades.

Além disso, Michele Prado (2002, p. 189 *apud* FERRAZ, 2019, p. 144) pontua que a área do Largo da Conceição era ocupada por casas “de pescadores e demais trabalhadores, muitos deles ex-escravos [...] eram bastante simplórias, dispostas em becos e travessas sem calçamento”. Ou seja, a afirmação de Prado (2002) nos permite corroborar a informação de que existiam pescadores negros, e mais, que a região do Largo da Conceição era frequentada pela população negra, que tanto residia quanto trabalhava no Largo.

No caso da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, a dita localizava-se no Largo da Conceição, antigo “Reguinho”, que passou a ser denominado Largo da Conceição e que também era conhecido como Prainha.

A capela era destinada aos pescadores e, segundo Casado e Gomes (2019), a sua construção sofreu a influências das inúmeras solicitações dos pescadores da Prainha para que pudessem “rezar o terço e cantar ladainhas” após cada dia de trabalho.

Fotografia 5: Vista Parcial de Vitória-ES, 1882, com a Capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha

¹³⁷ **Correio da Victoria.** Vitória, 27 de janeiro. 1849, p. 2 e 3 (grifo meu).



Fonte: Postagem de Fábio Pirajá, 2014 (Foto de Joaquim Ayres, Cidade de Vitória 1882)¹³⁸

Segundo Pegoretti (2022), a capela de Nossa Senhora da Conceição ficou marcada pelas práticas socioespaciais, principalmente pelas atividades religiosas, tanto dentro quanto fora da capela, como no seu entorno imediato, com as quermesses, ladainhas¹³⁹, missas e comemorações em dias santificados.

Além disso, é importante lembrar que o Largo da Conceição possuía um chafariz, sendo assim um local movimentado, tanto para atividades sociais quanto para trabalho doméstico.

Pegoretti (2022) ressalta que atividades circenses eram comuns no Largo da Conceição, com espetáculos que reuniam crianças, adultos, pessoas mais humildes e escravizados. Tal fato pode ser observado na notícia do *O Espírito-Santense* (Figura 4), que relata o falecimento de um escravizado após uma queda do trapézio do circo.

¹³⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo?fbid=10204038297892058&set=oa.913704438658551>>.

¹³⁹ As Ladainhas, também chamadas de litania, é uma súplica ou louvor que se repete durante uma oração. Disponível em: <<https://conceitos.com/ladainha/>>.

Figura 4: Noticiário sobre práticas circenses de escravizados no largo da Conceição

— Ao Dr. Chefe de Policia interino. — Inteirado pelo seu officio de 2 do cadente mez, sob n.º 298, de haver fallecido no dia 30 do mez findo, um escravo de D. Cordula Loureiro, proveniente de uma quéda que déra de *trapesio* no Circo da companhia — Quatro Nações, levantado no largo da Conceição desta cidade: declaro-lhe que approvo a providencia, que V. S.ª tomou, de mandar conservar durante o dia no mesmo Circo uma praça policial para evitar a reunião de crianças n'aquelle Circo, para que deste modo não se tenha de lamentar outra catástrophe.

Fonte: O Espirito - Santense, 1875.¹⁴⁰

A notícia não permite confirmar se o acidente ocorreu enquanto o escravizado trabalhava ou em um momento de sociabilidade, uma vez que relata apenas “uma quéda que déra do trapesio” não permitindo, assim, identificar se existia algum vínculo com o trabalho do escravizado.

Pergoretti (2022) afirma que as práticas acontecidas na capela de Nossa Senhora da Conceição extrapolavam seu interior e o espaço público fronteiriço, à medida em que o largo se encontrava como itinerário de procissões religiosas da cidade de Vitória. Além disso, Michele Pergoretti (2022) apresenta um recorte de um periódico o qual relata o traslado da imagem de Nossa Senhora da Conceição, em função da necessidade de reforma na capela.

Transladação – De sua Capella para a Matriz, foi trasladada na tarde do dia 27 do corrente, a imagem de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, em consequencia de se achar em estado de desabamento as paredes da Capella-mór da dita igreja. Acompanhou a Irmandade de S. Benedicto do Rosario, sacerdotes e muitos devotos, cantando-se por esta accasião o *Magnifical*. Via-se no semblante dos fieis um ár triste e em seus olhos lagrimas por semelhante retirada. Desejamos vêr em breves tempos realizadas as obras dessa Capella, tão tradicional, que por falta de cuidados de quem a governa e tem governado, ficou no estado em que actualmente se acha¹⁴¹

É possível perceber, nesse recorte sobre o traslado, que havia um certo vínculo entre a capela de Nossa Senhora da Conceição e a Irmandade de São Benedito do Rosário da Igreja do Rosário. Talvez pela proximidade, como se pode observar no **mapa 3**, que apresenta o possível trajeto de deslocamento entre as igrejas, ou pela questão anteriormente levantada sobre ser um local também frequentado pelos negros escravizados e livres.

¹⁴⁰ **O Espirito – Santense**, Vitória, 21 de out. 1875, p. 1.

¹⁴¹ BN DIGITAL, 1883a, online *apud* Pegoretti, 2022, p.208. A autora não menciona o nome do periódico.

Mapa 3: Possível trajeto de deslocamento entre as igrejas N. S. do Rosário e N. S. Conceição



Fonte: Adaptado pela autora do mapa de André Carloni, Vitória 1895

Maria Stella Novaes (1968 *apud* FILHO, 2015) corrobora essa proximidade entre as duas igrejas, ao informar que, em 4 de junho de 1896, rezou-se pela última vez a Santa Missa da capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, tendo sido, posteriormente, a imagem da santa conduzida para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.¹⁴² Cabe ressaltar que a demolição da capela se deu pela construção do teatro Melpômene, que se iniciou em 14 de dezembro de 1895, com a inauguração em 21 de maio de 1896.

Assim como existia uma igreja voltada aos pescadores e uma igreja para os negros, havia uma para pardos. Essa segregação era bem comum, tanto é que Bonicenha (2004, p. 25 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 120) afirma que as irmandades se distinguiram de acordo com a cor, profissão, sexo e nacionalidade, dando o exemplo das Irmandades dos Homens Brancos, da dos Homens Pardos e da dos Homens Pretos.

As irmandades construía suas próprias igrejas e tinham como objetivo em comum oferecer aos seus membros um funeral digno, um local de certo acolhimento etc, pois formavam entidades em torno da situação social e racial.

A Igreja de São Gonçalo tem sua fundação, considerada, em 1707. Anteriormente havia uma pequena capela no local, que fora construída pelas irmandades de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora da Boa Morte.

¹⁴² Compilação de Walter de Aguiar Filho, 2015. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/nossa-senhora-da-prainha-por-maria-stella-de-novaes.html>>.

Essas duas irmandades solicitaram, em 1715, que a capela fosse demolida para dar lugar a uma igreja maior. Em 1776, a igreja, já construída, foi consagrada à São Gonçalo Garcia.

Diferentemente da Igreja de N. S. do Rosário e da Igreja de N. S. da Conceição, a Igreja de São Gonçalo foi construída na parte alta da cidade, em pedra e cal. Segundo Silva e Ricco (2022), a irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção foi fundada em 1707 pelos homens pardos livres e escravizados.

Fotografia 6: Igreja de São Gonçalo



Fonte: IPHAN, data desconhecida.¹⁴³

Bonicenha (2004, p. 140 *apud* SILVA e RICCO, 2022, p. 122) discute que as divergências entre os pardos livres (Irmandade da Boa Morte e Assunção) e os escravizados (Irmandade de Nossa Senhora do Amparo) levaram à extinção da Irmandade de Nossa Senhora do Amparo, restando apenas a irmandade da Boa Morte e Assunção.

É importante ressaltar que, em 1870, a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção passou a aceitar, no Capítulo I - Das obrigações, recepções e reuniões dos Irmãos, o ingresso de “homens e mulheres brancas”. (SILVA e RICCO, 2022, p. 138)

Cabe pontuar a noção de pardo para o governo imperial, pois, segundo a Directoria Geral de Estatística o Brasil possuía três raças:

¹⁴³ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1362/>>.

O Brasil é habitado por três raças distintas, a saber:

A branca da qual existem 3.787.289 indivíduos

A africana » » » 1.954.452 »

A indígena » » » 386.955 »

Do cruzamento da raça africana com as outras resultou a classe dos pardos em número de 3.801.782. (DGE, 1877, p. 13 apud BISSIGO, 2017, p.152)

Para o historiador Diego Bissigo (*apud* MARIANI, et al. 2017):

O pardo é o mestiço, mas também é o 'crioulo' que nasceu no Brasil, então é 'menos preto' que o preto africano. Usa-se o pardo para o liberto, porque é como se a liberdade produzisse um efeito branqueador de alguma forma, mas isso tudo é muito sutil, não dá para dizer que todo caso é assim. Mas são possibilidades averiguadas na leitura.

Silveira (2021) corrobora o pensamento de Bissigo, ao discutir também a classificação de pardo do primeiro censo do império, o qual se referia ao pardo com a condição de "negros livres" ou escravizados.

Partindo dessa breve noção de classificação dos pardos, pode-se questionar a implantação da Igreja de São Gonçalo, uma vez que a igreja se encontrava dentro do limite urbano, próxima a outras grandes edificações do período, como pode ser observado no **mapa 4**.

Mapa 4: Prospecto da Villa da Victoria 1767



Fonte: Acervo da Biblioteca digital Luso-Brasileira. Nota: Autoria de José Antonio Caldas, 1767.¹⁴⁴

¹⁴⁴ Disponível em: <<https://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/28088>>.

Levanta-se a hipótese de que o fator de entendimento e classificação de pardos seria o motivo de a implantação da Igreja de São Gonçalo ser no centro urbano, visto que o entendimento sobre a classificação dos pardos estava ligado ao ‘menos preto’.

Tal hipótese pode ser sustentada com a fala de Pergotti (2022), a qual diz que a única edificação religiosa de caráter menos privilegiado que se localizava dentro do limite urbano era, no caso, a capela de Nossa Senhora da Conceição. Ou seja, a igreja de pardos aparentemente não era considerada uma edificação religiosa de caráter menos privilegiado, o que leva novamente à hipótese anterior sobre a classificação dos pardos para a sociedade escravocrata.

Ao mesmo tempo, questiona-se como a sociedade classificava os pardos, uma vez que, além de serem considerados “menos pretos”, eram considerados também uma miscigenação. Ou seja, ‘pardo’ era tanto utilizado para indicar escravizados e/ou libertos de cor mais clara, quanto para indicar a miscigenação.

Além disso, a classificação de pardo passou por um deslocamento de sentido ao longo dos anos, principalmente em uma sociedade escravista ativa. Nesse sentido, o pardo também passou a indicar “um afastamento do passado escravo”. Assim, o pardo se referia aos escravizados nascidos libertos, ou seja, a primeira geração de descendentes de escravizados nascidos livres no Brasil.¹⁴⁵

Por fim, buscou-se elucidar, neste capítulo, uma discussão sobre as hipóteses acerca de outras possíveis territorialidades negras na cidade de Vitória.

A capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha apresenta-se efetivamente como um local frequentado e habitado pela população negra, uma vez que as evidências indicam esse fato. Já quanto à Igreja de São Gonçalo, não se pode concluir de forma explícita que seria um espaço passível de ser entendido como territorialidades negras, porém as duas construções religiosas são objetos que podem e devem ser mais aprofundados para a identificação desses espaços com a história do negro.

Foi possível identificar que há possibilidades de o espaço da Igreja de São Gonçalo ser configurado como territorialidade negra, partindo do entendimento sobre a classificação dos pardos para a sociedade escravista do século XIX, mas se sabe que esta hipótese só pode ter sua verdade atestada por meio de uma pesquisa

¹⁴⁵ ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro *et al.* **Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista.** São Paulo, 2017, p. 167

específica com a amplitude e profundidade necessária. Consequentemente, esse pensamento limita a precisão e a extensão das conclusões relativas à igreja em tela.

3 OS TERRITÓRIOS NEGROS EM VITÓRIA-ES

3.1 DÍVIDA HISTÓRICA COM O TEMPO E AS OPERAÇÕES DA RACIALIDADE

Domingues (2007 *apud* MARTINS e MOITA, 2018, p. 4) aponta que, no período colonial e pós-colonial, ainda em regime escravocrata no Brasil (1500-1888), manteve-se a ideologia de que a população escravizada deveria permanecer no lugar de subalternidade e inferioridade. Reforça que, apesar do fim do regime escravocrata e a Proclamação da República no Brasil, em 1889, a população negra não encontra uma estrutura ou base socioeconômica para sua inserção efetiva na sociedade.

Mireile Martins e Júlia Moita (2018) reforçam:

Assim, o cenário histórico imposto à população negra que se tornou marginalizada pelo sistema escravista, e que não proporcionou qualquer tipo de equidade, ou justiça social, nas relações de trabalho entre escravocratas e escravizados fez com os mesmos herdassem todo estigma que fora atrelado ao trabalho que aqueles sujeitos desenvolveram.¹⁴⁶

Para as mesmas autoras, o término do modo do regime escravocrata no Brasil representou a mudança que, para Fernandes (1972, p.46 *apud* MARTINS e MOITA, 2018, p. 5), foi um “episódio decisivo de uma revolução social feita por brancos e para o branco”. Em suma, para o autor, a denominada raça dominante, os brancos, definiram os rumos que diziam respeito aos então agora “ex-escravizados” na sociedade, sem a participação dessa população que foi escravizada.

Sob o mesmo ponto de vista de Martins e Moita (2018), entende-se que, se tratando do Brasil em específico, as relações sociais ainda se baseiam na exclusão, no preconceito e na discriminação racial, ou seja, a mentalidade colonial permanece violenta e enraizada.

A “*Dívida Impagável*” da socióloga e antropóloga Denise Silva (2019), apresenta a visão de uma mulher negra sobre a racialidade, a partir da perspectiva negra feminista sobre a dialética racial. Mombaça e Mattiuzzi (2019 *apud* SILVA, 2019, p. 15) em “*carta à leitora preta do fim dos tempos*” falam que “trazer esse pensamento nos tempos de hoje é um exercício de experimentação sobre o fazer futuro e o mundo; uma experimentação implicada nos rastros para a ancestralidade.”

Nas palavras de Silva (2019):

Não faz mais do que registrar, ao tentar interromper, o desdobrar da lógica perversa que oclui a maneira como, desde o fim do século XIX, a racialidade

¹⁴⁶ MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate**. 2018, p. 4.

opera como um arsenal ético em conjunto – por dentro, ao lado, e sempre-já – a/diante das arquiteturas jurídico-econômicas que constituem o par Estado-Capital.¹⁴⁷

Silva (2019, p. 33 e 34) traz à luz a imagem da sociedade brasileira expressa nas tramas que envolvem personagens negros em “papéis típicos de empregada doméstica ou bandido”. Sua análise permite identificar o que a autora entende como “um projeto nacional de modernidade vista como contingente no desaparecimento do negro, apesar da (então ainda) celebrada democracia racial”.

O psiquiatra Frantz Fanon (2008), assim como Silva (2019), apresenta uma breve discussão relacionada à uma trama do filme *Le Verts Pâturages* que envolve personagens negros e a reação de Mayotte Capécia. O filme *Le Verts Pâturages* ou *The Green Pastures*, de 1936, aborda o Antigo Testamento, sendo interpretado por atores negros. Morris (2008) salienta o significado histórico do filme, por ser “um dos apenas seis filmes totalmente negros feitos durante a era do Hollywood Studio” (considerando os filmes produzidos até o ano de 2008), no entanto, o filme foi amplamente negligenciado pela crítica.¹⁴⁸

Segundo Fanon (2008),

o filme *Verts pâturages*, onde Deus e os anjos são negros, chocou terrivelmente nossa autora (Mayotte Capécia): “Como imaginar Deus com os traços de um preto? Não é assim que represento o paraíso. Mas, afinal de contas, é apenas um filme americano.”

Não, realmente o Deus bom e misericordioso não pode ser negro, é um branco de bochechas bem rosadas. Do negro ao branco, tal é a linha de mutação. Ser branco é como ser rico, como ser bonito, como ser inteligente.¹⁴⁹

Ou seja, o negro não é considerado suficientemente bom para ocupar outras posições e cargos. Tanto na vida, quanto nas tramas cinematográficas e televisivas, ser negro é ser rotulado a um determinado espaço e lugar pela sociedade.

Essa afirmação é corroborada na fala de Sueli Carneiro (2001D, p. 65), quando ela afirma que “para retratar a pobreza, a miséria, a delinquência, o analfabetismo, a ignorância, a indignidade humana, são pródigos em exibir pessoas negras”. Dessa forma o:

[...]ideal de branqueamento não está abandonado, visto que está imposto ao imaginário social pela cultura dominante através da exibição permanente de seus símbolos, que expressam os seus sucessos materiais e simbólicos como demonstração de sua superioridade “natural”, cotejados sistematicamente com os símbolos de estigmatização da negritude, seu contraponto necessário.

¹⁴⁷ SILVA, Denise. **Dívida Impagável**. 2019, p. 33

¹⁴⁸ Disponível em: <<https://brightlightsfilm.com/thank-god-for-uncle-tom-race-and-religion-collide-in-the-green-pastures/#.ZCIK-3bMLrc>>.

¹⁴⁹ FANON, Frantz. **Pele negra máscaras brancas**. 2008, p. 60.

E, para assegurar o mito, promove-se uma integração minoritária e subordinada de negros que não correspondem aos estereótipos consagrados nas imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, em especial nas imagens publicitárias; o que pela excepcionalidade reitera a regra discricionária.¹⁵⁰

Para a filósofa Sueli Carneiro (2005, p. 62), no Brasil, “o discurso que molda as relações raciais é o mito da democracia racial. Sua construção e permanência até os dias atuais evidencia, por si, sua função estratégica, sobretudo como apaziguador das tensões étnico-raciais”.

Denise Silva (2019) entende que:

Quando se contempla as operações da racialidade num contexto mais amplo, global, seria quase impossível não concluir que a mesma tem um papel crucial para o capital se a sua ferramenta mais consistentemente empregada no século XX, a diferença racial, não fosse tão eficaz ao transubstancializar os efeitos de mecanismos coloniais de expropriação em defeitos naturais (intelectuais e morais) que são sinalizados por diferenças físicas, práticas, instituições, etc. Se tomarmos, por exemplo, os últimos vinte anos, é possível compor uma lista longa de eventos globais, quase todos relacionados com as guerras locais e regionais que, embora causem o deslocamento de populações, não parecem ter qualquer efeito sobre a expropriação e exploração de terras e corpos.¹⁵¹

Assim como Silva (2019), esta pesquisa entende que é fato a justiça ser falha diante de corpos e territórios negros, os quais ela só compreende como excessivamente violentos.

A respeito da condição do negro, aduz Aimé Césaire (2010):

Embora o avassalamento político, a perda da autonomia cultural ou mesmo a escravização não sejam, de maneira nenhuma, problemas particularmente *raciais*, eles se tornaram *concretamente raciais* e, portanto, consubstanciais à condição do “negro” como *negro* a partir do momento em que uma visão *especificamente racista* presidiu esses acontecimentos.¹⁵²

Césaire (2010), em “*O Discurso sobre a Negritude*”, expõe que a raça e o racismo foram fundados pelos não negros, de modo que, desde o século VIII, até os dias atuais, a noção de raça nunca escapou do que fora definido pelos dominadores:

Portanto, desde séculos atrás, a “questão racial” constituiria um dos grandes eixos de reflexão teórica e de práxis política que caracterizara a Modernidade. As lutas dos povos de pele preta, pela sua emancipação, particularmente aqueles de ascendência africana, não teriam como evitá-la.¹⁵³

E, assim como ressalta Fanon (2008, p. 15), ao dizer que “racismo e colonialismo deveriam ser entendidos como modos socialmente gerados de ver o mundo e viver nele”, Césaire (2010) entende que o racismo e colonização são inseparáveis.

¹⁵⁰ CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** São Paulo, 2005, p. 65 e 66.

¹⁵¹ Idem, p. 35 e 36.

¹⁵² CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude.** 2010, p. 8.

¹⁵³ Idem, p. 9.

Para o poeta Cesáire (2010, p. 19), a raça existia como uma construção social, um “incontornável legado perverso da história”. E, para desmitificá-la e torná-la, “inoperante mediante um pensamento e uma práxis” faz-se necessário recorrer há uma “*consciência identitária especificamente negra*”, de modo a estruturar organizações sociais, também negras, para contestar em todos os planos e circunstâncias em que o negro fora negado e esmagado, isto é, para combater a opressão. Nas palavras de Sartre:

Embora a opressão seja um fato único, ela é circunstanciada pela história e pelas condições geográficas: o Negro é vítima da opressão enquanto negro, enquanto indígena colonizado ou como africano deportado. E já que ele é oprimido devido à sua raça, ele deve primeiro tomar consciência dela. Deve obrigar aqueles que tentaram, durante séculos, reduzi-lo realmente ao estado de animal – por ser negro – a reconhecê-lo como homem. (...) O Negro não pode negar que é negro, nem reclamar para si uma humanidade incolor: ele é negro. Portanto, se vê acuado devido à autenticidade: insultado, avassalado, ele se ergue, recolhe a palavra “negro”, lançada como uma pedra contra ele, e reivindica-se como negro frente ao branco com orgulho. Aquela unidade final, que congregará todos os oprimidos em um só combate, deverá ser precedida, nas colônias, por aquilo que denominaria como momento da separação ou da negatividade: esse racismo anti-racista é o único caminho que pode conduzir à abolição das diferenças de raça. (SARTRE, 1948 *apud* CÉSAIRE, 2010, p.18)

Martins e Moita (2018, p. 4) reforçam a questão, pois explanam que, no âmbito da opressão e exploração de raças e etnias, o colonialismo deslegitimou umas e legitimou outras, “construindo de modo desigual o poder de articulação, e até mesmo poder de existência, pois privilegiou certos grupos em detrimento de outros”.

Oliveira (2019, p. 6) expõe que a violência sofrida pela África não foi e não pode ser resumida apenas pela questão política, militar e econômica. Afinal, teóricos como Voltaire, Hegel, Gobineau, Lévy-Brul, etc buscavam legitimar “tanto no plano moral quanto filosófico, uma suposta inferioridade intelectual do Negro”.

Tratando da dominação, Frantz Fanon (1956) entende, em “*Racismo e cultura*”, que:

[...] o ocupante instala sua dominação, afirma maciçamente sua superioridade. O grupo social, submetido militar e economicamente é desumanizado segundo um método polidimensional. Exploração, torturas, faxinas étnicas, racismo, exterminações coletivas e opressão racional se religam em diferentes níveis para, literalmente, fazer do autóctone um objeto entre as mãos da nação ocupante. Este homem objeto, sem meios de existir, sem razão de ser, é quebrado no mais profundo de sua substância[...] (FANON, 1956 *apud* OLIVEIRA, 2019, p. 6)

A dominação é discutida pelo filósofo Michel Foucault (2019) a partir dos pensamentos de Nietzsche. Foucault entende que:

[...] Nem a relação de dominação é mais uma “relação”, nem o lugar onde ela se exerce é um lugar. E é por isto precisamente que em cada momento da história a dominação se fixa em um ritual; ela impõe obrigações e direitos; ela

constitui cuidadosos procedimentos. Ela estabelece marcas, grava lembranças nas coisas e até nos corpos; **ela se torna responsável pelas dívidas**. Universo de regras que não é destinado a adoçar, mas ao contrário, a satisfazer a violência.¹⁵⁴

Foucault (2019) ressalta um ponto importante sobre a dominação ser responsável pelas dívidas, uma vez que estabelece marcas e lembranças.

Denise Silva (2019, p.153) discorre sobre a dívida, na articulação da diferença racial, como matéria empírica, sob a percepção do continuado processo de expropriação do negro na sociedade ocidental. Como a mesma autora diz, é uma *dívida impagável*, tratando-se de “uma obrigação moral que carrega, mas que não deveria saldar”, ou ainda, é uma dívida no sentido econômico, mas não no sentido ético, portanto, sim, existe uma dívida, mas “não lhe cabe (economicamente) pagá-la.”

Renato Santos (2021), na conversa com o artista capixaba Renato Segatto no seminário “Dois gumes”¹⁵⁵, fala sobre problemas não resolvidos relacionados à dívida. O entendimento sobre a dívida parte da percepção dos povos ameríndios e africanos acerca da circularidade do tempo: entende-se que, dentro do tempo, o que fica pendente, o que não se resolve quando acontece, retorna, uma vez que é um processo cíclico natural, visto que não se deu um caminho. Então, ao entender essa forma de pensar o tempo, atrelado ao passado, presente e futuro, é previsível que tudo o que ficou pendente volte. Santos (2021) chama essa pendência de dívida com o tempo, e o Brasil sendo uma colônia escravista possui enorme dívida com o tempo, visto que as relações sociais apoiam-se na segregação, discriminação, apagamento, exclusão e preconceito, sendo uma dívida periodicamente cobrada.

3.2 MAPEANDO TERRITÓRIOS E TERRITORIALIDADES NEGRAS NO ESPAÇO URBANO

Em um primeiro momento, esta dissertação expôs os territórios negros no espaço urbano de Vitória-ES, identificados pelas sociabilidades nos serviços dos escravizados, com base na definição de “*territórios interacionais*” de Ilka Leite (1991),

¹⁵⁴ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 2019, p. 68 (grifo meu).

¹⁵⁵ Dois gumes é um seminário online que se propõe pensar memória como algo por se fazer. Ele tem como intuito colocar em interação desejos, acúmulos e ressonâncias de existências que se movem por tempos espiralados. *Podcast*, 2019. Disponível em: <https://soundcloud.com/dois-gumes/renato-santos?si=f58b85f8a5a64d6b87484bf80ec21413&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing>.

anteriormente explicitado. O termo “*territórios interacionais*” permite expandir a ótica dos territórios negros no espaço urbano de Vitória, sem necessariamente vinculá-los estritamente às abordagens mais usuais de resistência, controle e confinamento.

É evidente que esses territórios também são espaços de resistência e controle. Ser negro era e é, um ato de resistência, por si só, e, em particular, a resistência negra era parte do cotidiano negro, do ser negro.

Em relação ao controle, nesses espaços, apesar de não serem propriamente espaços de confinamento, por se localizarem no meio urbano, é possível constatar que existe controle sobre os corpos negros escravizados, visto que o ir e vir, as atividades e sociabilidades eram monitoradas.

Tal afirmação, é corroborada, nos capítulos anteriormente apresentados, e no artigo do código de posturas de Vitória de 1857, aqui exposto:

Art. 128. He prohibido o jogo de entrudo, de qualquer maneira que seja, nas lojas, tendas, tavernas e officinas, e quaesquer logares publicos; sob pena de dez mil réis, ou cinco dias de cadeia; a escravos vinte e cinco açoutes, ou duas duzias de palmatoadas; a menores metade destas penas; a todos o duplo na reincidência. As laranjas de cêra para este jogo, que se encontrarem nos sobredictos lugares, serão inutilizadas. (VASCONCELLOS, 1857, p. 4 *apud* FERRAZ, 2019, p. 162)

Visto que esses territórios negros eram identificados por meio dos serviços prestados, sua classificação partiu do mesmo princípio, os serviços. Assim, o estudo classifica os territórios negros em cinco categorias, sendo elas: *Fontes de água* (Fonte Grande, Fonte da Capichada, Largo da Conceição, Ladeira Chafariz, Rua São Francisco e Rua da Lapa); *Quitandas* (Quartel da Polícia, Rua da Lapa, Rua Porto dos Padres, Santa Casa da Misericórdia e Campinho); *Despejos de dejetos* (Cais do Santíssimo, Ladeira da Misericórdia e Cais São Francisco) e *Tabernas* (Rua Christovão Colombo, Rua da Conceição, Largo de Santa Luzia e Rua da Alfandega).

É importante reforçar que esses espaços identificados como territórios negros também não podem ser restritos apenas aos serviços, uma vez que, como exposto, sua caracterização como território negro parte das práticas de sociabilidades.

Além disso, cabe ressaltar, que o se classifica no **mapa 5** como “encontros”, apesar de não estar necessariamente vinculado aos serviços dos negros escravizados, está sujeito ao entendimento proposto por Leite (1991) sobre “*territórios interacionais*”, que tem como característica principal o fato de serem locais de troca e encontro.

Os espaços identificados como territórios negros não estão restritos à localização geográfica, porque o deslocamento diário da população negra entre os espaços urbanos (de ruas, becos, escadarias, largos, ruelas e calçadas), nos espaços naturais (maciço central, sistemas hídricos de rios, córregos e mar) e os espaços religiosos (Igreja do Rosário, de São Gonçalo e da Conceição) proporcionavam encontros e sociabilidades.

Em um segundo momento, discutiram-se as territorialidades negras, estas vinculadas à religião (catolicismo) e moradia. Identificam-se, precisamente, três espaços compreendidos como territorialidades negras, sendo eles: a Rua do Piolho, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e a capela de Nossa Senhora da Conceição da Prainha no Largo da Conceição.

A Igreja do Rosário e o conjunto de espaços vinculados a ela, cemitério e casa de leilões, são entendidos como territorialidade negra, devido às apropriações e organizações da população negra nestes espaços. São compreendidos como um único espaço, uma única territorialidade, porque estão intrinsecamente vinculados. Além disso, não se pode ignorar a procissão de São Benedito do Rosário, que fazia, e faz, das ruas e calçadas um mecanismo de construção e afirmação da identidade.

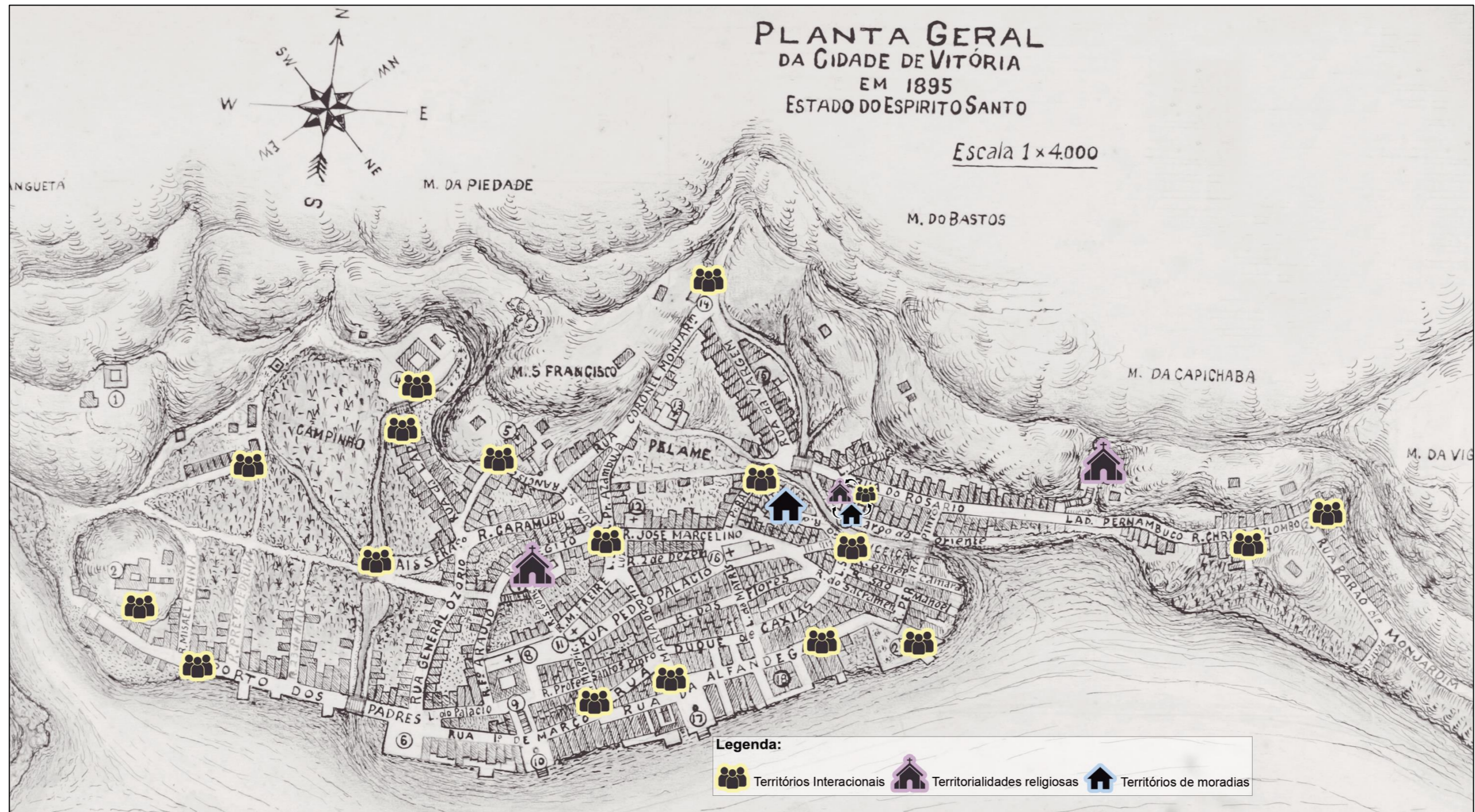
É importante ressaltar que, tanto a Rua do Piolho, quanto o Largo da Conceição aparecem como territórios e como territorialidades negras nas indicações cartográficas. No caso da Rua do Piolho, a identificação como territorialidade negra parte da premissa de ser um local de moradia, um espaço identificado e reconhecido pela presença da população negra.

Quanto ao Largo da Conceição, o mesmo é identificado também como um local de moradia, além de ser o espaço em que se localizava a capela de Nossa Senhora da Conceição, que era reconhecida por ser uma edificação religiosa voltada para os pescadores. E, como foi elucidado, havia, neste meio de trabalho, pescadores negros, tanto escravizados quanto ex-escravizados.

A Igreja de São Gonçalo, apesar de não ser identificada efetivamente como uma territorialidade negra, é sustentada pela hipótese apresentada em seu respectivo capítulo.

Por fim, os territórios e territorialidades negras demarcados no **mapa 5** não devem ser interpretados como forma restrita no espaço geográfico, e, sim, como locais sem barreiras, que extrapolam seus limites.

Mapa 5: Os territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, moradia e religiosidade, de 1850 a 1876.



Fonte: adaptado pela autora do mapa de André Carloni, Vitória 1895¹⁵⁶

¹⁵⁶ Cabe ressaltar que os territórios e territorialidades apresentados no **mapa 5** não estão restritos apenas as classificações da legenda (interacionais; moradia e religiosidade). Afinal, esses espaços permitiam as mais diversas práticas e sociabilidades.

O **mapa 5**, exposto, apresenta a compilação dos territórios e territorialidades negras identificados em Vitória no período proposto. Sabe-se que os espaços identificados são apenas alguns dos territórios e territorialidades negras existentes na cidade de Vitória, uma vez que o entendimento acerca de territorialidade e territórios negros é amplo e discutido em diversas correntes ideológicas. Assim, não podem, e nem devem, ser restritos aos espaços identificados na presente pesquisa.

Afinal, esta dissertação não abrangeu espaços como os portos, cais, terreiros, mercado, entre outros. Isso porque ocupa-se, em particular, das práticas comerciais e de serviços, partindo das concepções anteriormente apresentadas sobre territórios e territorialidades que discutem esses espaços comerciais e de serviços. Ademais, as informações obtidas nas referências bibliográficas e periódicos, durante o desenvolvimento da pesquisa, induzem o olhar para os territórios e territorialidades negras estudados e apresentados na presente dissertação.

A análise dos espaços demarcados no **mapa 5** permitiu identificar, no **mapa 6**, os desaparecimentos das territorialidades e territórios negros, em Vitória-ES, no decorrer dos anos. Evidenciou-se o que proponho a chamar de invisibilidade/apagamento da população negra na construção, nas vivências e na formação da cidade de Vitória.

Sabe-se que o crescimento e modernização da cidade, assim como as políticas higienistas, foram fatores influenciadores para esse apagamento. Além disso, para Oliveira e Bortolucci (2019):

quando observamos a constituição das cidades brasileiras tendo como fontes analíticas documentos variados, nos damos conta de quanto os projetos urbanísticos, depois da abolição do sistema escravista em 1888, se tornaram ferramentas fundamentais do projeto nacional de discriminação social, racial e cultural do povo negro.¹⁵⁷

As políticas higienistas na cidade de Vitória começaram no governo de Muniz Freire (1890-1896), sob o Projeto do Novo Arrabalde (1896), que previa a expansão do antigo núcleo urbano da cidade. A esse respeito, explanam Diniz e Ribeiro (2015):

O projeto que estendia a cidade a áreas antes desabitadas, ordenando uma ocupação de espaço de forma racional e criando um bairro destinado a elite urbana, voltado para os ares salubres da praia, com lotes espaçosos e vias largas que ainda hoje são referência da Praia do Canto (nome atual da região). No que tange à habitação popular previa a construção da Vila Monjardim (núcleo operário) em Jucutuquara, uma região mais próxima do centro histórico e mais interiorizada. (DINIZ e RIBEIRO, 2015, p. 2)

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Joana D'arc de. BORTOLUCCI, Maria Angela P.C.S. **Espaço urbano e racismo pós-abolição em São Carlos-SP**. 2019, p. 133.

Além disso, no mesmo período, segundo Diniz e Ribeiro (2015, p. 2), é contratado, com a companhia Torrens (1894), o Plano de Arruamento, que abrangia as áreas do: Campinho, Largo da Conceição e a reformulação da cidade alta.

Cabe ressaltar, que Derenzi (1965, p. 203 *apud* DINIZ e RIBEIRO 2015, p. 3) descreve a situação sanitária de Vitória como a de um local que “propiciava surtos e moléstias, por muitas vezes, atingindo cifras impressionantes e exterminando quase que populações inteiras”.

Segundo Bellini (2014, p. 296 e 297 *apud* DINIZ e RIBEIRO 2015, p. 3 e 4), o plano que trazia um “novo padrão urbanístico para Vitória” e que contava com as obras no Campinho, não foi implantado até o fim do governo de Freire. Somente no governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) é que foram finalizados os “aterros, a implantação das redes de drenagem, água e esgoto, a iluminação pública, o embelezamento da região do Campinho, com o Parque Moscoso e a introdução do bonde”.

As políticas higienistas, em Vitória, assim como em outras cidades brasileiras era entendida como a solução dos problemas sociais resultantes do período colonial. Sobrinho (2013, p. 210) enfatiza a ideologia do higienismo como um “processo de higiene e limpeza social, associado à pobreza e, ao mesmo tempo, a um desejo utópico de uma cidade limpa e saudável, como ideologia elitista”.

Para Ramos (2007, p.108 e 109 *apud* OLIVEIRA, 2015, pg. 378 e 379), as remodelações urbanas empreendidas no higienismo e “embelezamento” das cidades do Brasil acabaram por dismantelar territórios negros, como as ruas, quitandas, tanques e bicas das lavadeiras, entre outros. Isso porque

uma das dificuldades a serem enfrentadas pelas elites é tratar problemas que estas mesmas chamam de “ociosidade” e “vícios” e que, a partir de sua visão de mundo e de seus interesses, representam uma ameaça ao corpo social.¹⁵⁸

Tal como Sobrinho (2013), entende-se o processo das políticas higienistas como um mecanismo disciplinar de corpos (ociosidade e vícios) e de espaços (moradias e espaços insalubres) pela elite.

Os corpos e espaços que a elite buscava, e ainda busca, tratar estão intrinsicamente ligados à população pobre. Sabe-se que a camada da população pobre era (e ainda é) composta majoritariamente pela população negra. O fim do regime escravocrata não preparou o negro ex-escravizado para a inserção na sociedade. É o que aduz Fernandes (2008):

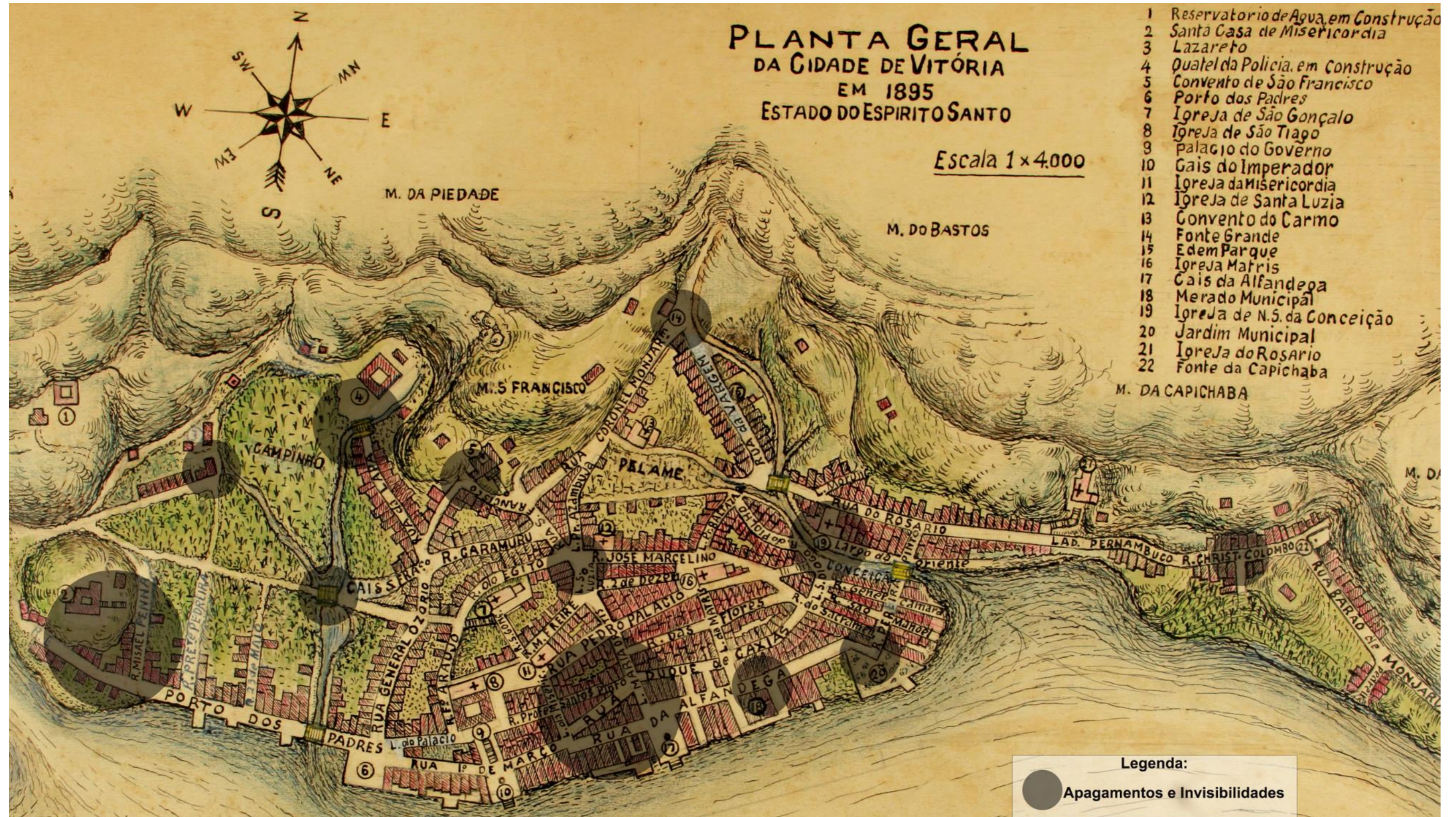
¹⁵⁸ SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade**. Porto Alegre, 2013, p. 211.

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem cargos especiais que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. [...] ¹⁵⁹

Por fim, os territórios e territorialidades negras, demarcados no **mapa 5**, reaparecem, em sua maioria, no **mapa 6**, como espaços de invisibilidades, apagamentos e desaparecimentos da história da população negra nas vivências, sociabilidades, construção e formação cidade de Vitória.

¹⁵⁹ FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. São Paulo, 2008, p. 29.

Mapa 6: Apagamentos e invisibilidades dos territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, moradia e religiosidade de 1850 a 1876



Fonte: adaptado pela autora do mapa de André Carloni, Vitória 1895¹⁶⁰

¹⁶⁰ As demarcações no mapa abrangem um ou mais territórios identificados anteriormente, por isso algumas demarcações possuem tamanhos maiores.

O **mapa 6** demonstra que a maioria dos territórios e territorialidades negras, identificados anteriormente no **mapa 5**, sofreram apagamentos no decorrer do tempo.

Ao analisar os apagamentos desses espaços, questiona-se quantos outros territórios negros foram apagados/invisibilizados em Vitória? Afinal, como mencionado anteriormente, sabe-se que havia outros territórios e territorialidades negras na cidade Vitória. E os espaços identificados como territorialidades e territórios negros não compreendem toda a dimensão desses lugares.

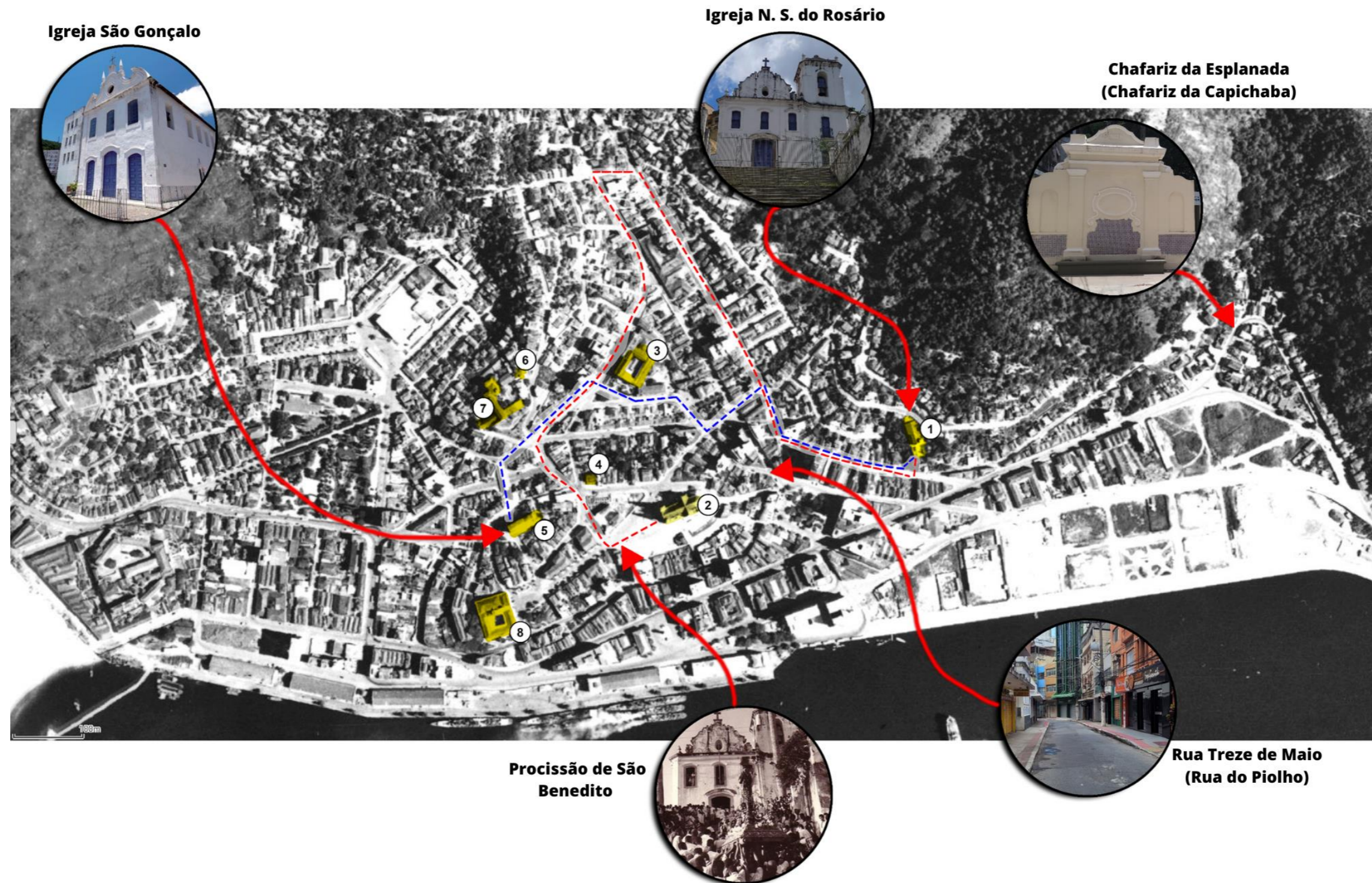
Questiona-se também se os espaços identificados não estavam suscetíveis a apagamentos, uma vez que se pode considerá-los como espaços transitórios, mutáveis, pois estavam relacionados às trocas e encontros. Dessa forma, poderiam ser modificados ao longo do tempo, visto que estavam associados aos serviços prestados à época. Ou seja, uma vez que esses espaços são identificados dessa forma, as intervenções e mudanças na cidade de Vitória fazem com que esses territórios e territorialidades negras passem a ser identificados em outras localidades, isto é, nunca deixam de coexistir.

No caso, essas territorialidades e territórios negros passam pelo processo de invisibilidade e apagamento, com o fim do regime escravocrata, pois estavam relacionados aos serviços prestados pela população negra escravizada de Vitória, e em prol de um projeto político de melhoria urbana e embelezamento da cidade. Nesse processo de invisibilidade e apagamento, esses e outros territórios negros, em Vitória, foram invisibilizados por não fazerem parte dos interesses políticos de preservar o passado desonroso da escravidão na cidade.

A exemplo dessa discussão, tem-se a Ladeira do Pelourinho que, apesar de não ser contemplada na presente dissertação, apresenta a invisibilidade e ocultamento da história, comum à sociedade escravocrata de Vitória-ES, por meio de toponímia. A Ladeira do Pelourinho possuía esse nome devido à localização do Pelourinho, o qual, se sabe, era o local de opressão (castigo) dos corpos negros escravizados que fugiam ou cometiam algum delito. Em 1899, a ladeira passa a ser chamada de Maria Ortiz e, posteriormente, Escadaria Maria Ortiz.

A problemática, observada na realidade dessa toponímia em questão, é sobre esse apagamento histórico, relacionado ao passado escravocrata. Afinal, por que nomear a então escadaria como Pelourinho se posso “apagá-la” da memória capixaba? Assim, diante dos apagamentos, o **mapa 7** apresenta as reminiscências.

Mapa 7 : Reminiscência e permanência de territórios e territorialidades negras nas práticas de serviços, na moradia e religiosidade de 1850 a 1876



Fonte: (1) Igreja de N. S. do Rosário, (2) Igreja Matriz (atual Catedral), (3) Convento do Carmo, (4) Igreja de Santa Luzia (atual Capela de Santa Luzia), (5) Igreja de São Gonçalo, (6) Capela de Nossa Senhora das Neves, (7) Convento de São Francisco, e (8) Igreja de São Tiago (atual Palácio Anchieta; adaptado pela autora com base na Ortofoto de 2020 do banco de imagens aéreas de Vitória.¹⁶¹

¹⁶¹ A linha tracejada vermelha é o atual percurso da procissão de São Benedito. Em azul, o roteiro Caramurus e Peroás. Base no mapa do Roteiro Histórico IV, 2007.

Identificam-se cinco reminiscências dos territórios e territorialidades negras estudados no ano de 2023. Percebe-se, no **mapa 7**, que as reminiscências desses espaços possuem usos distintos, sendo edificações religiosas, local de moradia, procissão e fonte de água.

Entende-se como reminiscência esses territórios e territorialidades negras que remetem ao passado do cotidiano da sociedade escravista de Vitória, vivida pelos corpos negros escravizados.

Atualmente, encontram-se amparados pela legislação de tombamento a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, Igreja de São Gonçalo e Chafariz da Capichaba.

Segundo a Secult (2009, p. 426), o Decreto nº15, de 27 de maio de 1893, possui três seções de fiscalização e conservação das fontes e chafarizes da cidade de Vitória. Contudo, a implantação do sistema de abastecimento de água, em 1910, fez com que fossem demolidos os chafarizes, com exceção do chafariz da Capichaba. Nas palavras da Secult: “a inexistência de registros dessas fontes e chafarizes é indício do desejo do esquecimento. Esquecimento de um passado tido como velho e como sinal de atraso.” O chafariz da Capichaba, atualmente conhecido por *Chafariz da Esplanada*, sofreu alterações, no decorrer dos anos, e, atualmente, sua construção não remete, com muita fidelidade, à construção do chafariz em 1828.

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário foi tombada em 1946 e está inscrita no Livro do Tombo Histórico do Iphan. Até os dias atuais, o acesso da igreja continua pela Escadaria do Rosário.

Fotografia 7: Placa da Escadaria do Rosário



Fonte: PEDROSA, 2023.

A igreja mantém as características originais da fachada colonial e o frontão barroco, bem como o cemitério e os ossários. A Igreja do Rosário ainda realiza celebrações e recebe visitas quando não está fechada para reforma e manutenção.¹⁶² E permanece como ponto de partida da procissão de São Benedito do Rosário.

Cabe ressaltar que, apesar de a procissão de São Benedito do Rosário não realizar o mesmo trajeto do século XIX, entende-se a dita procissão como um espaço simbólico que, mesmo apagado, persiste até os dias atuais, sendo uma territorialidade que permanece na memória.

A Igreja de São Gonçalo foi tombada em 1948 e permanece sendo localidade em uso na cidade de Vitória até os dias atuais, sendo conhecida por realizar cerimônias matrimoniais e por ser a “igreja dos casamentos duradouros”.

A Rua do Piolho, atualmente Rua Treze de Maio, permanece sendo uma rua estreita, com moradias e uso misto com o comércio.

Fotografia 8: Placa da Rua Treze de Maio (antiga Rua do Piolho)



Fonte: PEDROSA, 2023.

¹⁶² SETUR, Secretaria de estado e Turismo. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória, recebe obras estruturais.** Vitória, 2020. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-em-vitoria-es-recebe-obras-estruturais>>.

Ao analisar quantitativamente os territórios e territorialidades negras, percebe-se que pouco restou do que fora identificado anteriormente no **mapa 5**. Apesar de compreender, em parte, que alguns territórios estavam sujeitos ao desaparecimento, visto que estavam correlacionados aos serviços, durante o período escravocrata, questiona-se se representações, monumentos, estátuas e placas de homenagem poderiam mitigar, mesmo que parcialmente, as invisibilidades desses espaços.

Pensa-se que, do mesmo modo que homenageiam escravocratas e higienistas em monumentos, placas, estátuas, ruas, entre outros, deveria haver a substituição para personalidades históricas de indígenas, e em particular, de negros e negras.

Afinal, quantas ruas, becos e avenidas do Centro da cidade de Vitória carregam o nome de quem fez a cidade? Pode-se aceitar que espaços como a atual Praça Costa Pereira e Escadaria Maria Ortiz¹⁶³ ocultem a história da população negra? Quantos monumentos foram construídos para manter na memória a presença dos negros e negras em outro lugar da sociedade, sem que estejam vinculados à escravidão? Pode-se contentar com apenas um monumento¹⁶⁴ que “representa” a população negra no Centro de Vitória? Por ênfase necessária, destaca-se a fala do professor Carlos Silva Jr:

A discussão sobre as estátuas é também a discussão sobre a memória não trabalhada de um povo. O racismo no Brasil, este processo de discriminação brutal que a população negra ainda enfrenta, tem justamente a ver como as memórias da escravidão. Precisamos de museus sobre a escravidão. Não só sobre museus de cultura afro, que são importantes, mas museus sobre o genocídio, visitados principalmente por escolas públicas e privadas, para que se faça uma discussão honesta sobre nosso passado escravista. É para lá que estas estátuas deveriam ser movidas. ¹⁶⁵

¹⁶³ A Praça Costa Pereira era o antigo Largo da Conceição e a Escadaria Maria Ortiz era a Ladeira Pelourinho, onde se localizava o Pelourinho do núcleo urbano de Vitória.

¹⁶⁴ Monumento inaugurado na década de 1970 o qual retrata Dona Domingas, mulher negra que andava pelas ruas de Vitória catando papel. Localizada aos pés da escadaria do Palácio Anchieta, em Vitória. Disponível em: <<https://www.penaestrada.blog.br/memoria-negra-de-vitoria/>>.

¹⁶⁵ Fala do professor Carlos Silva Jr. *apud* GARCIA, Cecília. **O direito à memória da cidade e a remoção de estátuas de escravagistas**. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2020/06/26/o-direito-a-memoria-da-cidade-e-a-remocao-de-estatuas-de-escravagistas/>>.

Fotografia 9: Estátua de Dona Domingas de Carlo Crepaz



Fonte: Pé na estrada, 2022, compilação de Altier Moulin.¹⁶⁶

Cabe pontuar que nomear uma rua com base em um historiotopeônimo, como é a hipótese da Rua do Piolho, atual Rua Treze de Maio, que carrega em seu nome a memória da escravidão no Brasil, não basta e não deve ser o único meio de reavivar a memória capixaba.

Além disso, é importante ressaltar que esses questionamentos sobre monumentos, estátuas e homenagens estão restritos à região da antiga Vila de Vitória, atual Centro de Vitória. Sabe-se que, fora do limite desta dissertação, Centro de Vitória, existem monumentos que remetem à população escravizada indígena e negra em Vitória.¹⁶⁷

Enfim, levanta-se o questionamento sobre a questão de nomear os territórios e territorialidades negras que foram apagados na cidade de Vitória, e se essa ação seria um meio de manter a memória viva desses espaços. Além disso, a criação de monumentos, estátuas e ressignificação de nomes que possam contar sobre as vivências da população negra nesses espaços seria um meio de estabelecer uma

¹⁶⁶ Disponível em: < <https://www.penaestrada.blog.br/memoria-negra-de-vitoria/>>.

¹⁶⁷ Estátua do Índio Araribóia produzida por Carlo Crepaz, localizada na Av. Mal. Mascarenhas de Moraes (área interna do Clube de Regatas Saldanha da Gama); estátua de Iemanjá produzida por Ioannis Zavoudákis, localizada no píer da Av. Dante Michelini e monumento do Centenário da Abolição da escravatura produzido por Ioannis Zavoudákis, localizado na Rua Rosilda Falcão dos anjos. Disponível em: <<https://monumentoscaxixabas.com.br/Cidade/vitoria/>>.

identidade, pertencimento e coesão histórica. Importante, aqui, contar com o depoimento em texto de Adichie (2002):

[...] escrevi exatamente o tipo de história que lia: todos os meus personagens eram brancos de olhos azuis, brincavam na neve, comiam maçãs e falavam muito sobre o tempo e sobre como era bom o sol ter saído[...] O que isso demonstra, acho, é quão impressionáveis e vulneráveis somos diante de uma história, particularmente durante a infância.¹⁶⁸

Entende-se que os monumentos, estátuas ou qualquer tipo de homenagens aos povos subjulgados, em particular nas cidades, vão muito além da representação do passado, do sentimento de pertencimento, eles refletem a sociedade e dialogam com narrativas ocultadas.

É importante ressaltar que a mitigação exposta trata-se de uma hipótese que não soluciona o problema dos apagamentos da história da população negra em Vitória ou em outras cidades. Porém, entende-se como um possível mecanismo de narrativa, representação, construção e manutenção da memória desses espaços invisibilizados e apagados da antiga Vila de Vitória.

Além disso, a discussão sobre monumentos, estátuas e homenagens aos povos subjulgados vai muito além do exposto. Estudar e compreender a questão da representação de monumentos e outros, na cidade, demandaria uma pesquisa específica, com ampliação necessária, sobre o tema. Portanto, o que se pretende expor é, sobretudo, um questionamento acerca desse tipo de representação nas territorialidades e territórios negros apagados, como forma de manutenção da memória coletiva.

¹⁶⁸ ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo, 2022, p. 12 e 13.

4 CONCLUSÃO

O Brasil, assim como as demais colônias de exploração, sempre sofreu influências e tendências relacionadas ao silenciamento de sujeitos considerados subalternizados/inferiores. Ainda hoje, nos deparamos com essa realidade, uma vez que a narrativa oficial difunde o que lhe convém, e somente são considerados válidas as crenças, comportamentos, pensamentos e ideais daqueles que estruturaram a nossa sociedade. Mais uma vez, conta-se com as palavras de Adichie (2002):

É impossível falar sobre a história única sem falar sobre poder. Existe uma palavra em igbo na qual sempre penso quando considero as estruturas de poder no mundo: nkali. É um substantivo que, em tradução livre, quer dizer “ser maior do que outro”. Assim como o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio de nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. (ADICHIE, 2022, p. 22 e 23)

O pensamento decolonial, como perspectiva teórica desta pesquisa, busca recuperar as experiências e saberes restritos ao conhecimento colonialista dominante no campo da arquitetura e do urbanismo.

E, mediante a perspectiva do pensamento de Benjamim (1996) e Ginzburg (1989), esta pesquisa intenciona apontar uma ressignificação de espaços, antes negligenciados e apagados, tomados como territórios e territorialidades negras, configurados a partir da sociabilidade e interação entre práticas de trabalho, lazer, religiosidade e moradia. Esses territórios e territorialidades negras, existentes entre os anos de 1850 e 1876, permitem refazer sua significação enquanto espaço e reimaginar narrativas apagadas/ocultadas.

Sabe-se que a presença negra é identificável, em diversos espaços e funções na cidade de Vitória no decorrer do tempo, em especial nos anos de 1850 a 1876. E, apesar disso, pouco está presente na narrativa sobre a cidade, a qual propaga o esquecimento e invisibilidade dos corpos negros escravizados e de seus territórios e territorialidades.

A despeito do expressivo contingente de pessoas negras na cidade Vitória-ES, ainda são poucas as narrativas e historiografias locais sobre as permanências e apagamentos das territorialidades e territórios negros na cidade.

Partindo deste entendimento, a presente pesquisa procurou contribuir com a discussão conceitual e reflexão sobre territorialidades e territórios negros em Vitória-ES, dentro do período proposto, a fim de compreender de que forma as sociabilidades podem servir como mecanismo de identificação destes espaços. O objetivo era

problematizar, investigar e promover uma pluralidade de informações sobre as vivências e sociabilidades de uma população historicamente subjugada, bem como contribuir no avanço conceitual sobre os territórios negros interacionais e os modos de reconhecê-los no espaço urbano.

Nesse sentido, as informações, obtidas nos periódicos, dados estatísticos e bibliográficos permitem concluir que, dentre os conceitos de territórios negros, é possível compreender alguns deles a partir dos serviços praticados pelos escravizados, que proporcionavam práticas de sociabilidades vinculadas aos serviços. Contudo, cabe pontuar que a pesquisa se trata de uma abordagem parcial, tendo em vista a existência de outros tipos de territórios negros em Vitória que não foram abordados, como, a exemplo, cais, terreiros, mercado, portos, entre outros. Além disso, é importante pontuar que o entendimento acerca de territórios negros, bem como territorialidades negras, é amplo e discutido em diversas correntes ideológicas.

Como mencionado anteriormente, é crucial ressaltar que os dados do Recenseamento de 1872 e do 1º Livro de Classificação dos Escravos de 1876, como qualquer outro dado oficial do Império Brasileiro, não devem ser considerados como uma verdade única e incontestável. Afinal, esses dados foram produzidos em um contexto político e social específico, durante o período escravocrata, e estão sujeitos a uma série de distorções e manipulações, e não devem ser considerados como uma representação precisa e completa da realidade da escravidão no Brasil.

Percebe-se que, em meados do século XIX, diversas territorialidades e territórios negros compõem a vida cotidiana da cidade, sendo muitas atividades necessárias ao funcionamento da cidade, como os tigres, os escravizados que buscavam água e faziam manutenção da cidade, entre outros. São recorrentes os relatos da presença da população negra nesses espaços por meio das sociabilidades nos serviços, no lazer e na religião.

Estes territórios e territorialidades estavam localizados nos mais diversos pontos da cidade e, ao longo do tempo, esses espaços foram sofrendo apagamentos devido às remodelações urbanas promovidas pela elite, e o poder público.

O curto período de tempo abordado permitiu aprofundar sobre as práticas de serviços da população negra escravizada e suas sociabilidades. Porém, ainda assim, relembra-se que não abrangeu a totalidade de territórios e territorialidades vinculadas aos serviços, religiões, entre outros. Contudo, permitiu identificar espaços com os

mais diversos usos e sociabilidades, bem com entender seus apagamentos no meio urbano.

Os territórios e territorialidades negras identificados vão além do espaço físico e funcional, são espaços de sociabilidade, trocas, significados e vivências. A população negra escravizada encontrou, nos serviços praticados na cidade, um meio de obter sociabilidades, criar e reforçar relações, configurando esses espaços como territórios e territorialidades negras, a partir da funcionalidade na habitação, no serviço, lazer e religiosidade, o que fora construído a partir da presença negra nesses espaços.

Mediante os **mapas 5 e 6** apresentados anteriormente, percebe-se um expressivo apagamento das territorialidades e territórios negros no espaço urbano de Vitória. As políticas higienistas que remodelaram a cidade fizeram com que fossem apagados esses territórios, territorialidades negras. Espaços como quitandas (rua da Lapa, quartel da polícia, rua Porto dos Padres, Santa casa da Misericórdia e campinho), as tabernas (rua Christovão Colombo, rua da Conceição, Largo de Santa Luzia e rua da Alfândega), fontes d'água (Fonte Grande, Largo da Conceição, ladeira Chafariz, rua São Francisco e rua da Lapa) locais de despejos (Cais do Santíssimo, ladeira da Misericórdia e cais São Francisco), e Igreja Nossa Senhora da Conceição, bem como o Largo da Conceição, foram apagados do núcleo urbano. Outros espaços, como Igreja Nossa Senhora do Rosário, Rua Treze de Maio (antiga Rua do Piolho), Chafariz da Esplanada (Capichaba), Igreja São Gonçalo e Procissão de São Benedito, permaneceram, são reminiscências desses territórios e territorialidades, mas que, em sua maioria, não são associados como antigos territórios e territorialidades da população negra.

Cabe ressaltar que há um questionamento acerca dos apagamentos de alguns espaços, uma vez que se pode entendê-los como espaços transitórios, mutáveis, devido à relação de trocas e encontros. Assim, poderiam ser modificados, no decorrer do tempo, uma vez que estão relacionados aos serviços prestados durante a escravidão e, com o fim desse período escravocrata, poderiam ser identificados em outras localidades, pois estão vinculados aos trabalhos, ou seja, nunca deixam de coexistir no espaço urbano de Vitória, só mudam de localidade.

Para avançar nesse debate sobre apagamentos, é importante levantar os símbolos, monumentos, placas, e outras homenagens presentes nos espaços públicos da cidade, como forma de compreender como a elite branca busca a

dominação das narrativas. Pontuou-se anteriormente a toponímia da Rua do Piolho, atual Rua Treze de Maio, que supõe-se que remeta à data da abolição da escravatura no Brasil, e a estátua de Dona Domingas como tipos de identificadores da presença da população negra, porém entende-se que há muito mais a ser identificado no Centro da cidade de Vitória para a manutenção da memória coletiva¹⁶⁹.

A discussão levantada sobre a identificação desses territórios e territorialidades negras apagados buscou questionar também se homenagens, estátuas e monumentos poderiam servir como um mecanismo da representação desses espaços ocupados e utilizados pela população negra escravizada, entre 1850 e 1876, como um meio de mitigar os apagamentos.

(...)

Antes de virar um museu, esse palácio enorme era a casa de alguém.

A casa.

E é curioso pensar no conceito de casa, porque o lugar onde a gente mora pode revelar muita coisa sobre quem a gente é.

Se a casa é própria, se é alugada...

Se é perto da família, ou é longe, mas é perto do trabalho...

Se é grande, se é pequena...

Se é nova, se é mais antiga...

Tem casa que ajuda até a explicar a..

História de um país.

E é o caso dessa aqui.¹⁷⁰

Essa percepção sobre monumentos, estátuas e homenagens, como meio possível de mitigação das representações desses territórios e territorialidades negras, permite entender os ocultamentos sobre a história do negro na cidade. Entender o negro na cidade, bem como suas práticas sociais, permite identificar situações antes ocultadas, trazendo à tona discussões que vêm sendo construídas por diversos autores e movimentos negros.

É importante ressaltar que o título da presente dissertação possui caráter atemporal, no sentido ampliado. A pesquisa traz a cidade escravista institucionalizada pelo sistema econômico escravocrata do período em recorte. Embora a escravidão tenha sido abolida no Brasil em 1888, suas marcas e efeitos continuaram a moldar a sociedade e a cultura das cidades brasileiras. A segregação racial e social, que era

¹⁶⁹ Importante ressaltar a existência do Museu Capixaba do Negro Verônica da Pas (MUCANE). Localizado no centro de Vitória, na Av. República, o museu conta a história da cultura negra no estado, promove palestras, oficinas, discussões e ações voltadas para a manutenção da memória da população negra. Porém, ainda assim, é pouco divulgado como espaço de conhecimento para a população. Não cabe na dissertação a discussão sobre esse espaço, uma vez que se questiona a representação em monumentos, estátuas e homenagens em ruas e avenidas, por exemplo.

¹⁷⁰ Projeto Querino, Episódio 1 apud do curso “**Que histórias as cidades contam?**” – Instituto Pólis, aula 5. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M4LURKTftVU>>.

parte integrante da lógica escravista, persistiu nas cidades brasileiras no período pós-abolição.

A população negra, liberta da escravidão, teve dificuldades para acessar educação, emprego, moradia e outros direitos básicos. O racismo estrutural continua a perpetuar a marginalização e a exclusão dessa população.

Além disso, a cultura da cidade escravista, com suas práticas discriminatórias e preconceituosas, também perdurou. Estereótipos e estigmas associados à população negra foram sendo reproduzidos ao longo do tempo.

Por fim, mas não menos importante, cabe registrar o entendimento sobre o lugar de fala, uma vez que esta pesquisa foi elaborada por uma mulher branca cis. Assim, entende-se que a discussão e posicionamento apresentados na presente dissertação partem da lógica de que devem ser discutidas essas questões em lugares distintos, afinal “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas”.¹⁷¹ Nas palavras de Djamila Ribeiro (2017):

Assim, entendemos que todas as pessoas possuem lugares de fala, pois estamos falando de localização social. E, a partir disso, é possível debater e refletir criticamente sobre os mais variados temas presentes na sociedade. O fundamental é que indivíduos pertencentes ao grupo social privilegiado em termos de *locus social* consigam enxergar as hierarquias produzidas a partir desse lugar e como esse lugar impacta diretamente na constituição dos lugares de grupos subalternizados. (RIBEIRO, 2017, p. 48)

Parafraseando Djamila Ribeiro (2017), pensar o lugar de fala é uma postura ética, uma vez que se alguém entende de onde fala é possível pensar em questões como desigualdades, racismo, sexismo e pobreza.

Conclui-se que os apontamentos apresentados, desde a introdução desta dissertação, expressam o potencial contido em abordagens sob a perspectiva da micro-história e relativas à identificação de territórios negros não vinculados somente à dimensão de resistência, mas, sim, na sua expansão sob a ótica das sociabilidades, moradia, religiosidade e presença da população negra. Assim, locais como ruas, quitandas, fontes, tabernas e até mesmo os locais de despejo de dejetos da cidade de Vitória eram espaços urbanos de práticas de serviço e socialização na cidade escravista.

¹⁷¹ RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte, 2017, p. 39 e 40.

5 REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

AGUIAR, Thiago Borges de; FERREIRA, Luciana Haddad. **Paradigma Indiciário: abordagem narrativa de investigação no contexto da formação docente**. Educar em Revista, Curitiba, v. 37, p. 1-27. 2021. ISSN 1984-0411. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/74451/43496>> Acesso em: 04 jan. 2023.

ALVES, Vanderson Moreira Silva. **A produção do espaço urbano de Vitória–ES pela construção imobiliária entre o final do século XIX e meados do século XX**. 2015. 159f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2015.

ALMEIDA, Eliene Amorim de; SILVA, Janssen Felipe da. **Abya Yala Como Território Epistêmico: Pensamento Decolonial Como Perspectiva Teórica**. Intertérios, Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, v. 1, n. 1. 2015 p.42-64, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/intertorios/article/view/5009>>. Acesso em: 10 dez. 2022.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Escravidão e transição: Espírito Santo (1850-1888)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

ALMEIDA, Mayara Aparecida Ribeiro de; AMORIM, Amanda Moreira de; VAZ, Victor Antônio Sanches da Silva; PAULA, Maria Helena de; **"Crioulo, mulato e pardo: análise lexical das qualificações aos negros no Brasil oitocentista"**, p. 159 -170. In: Perspectivas em estudos da linguagem. São Paulo: Blucher, 2017.

ALBUQUERQUE, Ângela Maria Bastos de; MORAIS, Maria de Jesus. **A formação socioespacial e as questões étnico-raciais em Milton Santos: um referencial teórico**. In: GEVEHR, Daniel Luciano (Org.) **Raça, etnia e gênero: questões do tempo presente**. DOI: 10.37885/211207002. Disponível em: <<https://www.editoracientifica.com.br/artigos/a-formacao-socioespacial-e-as-questoes-etnico-raciais-em-milton-santos-um-referencial-teorico>>. Acesso em: 25 de jan. 2022.

ANDRADE, Manuel C. **Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: Os limites do poder nacional e do poder local**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 4ª Ed., São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 213-220.

BASTOS, Fabíola Martins. **Relações sociais, conflitos e espaços de sociabilidade: formas de convívio no município de Vitória, 1850-1872**. 2009. 204f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

BELLINI, Anna Karine de Queiroz Costa. **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 a 1916 – Vitória (ES)**. 2014. 312f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2014.

BENJAMIN, Walter. **Teses sobre filosofia da história**. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1985.

BERTIN, Enidelce. **Sociabilidade negra na São Paulo do séc. XIX**. Cadernos de Pesquisa do Cdhis, Uberlândia-MG, v. 23, n. 1, p. 115-132, 26 jul. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/606>>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BISSIGO, Diego Nones. **A" eloquente e irrecusável linguagem dos algarismos": a estatística no Brasil Imperial e a produção do recenseamento de 1872**. 2014. 233f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis-SC, 2014.

BORGES, Bruno. *et al.* **Estudo do entorno da Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Casa de leilões**. Trabalho acadêmico. Vitória, 2006

BRAGA, José Luiz. **Comunicação, disciplina indiciária**. MATRIZES, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 15 de abr. 2008. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v1i2p73-88. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

BRAGA, Christiano; LAGES, Vinicius Nobre; MORELLI, Gustavo (Org.). SACHES, Ignacy (Apresentação). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. 1ª ed. Brasília, DF : Relume Dumará, Sebrae, 2004.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Biblioteca do IBGE: **Recenseamento Geral do Brazil, 1872**. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 20 jan. 2022

CABRAL, Luiz Otávio. **Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis-SC, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, 2007. ISSN 2178-4582. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/15626>>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Nas barras dos tribunais: direito e escravidão no Espírito Santo do século XIX**. 2003. 277f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CAMPOS, Adriana Pereira; BASTOS, Fabíola Martins. **Ticumbi: lembranças de uma África no Espírito Santo**. Revista África e Africanidades, [S. l.], ano 2, n. 6, p. 1-23, ago. 2009. ISSN 1983-2354. Disponível em: <<http://africaeaficanidades.com>>.

br/documentos/Ticumbi_Lembrancas_de_uma_Africa_no_ES.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2023.

CAPIXABAS, Monumentos. **Vitória: monumentos**. Disponível em: <<https://monumentoscapixabas.com.br/Cidade/vitoria/>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

CARVALHO, Ana Paula Mendes Alves de; CARVALHO, Carlos Eduardo Reis de. **Estudo da toponímia urbana de Ouro Branco/MG: Tradição e memória cultural numa abordagem interdisciplinar**. Anais do VII SIMELP, Porto de Galinhas-PE, p. 5779-5786, 2019. ISBN 978-85-7946-353-2. Disponível em: <http://sites-mitte.com.br/anais/simelp/listaresumos_2.htm>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CASADO, Tatiana Caniçali; GOMES, Gustavo Zamproni. **As águas e a modernização urbana: higienismo e banho de mar em Vitória, ES (DEC. 1850-1950)**. Anais do XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana-XVI SIMPURB, [S. I.], v. 1, p. 2967-2986, 07 de dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/simpurb2019/article/view/26676>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

CAUS, Celso Luiz. **Das fontes e chafarizes às águas limpas: evolução do saneamento no Espírito Santo**. Vitória-ES: Cesan, 2012.

CALDAS, José Antonio. **Planta da villa da Victoria**: capital da capitania do Espírito Santo. 1860. 1 planta ms, col, 67,5 x 58,5. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart530868/cart530868.jpg>. Acesso em: 5 nov. 2022.

CEDEPLAR, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. **Pop 1872 – Brasil. Recensamento do Império do Brasil**. Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop-72-brasil/>>. Acesso em: 13 de jan. 2022.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre a negritude**. Carlos Moore (org.). Vol. 3. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

COELHO, Ana Luíza Ferreira. **O paradigma indiciário como metodologia para estudos historiográficos**. Anais do 8º Fórum Ensino Pesquisa Extensão Gestão-FEPEG, Montes Claros-MG, p. 1-3, 2014. ISSN: 1806-549X. Disponível em: <<http://www.fepeg2014.unimontes.br/?q=publicacao-anais>>. Acesso em: 19 de jan. 2023.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis; SARAIVA, Luiz Alex Saraiva. **Territorialidade em uma organização-cidade: o movimento quarteirão do soul**. Gestão & Regionalidade, [S. I.], v. 29, n. 86, p. 1-13, 10 de out. 2013. DOI: 10.13037/gr.vol29n86.2104. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/2104>. Acesso em: 05 abr. 2022.

COSTA, Bruno Blank; REIS, Fabio Paiva; ANDRADE, Marcela Oliveira. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário**. Vitória em monumentos, série I, vol. 4. Vitória-ES, 2010.

COSTA, Joaze Bernardino; TORRES, Nelson Maldonato; GROSGOUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. Belo Horizonte-MG: Autêntica, 2018.

COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman “**Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited**”: **Onde está o poder?** *Signs*, v. 22, n. 2, p. 375- 381, 1997. [Tradução de Juliana Borges].

EDITORA CONCEITOS. **Conceitos – Seu novo conhecimento em dicionário**. Conceito de Ladainha, dez. 2018. Disponível em: <<https://conceitos.com/ladainha/>>. Acesso em: 25 mar. 2023.

CRUZ, Valter do Carmo. **R-existências, territorialidades e identidades na Amazônia**. *Terra Livre*, [S. l.], v. 1, n. 26, p. 63–89, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/208>. Acesso em: 1 fev. 2023.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe**. Primer Coloquio Latinoamericano: Pensamiento y Praxis Feminista, Buenos Aires, Argentina, p. 1-8, 2009. Disponível em: <<https://www.bibliotecafragmentada.org/descolonizar-el-feminismo-una-perspectiva-desde-america-latina-y-el-caribe/>>. Acesso em: 13 de mai. 2022.

DINIZ, Luciana Nemer; RIBEIRO, Nelson Porto. **Habitação Social e o Higienismo no Centro de Vitória–século XIX-XX**. *Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História*, Florianópolis-SC, p. 1-11, 2015. ISBN: 978-85-98711-14-0 Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/34-snh28>>. Acesso em: 17 de mar. 2023

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. 3ª ed. Vitória-ES: Secretaria Municipal de Cultura, 2019.

Decreto de 24 de fevereiro de 1823. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/P%C3%A1ginas%20de%20Legimp-F_84.pdf>. Acesso em: 20 de fev. 2023.

DURANS, Cláudia Alves **Questão social e relações étnico-raciais no Brasil**. *Revista de Políticas Públicas*, [S. l.], v. 18, p. 391–399, 2014. DOI: 10.18764/2178-2865.v18nEp391-399. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/2731>>. Acesso em: 16 abr. 2023.

ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: IJSN, 1986.

_____. **Velhos templos de Vitória & outros temas capixabas**. Vitória: Conselho Estadual de Cultura, 1987.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. de Renato da Silveira. Bahia: Editora Edufba, 2008.

_____. **Os condenados da terra**. Trad. de José Laurênio de Melo. Vol. 42. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FAUSTINO, Deivison Mendes. **Frantz Fanon: um revolucionário, particularmente negro**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2018.

FARIAS, Maria Adelina Rodrigues de; PACHECO, Agenor Sarraf. **Cartografia Toponímica e Silenciamento Afroindígena na "Terra da Liberdade": O problema do apagamento identitário em Benevides-PA**. Anais da V Reunião Equatorial de Antropologia e da XIV Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste – REA, ABANNE, [S. I.], p. 1-20, 2015. ISSN 2526-544X. Disponível em: <<https://evento.ufal.br/anaisreaabanne/>>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FERRAZ, Camila Benezath Rodrigues. **Devir-criança e infantilização pela Rua Sete em Vitória: narrativas para a ilha rever**. 2019. 326f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, SALVADOR-BA, 2019.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Vol. I, 5^o ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERREIRA, Denison da Silva. **Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica**. Revista Campo-Território, Uberlândia-MG, v. 9, n. 17 Abr., p. 111–135, 05 de mai. 2014. DOI: 10.14393/RCT91719883. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/19883>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

FILHO, Walter de Aguiar. Morro do Moreno. **Rua Barão de Monjardim (ex-rua São João ou das Pedreiras)**. 2017. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/rua-barao-de-monjardim-ex-rua-sao-joao-ou-das-pedreiras.html>>. Acesso em: 14 de jan. 2022.

_____. Morro do Moreno. **Caramurus e Peroás – Por Elmo Elton**. 2021. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/caramurus-e-peroas-por-elmo-elton.html>>. Acesso em: 15 de dez. 2022.

_____. Morro do Moreno. **Chafarizes – Por Elmo Elton**. 2017. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/chafarizes-por-elmo-elton.html>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. Morro do Moreno. **Rua do Rosário – Por Elmo Elton**. 2019. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/rua-do-rosario-por-elmo-elton.html>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. Morro do Moreno. **Nossa Senhora da Prainha – Por Maria Stella de Novaes**. 2015. Disponível em: <<https://www.morrodomoreno.com.br/materias/nossa-senhora-da-prainha-por-maria-stella-de-novaes.html>>. Acesso em: 18 fev. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 9ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 2019

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 2ª ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999

GARCIA, Cecília. **O direito à memória da cidade e a remoção de estátuas de escravagistas**. 2020. Disponível em: <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2020/06/26/o-direito-a-memoria-da-cidade-e-a-remocao-de-estatuas-de-escravagistas/>>. Acesso em: 17 mar. 2023.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982.

GHIRELLO, Bárbara Campidelli; FERREIRA, Drª Jane Victal. **Ideário progressista e planejamento urbano: dos territórios negros à cidade dos barões de café**. Urbanisation in Latin America: Exclusion, Marginality and Conflict, 2017. Disponível em: <https://www.regionalstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/B%C3%A1rbara_Campidelli_Ghirello.pdf>. Acesso em: 22 de mar. 2022.

GONÇALVES, Juliano Rosa; PELUSO, Marília Luiza. **Lugar, território e territorialidade na construção da identidade**. Revista Percurso NEMO, Maringá-PR, v. 14, n. 2, p. 207-229, 24 de dez. 2022. ISSN: 2177- 3300. Disponível em: <<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/61769>>. Acesso em: 08 jan. 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 08 de jun. 2022.

_____. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 29, n. 1, jan. 2003. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739>>. Acesso em: 11 de jun. 2022.

_____. **Lugares que fazem diferença: encontros com Doreen Massey**. GEOgraphia, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 5-10, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13795>. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13795#:~:text=LUGARES%20QUE%20FAZEM%20DIFEREN%C3%87A%3A%20ENCONTROS%20COM%20DOREEN%20MASSEY,autores&text=Reflito%20a%20partir%20de%20inspira%C3%A7%C3%B5es,outros%20bases%20as%20nossas%20diferen%C3%A7as.>>. Acesso em: 16 de fev. 2023.

HONOR, André Cabral. **Sociedade e cotidiano: as fontes d'água na formação da cidade de João Pessoa no período colonial**. 2006. 76f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em História). Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PA, 2006.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. 1ª ed. Tradução livre para a Plataforma Gueto, janeiro 2014.

IBGE. **Recenseamento do Brasil 1872**. Biblioteca Digital. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>>. Acesso em: 11 de nov. 2021.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Vitória (ES)**. [S.l.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1360/>>. Acesso em: 21 de jan. 2023.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Igreja de São Gonçalo - Vitória (ES)**. [S.l.]. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1362/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

IPATRIMONIO. **Vitória – Igreja de São Gonçalo – Imagem: SeCult-ES**. Disponível em: <<https://www.ipatrimonio.org/vitoria-igreja-de-sao-goncalo-imagem-secult-es/>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

AGAZETA. **Igreja do Rosário e Solar Monjardim, em Vitória, são restaurados**. 2022. Disponível em: <<https://www.agazeta.com.br/hz/cultura/igreja-do-rosario-esolarmonjardimemvitoriasaorestaurados0422#:~:text=Igreja%20do%20Ros%C3%A1rio%20e%20Solar%20Monjardim%2C%20em%20Vit%C3%B3ria%2C%20s%C3%A3o%20restaurados,Iphan%20realiza%20maratona&text=A%20semana%20foi%20de%20entregas,espa%C3%A7os%20hist%C3%B3ricos%20no%20Esp%C3%ADrito%20Santo.>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

JESUS, Aloiza Delurde Reali de. **De porta adentro a porta afora: trabalho escravo nas freguesias do Espírito Santo (1850-1871)**. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2009.

JUNIOR, Henrique Cunha. **Bairros negros, a forma urbana das populações negras no Brasil**. CRÍTICA E SOCIEDADE, v. 10, n. 1, p. 16-27, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCS-v10n1-2020-57847>. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/article/view/57847>>. Acesso em: 03 fev. 2022.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LEITE, Ilka Boaventura. **Território negro em área urbana e rural – algumas questões**. In: LEITE, Ilka Boaventura (Org.) **Terras e Territórios Negros no Brasil, Textos e debates**. Núcleo de estudos sobre identidade e relações interétnicas, p. 39-46, 1991.

Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro 1871. **Lei Nº 2.040**. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/ats/?tipo=LIM&numero=2040&ano=1871&ato=2ce0TPn50MNRVT71a>>. Acesso em: 20 de jan. 2022

Lei Eusébio de Queiroz, de 04 de setembro 1850, **Lei nº 581**. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-dequeiroz#:~:text=A%20lei%20n.,extin%C3%A7%C3%A3o%20da%20escra%20vid%C3%A3o%20no%20pa%C3%ADs.>>. Acesso em: 20 de jan. 2022.

Lei Feijó, de 07 de setembro 1831. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-7-11-1831.htm>. Acesso em: 22 de jan. 2023.

Lei Bill Aberdeen, de 08 de agosto 1845. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/historia/bill-aberdeen/>>. Acesso em: 20 de jan. 2023

Lei de Terras, de 18 de setembro 1850, **Lei nº 601**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm>. Acesso em: 20 de jan. 2023.

Lei nº 3.353, de 13 de maio 1888,. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm>. Acesso em: 20 de jan. 2023

LEANDRO, Everaldo Gomes; PASSOS, Cármen Lúcia Brancaglioni. **O paradigma indiciário para análise de narrativas**. Educar em Revista, [S.l.], v. 37, p. 1-28 26 ago. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.74611>. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/74611>>. Acesso em: 13 jan. 2023..

Livro 1º de classificação de escravos para serem libertados pelo fundo de emancipação. Município da Cidade de Vitória, 1876. Arquivo Geral do Município de Vitória.

LIMA, Christini Roman de **A emergência da voz feminina, negra e escravizada em Um defeito de cor**. Nau Literária, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 97–122, 03 de ago. 2020. DOI: 10.22456/1981-4526.105873. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/NauLiteraria/article/view/105873>>. Acesso em: 15 jan. 2023.

LIMA, Rodrigo Arydson Bezerra de; SILVA, Tarcia Regina da. **A construção da territorialidade pela população quilombola do Muquém**. Revista Internacional de Folkcomunicação, [S. l.], v. 18, n. 40, p. 14–31, 24 de jun. 2020. DOI: 10.5212/RIF.v.18.i40.0001. Disponível em: <<https://revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/19271>>. Acesso em: 14 fev. 2023.

LOPES, Jecson Girão. **As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica**. Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 23–30, 2012. DOI: 10.5902/223649947332. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/7332>>. Acesso em: 18 abr. 2023.

MACIEL, Cleber. **Negros no Espírito Santo**. OLIVEIRA, Osvaldo Martins de. (Org.). 2ª ed, vol. 22. Vitória-ES: Coleção Canaã, 2016.

MARTINS, Mireile Silva; MOITA, Júlia Francisca Gomes Simões. **Formas de silenciamento do colonialismo e epistemicídio: apontamentos para o debate**. Anais da VI Semana de História do Pontal e V Encontro de Ensino de

História, p. 1-11, 2018. ISSN: 2179-5665. Disponível em: <<https://eventos.ufu.br/facip/shp/2018/09#edicoes>>. Acesso em: 06 de fev. 2023

MARIANI, Daniel *et al.* **Censo de 1872: o retrato do Brasil da escravidão**. 2004. Disponível em: <<https://cdn.nexojournal.com.br/content/escenic/esp/86293.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

MARTINET, Alfred. **Cidade da Victoria, capital da provincia do Espirito Santo**. [S.l.: s.n.], [18--]. grav, pb, 56 x 78,5. Disponível em: <http://acervo.bn.digital.bn.br/sophia/index.asp?codigo_sophia=11101>. Acesso em: 1 nov. 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. 1ª ed. Lisboa-PT: Editora Antígona, 2014.

MERLO, Patrícia Maria da Silva. **O nó e o ninho: Estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871**. Vitória-ES: EDUFES, 2018.

MIGNOLO, Walter; María Lugones, Isabel Jiménez-Lucena; TLOSTANOVA, Madina. **Género y descolonialidad**. Colección Pensamiento crítico y opción descolonial. Ediciones del Signo. 1ª Ed, Buenos Aires, 2008.

MIGNOLO, Walter; María Lugones, Isabel Jiménez-Lucena; TLOSTANOVA, Madina. **El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial**. In: WALSH, Catherine; LINERA, Álvaro Garcia. **Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento**. Colección Pensamiento crítico y opción descolonial. Ediciones del Signo. 1ª Ed, Buenos Aires, 2006.

MORAIS, Érica Renata Vilela de. **Educação e cidade: diálogos possíveis para explorar a temática afro-brasileira na EJA**. 2018. 182f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Humanidades). Instituto Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2018.

MOURA, Clóvis. **O negro: De bom escravo a mau cidadão?**. Conquista, 1977.

MOMBAÇA, Jota; MATIUZZI, Musa Michelle. **Carta à leitora preta do fim dos tempos**. In: SILVA, Denise Ferreira da. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política e Living Commons, 2019. 198 p.

_____. **Ñ vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOULIN, Altier. Pé na estrada **Memória Negra de Vitória: 10 lugares que falam de resistência e orgulho**. 2022. Disponível em: <<https://www.penaestrada.blog.br/memoria-negra-de-vitoria/>>. Acesso em: 10 abr. 2023

MONUMENTOS CAPIXABAS. **Vitória, Monumentos**. Disponível em: <<https://monumentoscapixabas.com.br/Cidade/vitoria/>>. Acesso em: 10 abr. 2023

NAME, Leo. **Análítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões espaciais básicas e em arquitetura**. PosFAUUSP, [S. l.], v. 28, n. 52, p. e176627, 02 de jul. 2021. DOI: 10.11606/issn.2317-2762.psrevprogramapsgradar

quiturbanfauusp.2021.176627. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/176627>>. Acesso em: 10 out. 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: Relações raciais, quilombos e movimentos**. Organização de Alex Ratts. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NASCIMENTO, Aline Meireles do . **Ticumbi: território de reis**. Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 119–127, 30 de jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32260>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NOGUEIRA, Azânia Mahin Romão. **Territórios negros em Florianópolis**. 2018. 137f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis-SC, 2018.

_____. **A construção conceitual e espacial dos territórios negros no Brasil**. Revista de Geografia (Recife), [S. l.], v. 35, n. 1, p. 204-218, 01 de out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2018.234423>. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/revapees/article/view/32260>. Acesso em: 20 out. 2021.

NPHEd. **Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica. Pop 72 – Brasil v. 1.0**. CEDEPLAR/UFMG, Belo Horizonte: 2012. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf>. Acesso em: 20 de jan. 2022

NUNES, Georgina Helena Lima. **Mulheres negras e quilombolas: trabalho, resistência e identidades na diáspora afro-brasileira**. In: ALVES, Natália; RUMMERT, Sonia Maria; MARQUES, Marcelo. **Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil: Políticas, Práticas e Atores**. 1ª ed. P. 157-171. Portugal, 2014.

OLIVEIRA, Humberto Luiz Lima. (Trad.) **Panorama histórico da vida, do pensamento e da obra de Cheikh Anta Diop**. 23º ed. Recife-PE: Editora UFPE, 2019.

OLIVEIRA, Joana D'arc Oliveira.; BORTOLUCCI, Maria Angela P. C. S. **Espaço urbano e racismo pós-abolição em São Carlos-SP**. Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online), [S. l.], v. 17, n. 3, p. 132-144, 2019. DOI: 10.11606/issn.1984-4506.v17i3p132-144. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/141144>>. Acesso em: 10 abr. 2023.

OLIVEIRA, Joana D. **Da senzala para onde? Negros e negras no pós-abolição em São Carlos-SP (1880-1910)**. 2015. 406f. Tese (Doutorado em Arquitetura e urbanismo). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, Humberto Luiz Lima de. **Panorama histórico da vida, do pensamento e da obra de Cheikh Anta Diop**. Recife-PE : Ed. UFPE, 2019

PATERNIANI, Stella Zagatto. **Raça e cidade: para decolonizar a produção de conhecimento sobre São Paulo**. América – revista da pós-graduação da escola da cidade, [S. l.], n. 2, p. 52-63, 15 de jul. 2020. Disponível em: <<https://ojs.escolada cidade.org/index.php/america/article/view/61>>. Acesso em: 15 de nov. 2021.

PEDROSA, Kaira Bicalho; CAMPOS, Martha Machado. **TERRITÓRIOS DE OCUPAÇÃO INTERACIONAL: PRÁTICAS DE SOCIABILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA VILA DE VITÓRIA (1850-1876)**. Anais do VII Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo: Refazer Restaurar Revisar. [S. l.], v. 3, p. 949-963, 2022. Disponível em: <<https://www.iau.usp.br/enanparq2022/index.php/anais/>>. Acesso em: 15 abr. 2023.

PEREIRA, Vinícius. **Quem eram os escravos ‘tigres’, marcantes na história do saneamento básico no Brasil**. BBC NEWS, 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50526902>>. Acesso em: 14 de jun. 2022.

PEREIRA, Gabriela Leandro. et al. Coletiva Terra Preta. **Des-embranquecendo a cidade**. 2019. Disponível em: <<https://medium.com/@terrapreta/des-embranquecendo-a-cidade-5635dd0c2ff?sk=31a8264a9c534ec7d9fcdf5873eb1b1e>>. Acesso em: 17 de abr. 2023

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina**. In: PALERMO, Zulma; QUINTERO, Pablo. **Aníbal Quijano Textos de fundación**. Buenos Aires – Argentina. Ediciones del Signo, p. 109-158. Buenos Aires, 2014.

RATTS, Alecsandro JP. **As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos**. Espaço e cultura, [S. l.], n. 17-18, p. 77-88, 2004. DOI: <https://doi.org/10.12957/espacoecultura.2004.7855>. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7855>>. Acesso em: 09 de set. 2021.

_____. **Os lugares da gente negra: temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzalez**. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Petrópolis: Dp Et Alii, 2012. p. 216-243. (Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. Vol. 29. São Paulo: Ática, 1993

REZENDE, Damaris Tuzino de; TÁRREGA, Maria Cristina V. B. **Colonialidade do corpo feminino negro: trabalho reprodutivo no período escravocrata brasileiro e justiça racial**. Revista Videre, [S. l.], v. 13, n. 27, p. 227–243, 2021. DOI: 10.30612/videre.v13i27.14416. Disponível em: <<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/14416>>. Acesso em: 13 fev. 2023.

RENATO SANTOS. [Locução de]: Welington Santos, Marcelo Gomes e Rafael Segatto. Entrevistado: Renato Santos. [S.l.]: **Dois Gumes**, mai. 2021. *Podcast*. Disponível em: <https://soundcloud.com/dois-gumes/renato-santos?si=f58b85f8a5a64d6b87484bf80ec21413&utm_source=clipboard&utm_medium=text&utm_campaign=social_sharing>. Acesso em: 7 dez. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

_____. **Lugar de fala**. Belo Horizonte(MG): Letramento, 2017.

RIBEIRO, Geisa Lourenço. **Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)**. 2012. 201f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2012.

ROCHA, Samir Alexandre. **Geografia humanista: história, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo**. RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise, [S.l.], v. 13, jun. 2007. DOI: 10.5380/raega.v13i0.7670. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/7670>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

ROLNIK, Raquel. **Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro**. In: SANTOS, Renato Emerson dos (Org.). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na Geografia do Brasil**. Revista de Estudos Afro-Asiáticos, v. 17, p. 75-90, 1989.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Edusp, 2006.

_____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. **O retorno do território**. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec - ANPUR, 1998.

_____. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. Boletim Gaúcho de Geografia, [S. l.], v. 21, n. 1, p. 7-14, ago. 1996. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38613>>. Acesso em: 13 de jul. 2022.

_____. **Espaço do Cidadão**. 7ª. Ed. São Paulo: Editora da USP, 2007.

SANTOS, Milton. et al. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul: para um pensamento alternativo de alternativas**. Vol. 2. Buenos Aires-Argentina: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2018.

SANTOS, Jocimara Patrícia. **Memória e patrimônio cultural de Vitória, ES: um estudo sobre as igrejas católicas do Centro da Cidade**. 2014. 75f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória-ES, 2014.

SANTOS, Renato Emerson dos (Org). **Questões urbanas e racismo**. Vol. 1. Petrópolis-RJ: ABPN, Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, 2012.

SANTO, ESPÍRITO. **Patrimônio cultural do Espírito Santo: arquitetura**. Vitória: Secult, 2009. Disponível em: <[https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56- Documento-1427918086-tlas-patrimonio%20\(1\).pdf](https://secult.es.gov.br/Media/secult/EDITAIS/102-Documento-1436796643-100-Documento-1436454022-56- Documento-1427918086-tlas-patrimonio%20(1).pdf)>. Acesso em: 09 nov. 2021.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. (Orgs.) **Territórios e territorialidades. Teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SETUR, Secretaria de estado e Turismo. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário, em Vitória, recebe obras estruturais**. Vitória, 2020. Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/Not%C3%ADcia/igreja-de-nossa-senhora-do-rosario-em-vitoria-es-recebe-obras-estruturais>>. Acesso em: 07 de jan. 2023.

SILVA, Marcelo Vitale Teodoro da. **Territórios negros em trânsito: Penha de França-sociabilidades e redes negras na São Paulo do pós-abolição**. 2018. 310f. Dissertação (Mestrado em Humanidades). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Taís de Medeiros. **Trajétórias de desterritorializações e reterritorializações – estudo de caso: comunidade quilombola da Família Fidélis – Porto Alegre/RS**. 2015. 186f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2015.

SILVA, Antonio Wardison C. **Elementos sobre o conceito de história em Walter Benjamin**. Revista de Cultura Teológica, [S. l.], v. 19, n. 19, p. 139-153, out/dez 2011. DOI: <https://doi.org/10.19176/rct.v0i76.14997>. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/culturateo/article/view/14997>>. Acesso em: 20 de jan. 2023

SILVA, Denise Ferreira. **A dívida impagável**. São Paulo: Oficina de Imaginação Política, 2019.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **Tramas femininas no cotidiano da escravidão**. Labrys: Études féministes, [S.L], jan/jul. 2004. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys5/textos/marilenabr.htm>. Acesso em: 17 mar. 2023.

SILVEIRA, Marcos Silva. **Pensando distinções entre pretos e pardos no Brasil a partir das cotas raciais nas universidades**. Revista Intratextos, v. 11, n. 1, p. 1-19, set. 2021. ISSN 2176-6789. Disponível em: <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/intratextos/article/view/60577>>. Acesso em: 23 de mar. 2023.

SILVA, Poliana Santos da; RICCO, Adriana Sartório. **O PATRIMÔNIO EDIFICADO DAS IRMANDADES RELIGIOSAS DE VITÓRIA (ES) E SUA HISTÓRIA COMO POTENCIAL TURÍSTICO**. DESTARTE, Vitória-ES, v. 11, n. 1, p. 117-143, 06 de jul.

2022. Disponível em: <<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/destart/article/view/1320>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: Individuo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, Geraldo Antonio. **Cotidiano, sociabilidade e conflito em Vitória no final do século XIX**. Dimensões, Revista de História da UFES, Vitória-ES, vol. 16, p.57-79, 20 de dez 2004. ISSN: 2179-8869. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2645>>. Acesso em: 22 de ago. 2022

SOBRINHO, Afonso Soares de Oliveira. **São Paulo e a aidiologia higienista entre o século XIX e XX: a utopia da civilidade**. Sociologias, Porto Alegre-RS, v. 15, n. 32, jan/abr 2013. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/38648>>. Acesso em: 30 mar. 2023.

SOUZA, Luciene Pessotti de. **A geopolítica do sagrado: a participação das ordens religiosas na conformação urbana da Vila de Nossa Senhora da Vitória-ES (século XVI ao XIX)**. 2004. 402f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2004.

SUESS, Rodrigo Capelle; SILVA, Alcinéia de Souza. **A perspectiva decolonial e a (re) leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia**. Geografia Ensino & Pesquisa, [S. l.], v. 23, e7, p. 1-36, 11 de out. 2019. DOI: 10.5902/2236499435469. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/35469>>. Acesso em: 28 mar. 2022.

_____; RIBEIRO, Antonia da Silva Samir. **O lugar na geografia humanista: uma reflexão sobre o seu percurso e questões contemporâneas – escala, críticas e cientificidade**. Revista Equador, Piauí, v. 6, nº 2, p. 1-22, 2017. DOI: <https://doi.org/10.26694/equador.v6i2.6121>. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/equador/article/view/6121/3850>>. Acesso em: 22 de ago. 2022.

TSCHUDI, Johann Jakob von. **Viagem à Província do Espírito Santo: imigração e colonização suíça 1860**. Vol. 5. Vitória-ES: Coleção Canaã, 2004.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800–1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano**. 2017. 190f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2017.

VITÓRIA, Prefeitura Municipal de. **História da cidade**. 2019. Disponível em: <<https://m.vitoria.es.gov.br/cidade/a-cidade>>. Acesso em: 15 mar. 2023.

WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter; LINERA, Álvaro García. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. 1ª ed. Buenos Aires-Argentina: Ediciones del Signo, 2006.

Jornais/Periódicos

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Periódico Jornalístico: **Correio da Victoria, 21 de abril de 1858, p.4**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

Arquivo Geral do Município de Vitória. **Ofício remetido à Câmara Municipal de Victoria em 28 de novembro de 1867, pelo Fiscal da Câmara Manoel Pinto Aleixo**.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00081, p. 4, 01 de jul. 1869**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00080, p. 4, 13 de out. 1855**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00007, p. 4, 07 de fev. 1849**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00088, p. 4, 02 de nov. 1850**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00008, p. 4, 26 de jan. 1859**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00026, p. 4, 04 de abr. 1857**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00031, p. 4, 18 de abr. 1857**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00096, p. 4, 3 de dez. 1859**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00092, p. 4, 21 de nov. 1855**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00073, p. 4, 19 de set. 1855**. Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 17 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00012, p. 4, 13 de fev. 1856.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 18 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00100, p. 4, 29 de dez. 1849.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 20 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Correio da Victória, Vitória, Edição 00004, p. 2 e 3, 27 de jan. 1849.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 22 de mar. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Commercio do Espirito Santo, Vitória, Edição 00119, p. 1, 30 de abr. 1895.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 18 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00434, p. 4, 01 de ago. 1868.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00273, p. 4, 06 de jan. 1867.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00293, p. 4, 16 de mar. 1867.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 10 de fev. 2022.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00234, p. 4, 22 de ago. 1866.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 08 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00513, p. 4, 28 de abr. 1869.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 13 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **Jornal da Victoria, Vitória, Edição 00557, p. 4, 13 de out. 1869.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 13 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **O Espirito-Santense, Vitória, Edição 00120, p. 4, 05 de set. 1872.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 13 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **O Espirito-Santense, Vitória, Edição 00309, p. 1, 27 de dez. 1873.** Disponível em:
<<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 17 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **O Espirito-Santense, Vitória, Edição 00341, p. 1, 12 de mar. 1874.** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 17 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **O Espirito-Santense, Vitória, Edição 00365, p. 3, 07 de mai. 1874.** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 17 de fev. 2023.

BRASIL. Biblioteca Nacional Digital. ANNUNCIOS. **O Espirito-Santense, Vitória, Edição 00126, p. 1, 21 de out. 1875.** Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso 20 de mar. 2023.